



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# **Institucionalizados Sozinhos? Compreendendo o Risco, Exclusão e Capital Social dos Jovens em Perigo: o caso do Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco**

**Cláudio Miguens**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre na especialidade  
**Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Nuno Augusto

**Covilhã, Outubro de 2011**

# **Dedicatória**

À Maria, minha mulher, amiga e companheira.

# Resumo

A juventude é um dos grupos sociais que mais facilmente poderá entrar na espiral da exclusão social, devido à ubiquidade dos riscos e incertezas que caracterizam a contemporaneidade. As trajectórias para a vida adulta dos jovens são cada vez mais fragmentadas em relação aos seus ascendentes. Neste contexto, o capital social é visto por alguns como a solução mágica para todos os problemas da actualidade, significando, para outros, a desresponsabilização do Estado.

O ponto de partida deste estudo resume-se à seguinte interrogação: num quadro de exclusão social, risco e vulnerabilidade, qual o capital social dos adolescentes do «Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco»? Através de um estudo de caso de 9 jovens do sexo masculino, institucionalizados, ao abrigo da medida de promoção e protecção de menores, designada «acolhimento em instituição» tentar-se-á apreender a conexidade de influências entre a representação social do risco, a exclusão e o capital social.

Conclui-se, finalmente, que a exclusão social dos jovens em estudo tem vindo a esbater-se devido à sua progressiva integração. Os antagonismos da sociedade do risco são visíveis nestes jovens ao nível do processo de individualização, delimitando-se aqueles cuja percepção de controlo sobre as tomadas de decisão que mais os afectam é limitada.

O capital social destes jovens é um processo dinâmico, modificando-se durante as suas trajectórias para a vida adulta, fazendo emergir novas possibilidades constringidas pelo risco e vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Risco; Exclusão Social; Capital Social; Juventude

# Abstract

It's easy for Youth to go in a spiral of exclusion due to the ubiquity of risks and uncertain that suits contemporaneity. Today Young people's transitions into adulthood are more fragmented than in earlier generations. In this context, social capital is seen for many like the magic solution to the complexity of problems of nowadays, and to others as a deresponsibilization of the State.

What's the play of youth social capital in a framework of social exclusion, risk and vulnerability? This was the starting question of this investigation. Through a case study of 9 male young people of the residential care «Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco» we'll try to capture the reciprocity between the social representations of risk, the social exclusion and the social capital.

Finally in conclusion, the social exclusion of these young people has been blurring by their progressively integration. The antagonisms of a risky society are seen in the process level of the youth individualization enclosing those who don't have the perceived control over a decision-making that affect them.

The social capital of this young people is a dynamic process, which changes during their transitions into adulthood, emerging new possibilities constrained by the risk and vulnerability.

**Keywords:** Risk; Social Exclusion; Social Capital; Youth

# Agradecimento

A construção de um trabalho académico não está livre de contrariedades. Para atenuar o efeito desses obstáculos, o percurso não foi percorrido sozinho. Expresso o meu profundo reconhecimento ao orientador desta dissertação, professor doutor Nuno Augusto, pelo debate, sugestões e ensinamentos; a todos os colaboradores do Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco, em particular à senhora directora, Dr<sup>a</sup>. Lurdes Farromba, pela disponibilidade e cooperação reveladas; a todos os Jovens do Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco em especial aos entrevistados, pela partilha das suas vivências; à minha mãe, pelo apoio, carinho e paciência; a todos os familiares e amigos aos quais não correspondo com a dedicação que merecem e, por fim, à minha mulher pelo amor com que me encorajou na prossecução deste trabalho.

# Índice

1. Introdução	1
2. A Modernidade Reflexiva e a Sociedade do Risco	5
2.1 Sociedade do Risco	6
2.1.1 Individualização	8
2.2 Reflexividade	10
2.3 Jovens e Risco	11
2.4 Novos Valores Sociais	13
Síntese da modernidade reflexiva e da sociedade do risco	14
3. Exclusão Social	15
3.1 Pobreza e Exclusão Social	15
3.2 Formas de viver e estratégias perante a exclusão social	18
3.3 Condicionantes da pobreza e exclusão social	20
3.4 Grupos mais vulneráveis à exclusão social	21
Síntese da exclusão social	21
4. Perspectivas Sociológicas da Juventude e as suas trajectórias para a vida adulta	23
4.1 A juventude como categoria social	23
4.2 Trajectórias de vida dos jovens	24
Síntese das perspectivas sociológicas da juventude e das suas trajectórias para a vida adulta	27
5. Capital Social	28
5.1 As várias formas de capital	28
5.2 Capital Social como propriedade dos indivíduos	29
5.3 O capital Social como civismo comunitário	30
5.4 Outras perspectivas do capital social	32
5.5 Os aspectos negativos do capital social	32
5.6 Jovens e Capital Social	32
5.7. Dimensões do Capital Social dos Jovens	34
5.7.1 Participação	34
5.7.2 Redes Sociais	37
5.7.3 Reciprocidade e confiança	38
5.7.4 Concepção da comunidade	39
5.7.5 Sentimento de pertença	40
5.7.6 Bem-estar subjectivo	41
6. Ligando o Risco, Exclusão e Capital Social	42
Síntese do capital social	43
7. Caracterização da Instituição	45
7.1 Caracterização do LMJCB e Descrição do seu Modo de Funcionamento	45
7.2 Enquadramento legal	48

Síntese da caracterização da instituição	52
7. Metodologia	53
7.1 Opção por um exercício compreensivo	53
7.1.2 Escolha dos Instrumentos de Pesquisa	54
7.1.3 Selecção dos Entrevistados (jovens - caso)	55
7.1.4 Questões éticas	55
7.1.5 Estratégias de Recolha e análise dos dados	55
Síntese da metodologia	57
8. Caracterização e percursos de exclusão dos Jovens do LMJCB: 9 Casos	58
8.1. Caracterização e percurso de exclusão de E1	58
8.2. Caracterização e percurso de exclusão de E2	59
8.3. Caracterização e percurso de exclusão de E3 e E8	60
8.3.1 Percursos de exclusão de E3 e E8	60
8.3.2. Caracterização de E3	61
8.3.2. Caracterização de E8	61
8.4. Caracterização e percurso de exclusão de E4	62
8.5. Caracterização e percurso de exclusão de E5	63
8.6. Caracterização e percurso de exclusão de E6	64
8.7. Caracterização e percurso de exclusão de E7	65
8.8. Caracterização e percurso de exclusão de E9	65
Síntese da caracterização e dos percursos de exclusão dos Jovens do LMJCB	66
9. Apresentação e discussão dos dados	68
9.1 Capital Social	68
9.1.1 Participação	68
9.1.1.1 Participação Social	69
9.1.1.2 Participação Cívica	70
9.1.2 Redes Sociais	77
9.1.3 Reciprocidade e confiança	81
9.1.4 Concepção da comunidade	83
9.1.5 Sentimento de pertença	84
9.1.6 Bem-estar subjectivo	85
9.2 Representação social do risco	86
9.2.1 Percepção do risco	86
9.2.2 Ambições	86
9.2.3 Obstáculos	87
9.3 Exclusão Social	88
9.3.1 Privação	89
9.3.2 Desqualificação	90
9.3.3 Desafiliação	91
9.4 Considerações Finais	92

Bibliografia	95
Anexo 1 Tabela Sentimento de poder influenciar as decisões que afectam a comunidade	102
Anexo 2 Tabela Motivações para realizar actividades de voluntariado	104
Anexo 3 Tabela Participação no quotidiano	106
Anexo 4 Tabela Pessoas com quem os jovens discutem assuntos políticos e sociais	108
Anexo 5 Gráfico Confiança interpessoal	109
Anexo 6 Tabela Confiança dos jovens nos adultos	110
Anexo 7 Tabela Confiança: por idade	112
Anexo 8 Gráfico Confiança nos políticos	114
Anexo 9 Gráfico Percepção de felicidade	116
Anexo 10 Tabela Sinopses das entrevistas	118
Anexo 11 Tabela Grelha de análise de conteúdo	138
Anexo 12 Guião de entrevista	144

# Lista de Tabelas

Tabela 1 Factores de pobreza e exclusão social	20
Tabela 2. Grelha analítica	68
Tabela 3. Participação Social	69
Tabela 4. Participação nas decisões que mais afectam os Jovens no LMJCB	70
Tabela 5. Participação na comunidade	70
Tabela 6. Participação na escola	72
Tabela 7. Melhorar a sociedade no quotidiano	73
Tabela 8. Discussão de assuntos políticos e sociais	73
Tabela 9. Ser ouvido e controlo das decisões	74
Tabela 10. Assuntos que mais preocupam os jovens	75
Tabela 11. Contactar uma instância oficial	75
Tabela 12. Participação em alguma forma de protesto	76
Tabela 13. Probabilidade e importância de votar	76
Tabela 14. Contactos e Significado da Internet	78
Tabela 15. Pessoas conhecidas que vivem perto	79
Tabela 16. Significado da amizade e pessoas importantes para os jovens	80
Tabela 17. Perspectiva em relação à futura profissão e conhecimento de alguém com esse emprego	80
Tabela 18. Confiança	81
Tabela 19. Receber e fazer favores	82
Tabela 20. Conceção da comunidade	83
Tabela 21. Sentimento de pertença	84
Tabela 22. Bem-estar subjectivo	85
Tabela 23. Percepção do risco	86
Tabela 24. Ambições	87
Tabela 25. Obstáculos	88
Tabela 26. Exclusão social	89

# 1. Introdução

O objecto de estudo da Sociologia abrange pontos de vista diversos e o debate interdisciplinar que suscita mostra a diversidade quase inesgotável de abordagens possíveis para a compreensão dos fenómenos culturais, sociais, económicos e políticos. A complexidade resultante da relação entre o indivíduo e a sociedade gera interpretações muito diversas acerca das normas e padrões de comportamento das relações sociais.

A sociedade contemporânea é palco e produto de alterações que determinaram novos modelos de investigação e nos impelem a uma análise centrada na capacidade de reflexão dos indivíduos sobre as condições sociais da sua existência. A coexistência de distintas forças socializadoras, a diversidade de referências e a ausência de um sistema único e integrado de valores, configura um campo de socialização muito diversificado. Isto leva a que o indivíduo seja impelido a traçar as suas próprias directrizes de maneira cada vez mais consciente e reflexiva, fazendo uso da razão, reportando-nos assim ao conceito de «reflexividade». Podemos então falar da construção de um novo sujeito social, não apenas influenciado e determinado pelas instâncias tradicionais de socialização, mas emergindo de novas formas de interacção social e contribuindo para a produção de um novo “habitus” ajustado às pressões modernas.

Partindo do pressuposto de que a marginalização dos indivíduos decorre da ausência de cidadania, impedindo-os de participar nas decisões que interferem nas suas vidas e usufruir dos benefícios económicos e sociais, é função intrínseca dos técnicos de intervenção social dotar esses indivíduos de competências que lhes permitam desenvolver uma participação plena na sociedade, aos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, económico, político, social e cultural. Numa sociedade dominada por riscos científicos, sociais, ambientais e tecnológicos os indivíduos mais vulneráveis são as principais vítimas da exclusão.

Na parte curricular do mestrado em «Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais» o conceito de participação assumiu-se transversal a todas as disciplinas; os indivíduos para se integrarem têm que se envolver com a comunidade. Este conceito é uma das dimensões do capital social que suscita actualmente bastante interesse por parte dos investigadores sociais, na medida em que permite apreender a forma como os indivíduos, através de redes sociais gratificantes e actos de cidadania, conseguem confiar em si e nos outros.

Neste contexto, as noções de exclusão social, capital social e representação social do risco, constituem os conceitos fundamentais deste estudo, na medida em que a sua análise permite não só ter uma percepção mais real dos mecanismos de discriminação e exclusão que se

geram na sociedade, como também conceber ferramentas que visem a promoção e reforço das capacidades e competências necessárias para a integração dos indivíduos marginalizados socialmente.

Na última década, o autor da presente dissertação trabalhou continuamente com jovens institucionalizados em lares de infância e juventude (LIJ) e foi sempre seu intuito educá-los, dotando-os de capacidades que facilitassem a sua integração social. O exercício consciente da cidadania e o envolvimento destes jovens com a comunidade são dois dos aspectos fundamentais que caracterizam a acção educativa no Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco (LMJCB). Pretende-se com a escolha deste tema conceber ferramentas que possam auxiliar o autor, enquanto trabalhador social, no alcance de formas mais eficazes de intervenção, promovendo a autonomia e responsabilidade dos seus educandos, o seu empowerment.

O objecto desta investigação incide sobre Jovens em perigo, do sexo masculino, institucionalizados no LMJCB, ao abrigo da medida de promoção e protecção de menores, designada «acolhimento em instituição». O ponto de partida deste estudo resume-se à seguinte interrogação: num quadro de exclusão social, risco e vulnerabilidade, qual o capital social dos jovens do LMJCB? Através de um estudo de caso de 9 jovens do LMJCB, tentar-se-á apreender a conexidade de influências entre a representação social do risco, a exclusão e o capital social.

Um estudo desta natureza comporta algumas dificuldades, tendo em conta a sua complexidade. Por este facto, foram definidos os seguintes objectivos, como linhas orientadoras desta investigação.

1. Saber qual o nível de escolarização e socioeconómico dos jovens do LMJCB; dificuldades intrínsecas, experiências de marginalidade e subsistência dos seus laços sociais;
2. Entender qual o grau de bem-estar subjectivo e confiança social destes jovens; o seu envolvimento na sociedade e em redes sociais; a sua identificação com o lugar onde vivem;
3. Perceber as suas representações sociais do risco bem como os limites que obstam as suas ambições futuras.

Numa primeira fase deste estudo, designada Modernidade Reflexiva e Sociedade do Risco, é feita uma análise a alguns dos traços fundamentais que caracterizam a sociedade do risco, nomeadamente a individualização dos sujeitos e a sua necessidade crescente de tomar decisões de forma reflexiva. Numa etapa seguinte, são apresentadas algumas investigações

sobre a ligação dos jovens com o conceito do risco, com o intuito de perceber o significado desta relação e extrair as dimensões para o estudo de uma das problemáticas deste trabalho, a representação social do risco.

Para se compreender a natureza dos dados recolhidos, num momento seguinte, importa dar conta da emergência de novos valores sociais na actualidade, clarificando os conceitos de valores materialistas e pós materialistas.

A exclusão social assume-se como uma das prováveis consequências da omnipresença do risco na contemporaneidade e das incertezas que dele advêm. No decorrer deste ponto, delinearam-se as dimensões da problemática da exclusão social que orientaram o presente estudo. Importou saber quais os factores que a impulsionam, as formas e estratégias de vida dos grupos mais vulneráveis à marginalidade.

O ponto seguinte enuncia algumas das mais expressivas correntes sociológicas que estudam a juventude avaliando-se, através da sua análise, a fragmentação que caracteriza maioritariamente o percurso dos jovens para a vida adulta. Esta trajectória pouco linear, comparada com a das gerações precedentes, é influenciada pelo capital social de que os jovens são detentores. Este conceito foi apresentado no quinto ponto, onde se expõem as abordagens dos principais teóricos do capital social, dando conta do valor de algumas das suas forças geradoras, como a participação na comunidade, as redes sociais, a reciprocidade e a confiança. Apesar deste estudo abordar apenas os aspectos positivos do capital social, foi feita uma alusão, embora breve e superficial, aos seus aspectos negativos. Após projectar as principais linhas orientadoras da problemática do capital social dos jovens, apresentando alguns estudos desenvolvidos nesse âmbito, emergiu, da crítica desses estudos, a categorização das dimensões do capital social, cuja exposição se apresentou nas secções finais deste capítulo.

No ponto seis, procedeu-se à caracterização e enquadramento legal do Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco. Este estabelecimento destina-se a receber em regime de internamento, crianças e jovens do sexo masculino, até aos 21 anos, a quem foi aplicada uma medida de promoção e protecção de acolhimento institucional. Funciona em regime aberto e define-se como um lar que favorece uma relação afectiva do tipo familiar.

O sétimo ponto contempla a metodologia utilizada, para de seguida se justificarem as técnicas e instrumentos de pesquisa dos dados deste exercício compreensivo. Após a selecção dos entrevistados, foram demarcadas as questões éticas relacionadas não só com a obtenção das informações, bem como também com a sua recolha e difusão, culminando este ponto com a exposição das estratégias de recolha e análise dos dados. A preferência pela escolha desta

metodologia residiu no facto de a mesma propiciar uma análise centrada no indivíduo e no sentido das suas acções.

Nos últimos pontos, realizou-se uma breve incursão nos percursos de vida dos jovens em estudo, dando especial relevo às situações de exclusão e marginalidade que conduziram à sua institucionalização no LMJCB. Subsequentemente, foi feita a exposição e interpretação dos dados à luz das teorias orientadoras desta investigação, indo ao encontro dos objectivos delineados inicialmente. Por fim, dando sentido a esta reflexão, tecem-se as considerações finais e apresentam-se algumas propostas para futuras investigações.

## 2. A Modernidade Reflexiva e a Sociedade do Risco

As mudanças a que a sociedade actual está sujeita e a conseqüente necessidade de melhor a compreender suscitou a sua designação em vários epítetos. Neste cenário, são necessárias novas conceptualizações para melhor entender as vidas dos jovens, ou seja, na perspectiva de Cartmel e Furlong (2007b:3) “estudar a juventude é uma oportunidade ideal para examinar a relevância das novas teorias: se a ordem social mudou e as estruturas sociais se fragilizaram, será de esperar que se encontrem evidências destas mudanças nos jovens, pois estes encontram-se na encruzilhada do processo de reprodução social”. Nietzsche (2007) na sua obra, exorta para uma transmutação de valores; ora, é o que estamos a assistir na contemporaneidade. O jogo mudou, as regras já não são as mesmas, ou seja, as teorias da sociologia clássica deixam de ser suficientes para fazer face à nova sociedade emergente. Beck (1992:10) sublinha esta posição ao afirmar que “a modernização no âmbito da sociedade industrial é substituída por uma premissa de modernização da sociedade industrial que não tinha sido antecipada por nenhuma teoria ou livro de receitas políticas até aos dias de hoje”.

A sociedade industrial era marcada por certezas ou seja, as esferas da vida (escola, profissão e família) tinham a característica da linearidade; a classe social e o género ditavam a vida. Na modernidade líquida (Bauman, 2001), as biografias são cada vez mais fragmentadas e por sua vez a transição dos jovens para a vida adulta é delimitada pela incerteza e pelo risco. Nesta recente visão da sociedade, subjaz o conceito de individualização no qual “os indivíduos devem inovar as regras numa *bricolage* das suas próprias identidades” (Lash 1999 *cit.* Adams, 2003:222); por outras palavras, “os indivíduos livres das rígidas e prescritas categorias sociais tais como os papéis de género têm de construir a sua própria vida, concebendo a sua própria biografia (Beck and Beck-Gernsheim 1995, *cit.* Adams, 2003:223).

A reflexividade é outro conceito chave nesta teorização, que assume um papel alargado em processos de auto-identidade, uma vez que entra em contacto com as configurações pós-tradicionais que emergem do dinamismo da modernidade. A auto-consciência reflexiva proporciona ao indivíduo a oportunidade de construir a auto-identidade, sem os grilhões da tradição e da cultura, que criaram anteriormente limites relativamente rígidos para uma auto-compreensão dos sujeitos (Adams, 2003).

## 2.1 Sociedade do Risco

Não só Beck (1992) como também Giddens (1998) aspiram reinventar o imaginário sociológico com o conceito de sociedade do risco para enfrentar os novos desafios da contemporaneidade, ou seja, a modernidade clássica já não é suficiente para investigar uma sociedade dominada por riscos científicos, sociais, ambientais e tecnológicos (Ekberg, 2007). A sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada pela sociedade do risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, económicas e geográficas da típica primeira modernidade. Sobrepondo-se à ruptura de velhos laços de pertença, segundo Costa (2004), impõe-se a adaptação a novas exigências sistémicas como o ajuste à lógica do mercado de trabalho, a dependência das oportunidades de consumo e de utilização de serviços, os limites do atendimento dos sistemas especializados de educação e saúde, etc.

A sociedade industrial, segundo Beck (2000), torna-se obsoleta com a emergência da sociedade do risco, que é uma fase de desenvolvimento da sociedade moderna na qual os riscos sociais, políticos, económicos e individuais, tendem cada vez mais a escapar às instituições de monitorização e protecção da sociedade industrial. Para compreender melhor esta transição da modernidade para a modernidade tardia, Furlong e Cartmel (1997b:6) exemplificam através da metáfora do comboio e do carro: o primeiro transporte caracteriza o caminho preestabelecido da sociedade industrial da origem ao destino, enquanto que o segundo descreve a sociedade do risco em que o condutor escolhe o seu caminho, tendo a sensação de controlo; contudo é o tipo de carro que lhe condiciona a viagem.

Beck (2000) refere duas fases na sociedade do risco. A primeira fase, “um estádio em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam assuntos públicos, nem o centro de conflitos políticos” (*Ibid*: 5). A sociedade industrial ainda predomina e as decisões são tomadas como riscos residuais, (sociedade do risco residual); na segunda fase, “os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e os conflitos públicos, políticos e privados. Aqui, as instituições da sociedade industrial tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar” (*ibidem*: 5). A sociedade, por um lado, ainda toma decisões e enceta acções de acordo com o padrão da velha sociedade industrial; por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política estão nublados por debates e conflitos que têm a sua origem no dinamismo da sociedade do risco.

Para Ekberg (2007) são seis os parâmetros, interligados entre si, da sociedade do risco:

— A omnipresença do risco;

- Diferentes percepções do risco:
  - Riscos naturais e tecnológicos
  - Risco real e socialmente construído
  - Risco invisível, visível e virtual
  - Risco presente e percebido
  - Risco sem fronteiras
  
- Orientação reflexiva do risco;
  
- Risco e confiança;
  
- Políticas do risco;
  
- Proliferação do conceito de risco.

De acordo com Thompson (2000), a sociedade do risco é caracterizada entre outros factores, pelos que a seguir se enunciam:

- Rápida mudança das várias dimensões da vida, desde o trabalho à família, influenciadas muitas vezes pela globalização;
  
- Múltiplas identidades, lealdades e aspirações;
  
- Grande ênfase no consumismo, sociedade hedonista;
  
- Mais focada na escolha, estilos de vida e individualidade;
  
- Incrementação do pluralismo, e cultura popular;
  
- O perverso aumento de informação, conhecimento em diferentes áreas economias, sociais políticas e trabalho;
  
- A crescente importância dos mass media e a sua incorporação no dia-a-dia;
  
- O desenvolvimento de várias noções de participação política, tais como movimentos populares, grupos de auto-ajuda, reformas da constituição e cidadania activa.

As consequências destes riscos na sociedade, segundo o autor, são os seguintes:

- A intensificação das desigualdades sociais, a nível do emprego, habitação, saúde e educação e acesso à informação;
- Aumento da exclusão social, de sentimentos de desespero e falta de esperança resultantes das múltiplas privações.

Segundo Giddens (2000), a noção de risco na modernidade adopta dois níveis complementares. Tudo parece ser um cálculo essencial, sendo o risco um aspecto meramente estatístico; a precisão dos cálculos do risco é encarada como um sinal de sucesso em controlar o mundo.

Lash (2000:112) sublinha que, por um lado, “na obra de Beck, *Risk Society*, cujo tema é a mudança social, a reflexividade tornada possível pela individualização, pretende provocar a mudança social através da minimização de riscos ambientais.” Por outro lado, Giddens (1990) citado pelo mesmo autor, realça os riscos psíquicos e sociais em detrimento dos riscos ambientais, dando ênfase à forma como se podem manter níveis razoáveis de estabilidade e ordem na sociedade e nas personalidades dos seus agentes. Por sua vez, Pedro Hespanha (2002:22) refere que “a diferenciação social é um dos processos associados à globalização que permite explicar fenómenos bastante visíveis nas sociedades contemporâneas, como a acentuação das desigualdades, a crescente marginalização de certas camadas e a gradual destruição das solidariedades sociais. Ela opera através de um duplo efeito. Por um lado, um efeito de segmentação social, consistindo na descolagem dos segmentos mais débeis dos grupos sociais situados na base da sociedade e na promoção dos mais fortes situados no topo. Por outro, um efeito de individualização da vida social, ou seja, uma maior autonomia dos indivíduos relativamente às estruturas colectivas de autoridade baseadas na tradição ou no poder do Estado”.

A sociedade moderna, impulsionada pelo acelerado desenvolvimento tecnológico e cultural, encarna uma nova etapa do capitalismo. A globalização não é apenas um fenómeno económico. Ela corresponde à transformação do tempo e do espaço, provocando mudanças profundas nas sociedades contemporâneas. Novos desafios são colocados ao homem; cultura, Estado, educação, mundo do trabalho sofrem as influências de um novo paradigma, devendo adaptar-se ao mesmo.

### 2.1.1 Individualização

A individualização é uma das consequências da sociedade do risco. Esta, segundo Beck (2000), não significa isolamento, solidão, o fim de todos os tipos de sociedade, ou a impossibilidade de relacionamento. Constitui “primeiro a descontextualização e em segundo a

recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial, substituindo-os por outros novos, nos quais os indivíduos têm que produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias” (Beck, 2000: 13). O mesmo autor acrescenta que “a individualização significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a obrigação de encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros. Mas, também significa novas interdependências, algumas delas globais. A individualização e a globalização são, de facto, duas faces do mesmo processo de modernização reflexiva” (*Ibid*:14). Por conseguinte, “a individualização significa que a biografia padrão se transforma numa biografia escolhida, numa biografia ‘faça você mesmo’ ou nas palavras de Giddens, numa ‘biografia reflexiva’” (*Ibid*: 15).

Para Scott Lash (2000:108) a “individualização genuína, abre possibilidades positivas de subjectividade autónoma em relação aos nossos ambientes natural, social e psíquico”. Num sentido diferente, Santos (1994) citado por Hespanha, (2002:26), coliga o decurso da individualização “ao regresso do mercado e sublinha o facto de a aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade surgida como reacção a uma cidadania atomizante e estatizante se ter convertido em privatismo, dessocialização e narcisismo por força da compulsão consumista e da difusão social da produção capitalista. Narcisismo e autismo seriam as marcas de uma subjectividade sem cidadania”. “Para as interpretações de juventude que se baseiam nas teses da modernização reflexiva, a perda de importância das narrativas identitárias e dos padrões de significação colectiva da sociedade industrial colocam o jovem numa situação de indefinição que facilmente conduz à individualização” (Augusto, 2006:65). Todavia, segundo Olofsson e Wall (2008), emergiu nas sociedades industrializadas um falso conceito de individualização, pois os indivíduos viam-se como livres e iguais; contudo, a sua liberdade era determinada pelo berço, laços ou género. Durante a modernidade tardia, o processo de individualização é acelerado pelo Estado-Providência e pela fragmentação das estruturas sociais pré-modernas e tradições. Em vez de depender de factores sociais, o indivíduo começa a subordinar-se às políticas sociais, mercado económico e moda para construir a sua biografia.

As transformações na sociedade contemporânea, também se verificam ao nível da política e no que respeita à forma como os diferentes actores sociais agem perante ela. Segundo Beck (2000), este tipo de individualização não se reduz ao privado, torna-se também político. Por um lado, desenvolve-se o vazio político das instituições e, por outro, assiste-se a um renascimento não institucional do fenómeno político.

## 2.2 Reflexividade

Para pensar o conceito de reflexividade, Giddens, (2000) realiza um confronto entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. A destradicionalização que caracteriza as sociedades modernas não significa o fim da tradição, mas sim a exigência que ela seja justificada. A vida social com a tradição era voltada para o passado. A modernidade rompe com essa ideia, permitindo o desenvolvimento pleno da reflexividade voltada para o presente e para o futuro. A identidade social dos indivíduos deixa de ser limitada pela tradição. O conceito de modernidade formulado por Giddens (2000) enfatiza o culto das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade mutável, ao romper com as práticas e preceitos pré-estabelecidos. O *self* torna-se cada vez mais um projecto reflexivo, pois não existindo a referência da tradição, revela-se para o indivíduo um mundo de diversidade, de possibilidades abertas e de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planeamento estratégico da sua vida assume especial importância. O conceito de modernização reflexiva implica que quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os “agentes” (sujeitos) adquirem a capacidade de reflectir sobre as condições sociais da sua existência e, assim, modificá-las. A autonomia do sujeito é privilegiada e tornou-se um imperativo na sociedade reflexiva, relegando para segundo plano a importância da tradição. A reflexividade social corresponde ao facto de as pessoas serem cada vez mais bem informadas e tomarem decisões por si mesmas, a respeito de tudo.

Beck (2000:165) frisa que “uma tese elementar da modernização reflexiva afirma que quanto mais modernizadas são as sociedades, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de reflectir sobre as condições sociais da sua existência e de as mudar dessa maneira”. Todavia, o autor avança que “a tese fundamental da teoria da reflexividade da modernidade, rudemente simplificada, seria assim: quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais se dissolvem, consomem, modificam os fundamentos da sociedade industrial. O contraste reside no facto disto poder perfeitamente ocorrer sem reflexão, para além do conhecimento e da consciência” (*Ibid*:167). A transição autónoma, indesejada e imperceptível da sociedade industrial para a sociedade do risco, denomina-se de modernização reflexiva, que é a possibilidade de autodestruição da sociedade industrial, onde o sujeito dessa revolução não é a revolução, nem a crise mas a vitória da modernização ocidental Beck (2000). A modernização reflexiva significa a descontextualização e recontextualização das formas sociais industriais por outro tipo de modernidade. Para Lash, (2000:108) “se a modernização simples significa subjugação, então a modernização reflexiva implica a capacitação dos sujeitos”. O mesmo autor chama a atenção para os “perdedores da reflexividade” que não têm as mesmas oportunidades de vida dos “ganhadores da reflexividade”.

Na perspectiva de Beck (2000), a reflexividade implica uma crescente liberdade e crítica em relação aos sistemas periciais. Contudo para Giddens, (2000) os sistemas periciais ajudam-nos a obter segurança. Por seu turno, Lash (2000), enuncia três tipos de reflexividade. A cognitiva, que se assemelha às posições de Beck e Giddens, a estética e hermenêutica que estão mais de acordo com as ideias do autor. Giddens (2000) contesta a posição de Lash, sugerindo que não acredita na existência da reflexividade estética ou, pelo menos, na forma como o autor a apresenta. A reflexividade pode ser considerada, deste ponto de vista, como uma das maiores influências sobre o dinamismo das sociedades modernas, na medida em que motiva o exame das práticas sociais à luz de informações renovadas que podem modificar o seu carácter. Não se verifica a adopção do novo por si só, mas sim a reflexividade do quotidiano. Não se obedece a uma autoridade pelo facto de ser tradicional, mas sim pelo resultado da reflexão.

## 2.3 Jovens e Risco

Existe uma panóplia de bibliografia sobre *jovens em risco*; contudo, numa revisão da literatura realizada por Withers e Batten (1995) citados por Kelly (2001), estes identificam dois pontos-chave que muitas vezes se encontram em conflito:

1. O primeiro ponto define as “intenções humanísticas” que têm por base a assistência, suporte, perigo ou dano dos jovens que poderão estar em risco;
2. O segundo ponto relaciona-se com “intenções económicas” e pretende validar os propósitos de regular as identidades dos jovens, ou seja, “ põe em primeiro plano os custos e benefícios - dos jovens e das famílias mas principalmente das nações e comunidades - reconhecendo factores de risco e populações em risco, mobilizando certas intervenções baseadas nestas identificações (Withers e Batten, 1995:5-6 *cit.* Kelly, 2001:24)”.

Existe uma luta constante entre as posições acima referidas pela supremacia nos programas de intervenção de *jovens em risco*. Os mesmos autores referem que todos os jovens ao experienciarem tensões psicológicas e sociais são de alguma forma *jovens em risco*. Este discurso revela-se perigoso pois tenta dominar as identidades dos jovens. Como sugere Kelly, (2001), a ascensão dos governos neoliberais instrumentalizam o risco como técnica de vitimizar aqueles que fogem à normalidade.

Contrariamente aos estudos que estão focados nos processos cognitivos que avaliam o conceito de risco, Olofsson e Wall (2008) apelam para uma perspectiva sociológica do risco. O

conceito de *sensemaking of risk*, contém a forma como o risco é avaliado num contexto social, pelos jovens no seu dia-a-dia. Os autores pretendem compreender o conceito de *sensemaking of risk* através dos termos globalização e individualização, enquadrando-os com a proveniência, ou seja, o local onde moram os jovens. Os aspectos sociais do risco analisados à luz da teoria da modernização, propiciam um melhor entendimento da situação dos jovens que vivem em diferentes sítios (urbano/rural). A pertinência de se usar o conceito de *sensemaking* deve-se ao facto de os autores acreditarem que o *sensemaking of risk* é mais importante para o comportamento dos jovens perante o risco do que a percepção individual do risco, pois o risco é evitado ou procurado no seu contexto, concluindo que não existem diferenças na percepção do risco por parte dos grupos.

Num estudo realizado pelos autores, foram entrevistados grupos de adultos e jovens separadamente, em grandes cidades e povoações rurais. Nas análises feitas ao sentido que os jovens dão ao risco, os grupos rurais falaram numa perspectiva de comunidade, enquanto os grupos urbanos manifestaram uma perspectiva individualista. O estudo demonstrou que o risco tanto pode ser entendido como global, como pode depender da relação dos indivíduos a certos lugares. O mesmo se passou com os adultos entrevistados; os grupos rurais expressaram uma perspectiva centrada no *nós*, enquanto que os grupos urbanos revelaram uma perspectiva centrada no *eu*. O que poderá explicar as desigualdades de *sensemaking of risk* nas regiões estudadas é que nas cidades os processos de individualização e globalização estão mais patentes com a transmutação de valores e normas, enquanto que no meio rural as tradições ainda imperam e as pessoas sentem-se como um colectivo.

Utilizando as noções de capital cultural, habitus, reflexividade e risco, Threadgold, e Nilan (2009) revelam a importância destes conceitos para conhecer os jovens nas suas negociações perante o risco. Os autores defendem a emergência de uma nova reflexividade no habitus dos mais novos, sublinhando a importância da classe socioeconómica de onde provêm. O seu estudo incidiu sobre estudantes de ambos os sexos, com idades entre os 16 e os 18 anos, em três escolas secundárias de diferentes meios económicos e sociais. No estudo foi perguntado aos adolescentes quais as suas ambições perante a vida e os obstáculos que poderiam encontrar, sendo que a primeira dimensão se relaciona com o habitus e a segunda com a reflexividade e percepção dos riscos, indicando ambas a “trajectória do self” (Giddens, 1991 *cit.* Threadgold, e Nilan, 2009:49). O estudo demonstrou que na escola cuja população era mais desfavorecida, os jovens revelaram preocupações materiais, respondendo de forma realista. Nas escolas onde os alunos eram mais abastados, estes responderam de forma mais abstracta, focando as suas inquietações na auto-disciplina e realização pessoal. Os autores, concluíram que o sucesso nas negociações perante o risco está fortemente ligado ao estatuto socioeconómico e capital cultural.

Vornanen, Törrönen e Niemelä, (2009) exploram o conceito de insegurança definido por jovens finlandeses à luz da teoria da sociedade do risco. Recolheram os dados de cinco escolas de diferentes regiões da Finlândia. O questionário foi realizado a 922 estudantes, dos 13 aos 17 anos. Os autores dividiram em três as experiências de insegurança dos mais novos: o círculo interior que diz respeito às experiências e emoções íntimas relacionadas com a insegurança; o círculo social, que se refere às interações sociais relacionadas com a insegurança; e o círculo exterior, ou seja, as condições externas relacionadas com a insegurança. Os autores sublinham que as descrições dos jovens sobre a insegurança corroboram a tese da sociedade do risco em que todas as pessoas estão expostas a várias incertezas.

## 2.4 Novos valores sociais

Nas últimas décadas, uma das mudanças que caracterizou as sociedades ocidentais foi a transição dos valores assentes numa dimensão económica e no conflito entre liberalismo e socialismo para valores pós-materialistas onde a pedra de toque é a dimensão existencialista e conflito entre liberalismo/autoritarismo e conservadorismo/progressismo (Augusto, 2006).

Paradoxalmente, vivemos numa sociedade onde o consumismo cresce desenfreadamente e onde os valores são cada vez mais pós-materialistas; “temos grandes centros comerciais onde os cidadãos consomem; contudo nos países ricos cada vez se conota menos felicidade com o materialismo” (Delhey, 2009:50). Tomando como referência a pirâmide de Maslow (1943) citado por Delhey (2009), numa hierarquia de necessidades, quando as mais básicas (fisiológicas e de segurança) estão satisfeitas, as prioridades começam a ser as de promoção da auto-estima e auto-realização. Esta constatação deve-se ao facto de nas sociedades pós-industriais, tal como verificou Inglehart 2008, haver um aumento de bem-estar económico e de segurança.

É importante salientar que as últimas gerações têm beneficiado de um clima de segurança e melhoria das suas condições de vida em relação aos seus ascendentes. Consequentemente desenvolvem novos valores sociais como “a autonomia, a diversão, a experimentação, etc. (cf. Du Bois-Reymond, 1998; Pais, 1998; Singly, 2000 *cit.* Pais, Cairns, e Pappámikail, 2005:110), além de crescentes expectativas de realização pessoal” (cf. Mörch, 1997; Côté, 2000 *cit.* Pais, Cairns, e Pappámikail, 2005:110). Neste contexto, os novos valores sociais são constringidos pela conjuntura económica mundial que os impele à luta dos seus direitos.

Neste paradigma existe uma progressiva desinstitucionalização da participação política dos jovens devido ao desencantamento do activismo político formal, surgindo assim novas formas de acção, ou seja, “mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação, a juventude é

entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores, o que nem sempre resulta numa avaliação positiva da sua intervenção política, em grande medida porque ocorre à margem dos mecanismos institucionais do sistema democrático” (Augusto, 2008:161).

## **Síntese da modernidade reflexiva e da sociedade do risco**

Em contraste com a sociedade industrial surge na contemporaneidade a sociedade do risco. Se a marca da primeira era a linearidade das transições para a vida adulta contidas pela etnia, género ou classe social, a segunda tem o cunho na libertação dos marcadores sociais, onde as biografias interpretadas sem papel prévio emergem num contexto de trajectos de vida carimbados pela sinuosidade e onde é apelado aos indivíduos empregarem a reflexividade perante a panóplia de riscos que lhes surjam. Torna-se, portanto, importante estudar estes jovens duplamente em risco, já que as gerações mais novas se desenvolveram nesta mudança social. É ainda fulcral entender se estas gerações deixaram de ter consciência dos ditos marcadores sociais ou se as suas biografias são fortemente marcadas pela sua posição inicial e pelas condições socioeconómicas e se a reflexividade é condicionada pelo capital cultural dos jovens.

O discurso dos jovens em risco é instrumentalizado para culpabilizar as famílias e os mais novos da sua condição descurando o contexto político, social e económico. Na compreensão da representação social do risco é necessário ponderar como ele é experienciado em contexto de vida, pelos jovens; apreender se a sua institucionalização condiciona este facto ou se por outro lado os actores em estudo são conscientes das vulnerabilidades que emergem da sociedade do risco.

Nesta nova conjuntura surgem diferentes valores sociais mais permeáveis às novas gerações. Importa saber se nesta população em estudo, onde as necessidades mais básicas muitas vezes não foram satisfeitas, se assiste à clivagem entre gerações onde as mais velhas se pautam por valores materialistas e as mais novas por valores existenciais.

## 3. Exclusão social

### 3.1 Pobreza e Exclusão Social

Não houve em tempo algum tanta abundância como a que existe na actualidade; contudo, paradoxalmente, os pobres e os excluídos são cada vez em maior número. Com o advento da modernidade líquida (Bauman, 2001) e toda a sua conjuntura, as desigualdades sociais têm crescido exponencialmente. “As “novas” desigualdades são, (...), sobretudo, intracategoriais. Às desigualdades intercategoriais, mais ou menos aceites em sociedade desde que não ultrapassem determinados patamares a partir dos quais se pode falar de exclusão, juntam-se agora as desigualdades intracategoriais, menos visíveis, mais difíceis de medir e menos aceites do ponto de vista social” (Augusto, Simões, 2007:7).

A Sociedade do risco, como já se sublinhou, revelou novas incertezas na sociedade, ou seja aquilo que era dado como seguro (trabalho, família...) tornou-se volátil e efémero. A pobreza, entendida como a falta de recursos económicos, acabou por ser insuficiente para explicar a condição dos mais desfavorecidos, optando-se pela noção de exclusão social, um conceito multidimensional.

Não existe consenso nas definições de pobreza e exclusão social. O conceito de pobreza revela-se estático pois remete-nos para uma situação de privação económica (Costa, 2008). A noção de pobreza evolui “evidenciando uma progressiva desmultiplicação do conceito em várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas à pobreza” (Ferreira et al. 1999:67). Assim sendo, podemos distinguir as seguintes dicotomias, cujas definições abaixo se explicitam - *pobreza absoluta/relativa, pobreza objectiva/subjectiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/pobreza duradoura* (Ferreira et al. 1999):

A *pobreza absoluta*, refere-se à não satisfação das necessidades básicas, enquanto que a *pobreza relativa* implica não ter os recursos necessários, estar abaixo do padrão médio de vida de cada país;

A *pobreza objectiva* tem por base um limiar de pobreza; por seu turno, a *pobreza subjectiva* relaciona-se com a dimensão da percepção e perspectiva subjectiva da pobreza;

A *pobreza tradicional* remete para o campesinato pobre enquanto que a *nova pobreza* como o nome indica associa-se aos novos pobres, ao emprego precário.

A *pobreza rural* espelha o envelhecimento da população agrícola, tal como a baixa produtividade, enquanto que a *pobreza urbana* se enquadra nas cidades e se traduz no trabalho precário e nos vários problemas sociais como a toxicodependência, alcoolismo e deficiência entre outros.

A *pobreza temporária* relaciona-se com a transitoriedade da pobreza, ou seja com os fluxos de entrada e saída da pobreza. A *pobreza duradoura* associa-se à reprodução da pobreza.

Surgem à volta da pobreza diferentes perspectivas teóricas, sobretudo, a abordagem culturalista e a sócio-económica (Capucha, 2005, Ferreira et al. 1999):

Abordagem Culturalista - estuda como se vive na pobreza - valores, percepções da pobreza e aspectos culturais. “Centra-se no carácter antropológico de comunidades famílias e indivíduos e no conceito de cultura de pobreza” (Ferreira et al. 1999:69);

Abordagem sócio-económica - remete-nos para um nível mínimo de subsistência (limiar da pobreza). “Tradição teórica organizada em torno de conceitos clássicos de “pobreza absoluta” e “pobreza subjectiva” é hoje dominante, quer em termos da agenda de pesquisa científica quer também em termos de discurso e da prática política” (Capucha, 2005: 69).

O combate à exclusão social apresenta-se como um processo dinâmico pelo qual se pretende a integração do indivíduo. Esta resulta da inclusão que é proporcionada pelas oportunidades criadas pela sociedade, mais a inserção feita pela vontade e capacidade do sujeito.

Existem várias perspectivas do conceito de exclusão social, sendo de destacar as correntes anglo-saxónicas e francófona. A primeira analisa a exclusão em termos de cidadania, ou seja, o não acesso aos direitos políticos e sociais dos cidadãos. A segunda considera a exclusão como a quebra de laços sociais (desafiliação), ou seja, a relação com o estado, trabalho, comunidade ou família é fracturada.

Por sua vez Jordi Estivill, (2003:16-17) liga as visões anteriores, afirmando que “a noção de *exclusão política* conduz ao campo dos direitos da cidadania, ao seu acesso, usufruto e às múltiplas barreiras que se lhe opõem (...). Apesar da importância destas duas dimensões, a social e a política, convém não esquecer que a noção de exclusão surge e alimenta-se da de *exclusão económica*. Foi para identificar as consequências das alterações que ocorriam nas economias ocidentais que esta noção se tornou mais habitual e popular”.

Existem duas posições sobre a pobreza e exclusão social: uma que culpa os indivíduos e outra que responsabiliza os factores sociais que a condicionam. Estas posturas, em vez de se

anularem, complementam-se, originado as teorias denominadas de síntese, como é o caso da base teórica do diagnóstico social em concelhos da Beira Interior (Augusto, Simões, (2007).

A exclusão social dos jovens tal como a de qualquer categoria social é multidimensional, ou seja, está condicionada por uma complexidade de factores, os quais Garcia et al. (2000:204) sintetiza da seguinte forma:

“... o crucial da exclusão na juventude encontra-se nos domínios da desresponsabilização familiar, parental, escolar, e institucional; no insucesso e renúncia à escola com o conseqüente encerramento da esfera de oportunidades e saídas profissionais socialmente valorizadas e inadaptação das capacidades de certos agrupamentos juvenis perante as mesmas; no ‘esquecimento de si’ que tende a acompanhar a desilusão sistemática, a frustração precoce sucessiva e a dominação simbólica-cultural, permeabilizando por sua vez, a adesão a quadros de resposta ilícitos que surgem aos jovens como campo de possibilidades organizadas não completamente “disfuncionais” (embora discriminadas e criminalizadas) à sociedade; na impermeabilidade, precariedade e instabilidade laboral ligada às drásticas mutações técnico-económicas, à economia paralela e ao mundo dos negócios escuros; no abuso do consumo de álcool e de drogas criminalizadas e incapacitantes para os padrões actuais da vida social e laboral; na ruptura entre as metas sociais consagradas e a capacidade para as atingir; no *laissez faire* da desresponsabilização social que se tem vindo a apoderar da própria juventude”.

Do discurso sobre jovens marginalizados que estão fora do mercado de trabalho e do sistema de ensino, subjazem noções como NEET (not in education, employment and training), *status zero* (Williamson, 1997 cit. Johnston et al. 2000) ou *underclass* (MacDonald, 1997). Nesta perspectiva, a marginalidade dos mais novos revela-se estática, revelando-se que esta posição não considera a heterogeneidade desta categoria social. Como Garcia et al. (2000) sublinha, são vários os factores que levam à não inserção dos jovens. Torna-se, portando, necessário estudar a exclusão social dos jovens à luz de conceitos mais dinâmicos. O caso do estudo «Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental» elaborado pelo Instituto de Segurança Social, constitui um contributo relevante neste âmbito. Este trabalho propôs-se, entre outros objectivos, traçar uma tipologia das situações exclusão, apresentando três dimensões que a constituem:

- *Privação* - “diz respeito ao acesso a recursos materiais. Esta dimensão remete para a tradição de estudo da pobreza entendida como insuficiência de recursos para manter condições de vida socialmente aceitáveis” (ISS, 2005:26), ou seja, não ter os meios para sobreviver. Os seus indicadores são os rendimentos e a negligência no tratamento dos jovens.
- *Desqualificação<sup>1</sup> objectiva e subjectiva* - a primeira consiste na estigmatização daqueles que não participam na vida económica e social. Como indicadores, podem

<sup>1</sup> Esta noção é inspirada em Paugam (1991) que caracteriza três tipos-ideais de assistidos num continuum entre *fragilidade* e *marginalidade*. Num extremo, estão aqueles que não têm acesso a boas

ser apontados os bairros degradados, desemprego, más condições de habitação, *handicaps* pessoais. A desqualificação *subjectiva* baseia-se nos “sentimentos subjectivos da situação que [os indivíduos] experienciam no curso da sua vivência social e também as relações sociais que estabelecem entre eles e com os outros” (ISS, 2005:26). Os seus principais indicadores são a interiorização da exclusão, baixa auto-estima e o sentimento de inferioridade.

- *Desafiliação* - é vista como a quebra dos laços sociais. Esta “ideia (...) remete para a conceptualização de Robert Castel (1991). Este autor propõe uma classificação que distingue os estatutos em função da pertença às ordens do trabalho e sócio-relacional. Entende que as situações de pobreza são o resultado ou efeito de situações que conjugam dois vectores: um eixo de integração (não integração pelo trabalho) e um eixo de inserção (não inserção numa sociabilidade sócio-familiar)” (ISS, I.P., 2005:27). Os indicadores mais relevantes são os laços sociais, institucionalização, estruturas familiares e a imigração.

Segundo Soulet (2000), a análise da exclusão social e da pobreza deve ponderar os factores macro, meso e micro que as influenciam. Por factores Macro, entende a economia e políticas internacionais, globalização e a tendência neoliberal; por meso, considera as redes sociais e as parcerias; por fim, os factores micro remetem para os indivíduos e suas famílias.

### 3.2 Formas de viver e estratégias perante a exclusão social

Torna-se pertinente ao estudar a exclusão social, referir os *modos de vida* que as categorias mais vulneráveis revelam para lhe fazer face, ou seja, a forma como a interiorizam e exteriorizam. “*Modos de vida* definem-se, então, pela interacção entre um conjunto de recursos e constrangimentos estruturalmente desenhados, por um lado, e o sistema de actividades reguladas e os modelos de vida adoptados pelos agentes, por outro lado” (Curie, Caussad e Hajjar, 1996; Costa, 1995 *cit.* Capucha 2005:97).

Luís Capucha (2005:217) divide em nove, os diferentes modos de vida dos portugueses, a saber:

Destituição - migrantes campo/cidade mal sucedidos; famílias muito numerosas e com fortes “handicaps”; pessoas sem abrigo. A sua estratégia de orientação para a vida é inexistente (sobrevivência em risco permanente), sendo o modo de vida com menos competências,

---

condições socioeconómicas, no meio aqueles que dependem da assistência social e os rótulos que daí advêm, no outro extremo aqueles que estão à margem da sociedade.

oportunidades e recursos de vida e, também com menos disposições e orientações culturais e relacionais;

Restrição - operários e empregados de fraca qualificação, com baixos rendimentos e empregos instáveis; reformados de pensões baixas; assalariados agrícolas; idosos; famílias monoparentais; pessoas com deficiência. A sobrevivência quotidiana é a sua estratégia de vida;

Dupla referência - imigrantes africanos que alimentam a esperança do regresso à terra de origem, tendo como estratégia de vida acumular capital económico que permita esse retorno; raramente esse objectivo é concretizado;

Poupança - campesinato e campesinato parcial, tendo como estratégia de orientação de vida a reprodução da família e do respectivo património, preparação da velhice, possível saída da pobreza pelo investimento continuado em recursos alternativos ou emigração;

Convivialidade - famílias urbanas de rendimentos incertos, semi-legais, ciganos pobres. As suas principais estratégias de vida são o expediente e a dependência, valorizando o prazer convivial;

Investimento na mobilidade (i) - operários e empregados com alguma escolaridade, emprego (cada vez menos) estável e rendimento fixo. As estratégias de orientação de vida consistem em acumular capital escolar (investimento na segunda geração).

Investimento na mobilidade (ii) - operários e empregados com alguma escolaridade, emprego estável e rendimento fixo. Têm como estratégia de vida a procura de oportunidades que lhes permitam subir na hierarquia da organização do trabalho, acumulando reservas de capital que lhes possam dar segurança;

Transitoriedade - desempregados, famílias monoparentais, jovens à procura do primeiro emprego e alguns pensionistas. As suas estratégias de vida orientam-se para recuperação da estabilidade perdida ou acomodação, ocorrendo em algumas circunstâncias a entrada nouro modo de vida;

Desafecção - reclusos e ex-reclusos, toxicodependentes, crianças em risco e pessoas sem-abrigo. A sua acção é orientada para valores e contextos marginais.

### **3.3 Condicionantes da pobreza e exclusão social**

Os factores que levam à marginalidade podem ser de natureza objectiva, como por exemplo o capital social de uma comunidade e subjectiva, como a apatia dos sujeitos e a forma como estes interiorizam a exclusão social.

Luís Capucha (2005), divide os factores de pobreza e exclusão social segundo dois eixos, conforme representado na tabela 1. O primeiro, situado num extremo, revela o nível societal (oportunidades); no outro extremo, o segundo eixo, mostra as pessoas e os seus contextos (capacidades).

Tabela 1 Factores de pobreza e exclusão social

Nível societal (oportunidades)	
Padrões de especialização económica, produtividade, salários e formas de regulação do trabalho;  Funcionamento do sistema fiscal;  Estrutura das habilitações escolares e das qualificações profissionais;  Orientação e funcionamento geral dos sistemas de ensino, de formação, de saúde, de protecção e de assistência social;  Dinâmicas demográficas e familiares;  Mercado de habitação, infra-estruturas (de transportes, saneamento, etc.) e oferta de equipamentos e serviços de proximidade;  Dinâmicas de organização e especialização dos territórios	Representações negativas e preconceituosas a respeito das pessoas em situação de exclusão;  Valores de solidariedade e justiça social;  Atitude face à responsabilidade social das empresas;  Níveis de informação e sensibilização de actores estratégicos e da sociedade em geral para os problemas dos grupos desfavorecidos;  Configuração cultural de orientação individualista
Pessoas e grupos auferindo baixos rendimentos salariais e benefícios sociais escassos;  Qualificações escolares e profissionais muito baixas ou inexistentes para parte significativa da população;  Desemprego, desemprego desencorajado, emprego sem qualidade e sobreexploração;  Insuficiência ou distancia de serviços de informação profissional especial em relação aos potenciais clientes;  Dificuldades de acesso a serviços e equipamentos (apoio à família, saúde, educação etc.);  Más condições de habitação e acesso a transportes;  Trajectórias espaciais e sociais de exclusão;  Organização familiar;  Pertença a círculos de pobreza instalada.	Auto-imagem desvalorizada;  Falta ou distorção da informação;  Fraca capacidade de mobilização colectiva e de reivindicação;  Escassez de iniciativas estratégicas e orientação para a sobrevivência quotidiana;  Acomodação à escassez das oportunidades e falta de motivação;  Indisciplina pessoal e menos capacidade de desempenho social regular.
Pessoas e seus contextos (capacidades)	

Fonte: Capucha, L. (2005:103). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta

A pobreza e exclusão sociais são compelidas por agentes estruturais como a economia e o desemprego e também desencadeadas por condicionantes subjectivas, devido às diferentes idiosincrasias dos indivíduos. Por fim, é importante salientar a importância dos factores Macro, Meso e Micro no exame dos fenómenos da exclusão e inserção das pessoas marginalizadas.

### 3.4 Grupos mais vulneráveis à exclusão social

Na perspectiva de Luís Capucha (2005:166), as categorias sociais são “construídas a partir da existência de atributos comuns a um conjunto de pessoas cuja agregação tende a ser socialmente reconhecível, em relação às quais é possível verificar empiricamente a maior probabilidade de viverem situações de pobreza e exclusão social”.

Dividem-se em três, os modos de afectação dos factores de exclusão (*Ibid*:170):

- Grupos com “handicap” específico - pessoas com deficiência, imigrantes; revelam problemas ligados às competências e oportunidades;
- Grupos “desqualificados” - desempregados de longa duração, trabalhadores com qualificações baixas ou qualificações obsoletas, idosos, famílias monoparentais; demonstram problemas ligados às competências e oportunidades;
- Grupos “marginais” - toxicodependentes e ex-toxicodependentes, jovens em risco, pessoas sem-abrigo, detidos e ex-reclusos; evidenciam problemas relacionados com as orientações culturais e relacionais.

### Síntese da exclusão social

Numa análise sobre grupos de risco onde são vários os factores que os tornam marginalizados, é importante estudá-los à luz do conceito de exclusão social, na medida em que o mesmo se caracteriza por ser multidimensional e dinâmico. A noção de exclusão social surge para fazer face à complexificação da sociedade onde a concepção de pobreza não consegue conter todos os domínios das populações mais fragilizadas.

É importante compreender a exclusão social da juventude pois é uma das categorias mais vulneráveis a situações desfavorecidas. São três as dimensões chave da exclusão que este estudo se propõe investigar:

- Pretende-se verificar quais as condições socioeconómicas dos jovens antes de ingressarem no acolhimento residencial (privação);
- Aprender quais as condições de habitabilidade (*desqualificação objectiva*) e quais as suas percepções relativas ao seu contexto de vida (*desqualificação subjectiva*);
- Perceber a importância dos seus laços familiares (*desafiliação*).

## **4. Perspectivas Sociológicas da Juventude e suas trajetórias para a vida adulta**

## 4.1 A Juventude como categoria social

Para analisarmos a juventude é importante avaliar a sua relevância como categoria social. Segundo Augusto (2008) existem dois obstáculos à caracterização sociológica da juventude: o primeiro prende-se com a importância da classe social na modernidade industrial. Para Bourdieu (1993) a juventude é apenas uma palavra e esta, tal como a idade “não são dados evidentes por si mesmos mas são construídos socialmente, na luta entre os jovens e os velhos” (Bourdieu, 1993: 95). Existem, desta forma, várias juventudes, como é apanágio da *corrente classista*. Por seu turno Galland, (2001:55) citado por Augusto, (2008:158) contesta esta posição referindo que “toda a categoria operatória recubra realidades socialmente diversificadas”.

O segundo obstáculo refere-se com a fugacidade que caracteriza a juventude, plasmada em muitas abordagens. “A juventude acaba por ser interpretada como uma espécie de ‘vácuo temporal’ no ciclo de vida que se define mais pelo que *não é* - nem criança nem adulto - do que pelo que efectivamente é e faz” Augusto (2008:158). Por seu turno Dean (1997) concebe a “juventude” como uma etapa indefinida entre a infância e a idade adulta, a dependência e a independência, podendo ser interpretada como uma fase de “retiro”.

Pais, (1990; 1993) frisa duas orientações sociológicas que observam a juventude por duas ópticas diferentes. Por um lado, a *teoria classista* que observa várias juventudes com diversas culturas, marcadas pela classe social; por outro, a *teoria geracional* que a toma como um todo homogéneo, com uma determinada idade, partilhando as mesmas frustrações e ambições, demarcando-se da cultura dominante. Este autor sublinha a contingência de cada uma destas visões, ou seja, afirma que é muito redutor estudar a juventude apenas por um destes prismas, devido à complexidade do quotidiano. Sublinha o mesmo autor que a juventude é heterogénea, dadas as diferenças existentes entre os jovens e as gerações.

O conceito de juventude é um termo em constante mutação pois, segundo Pais (1990:146), “proceder à explicação das transformações que têm afectado a juventude quando referida a uma fase de vida, ou seja, quando referida a um processo que se desenvolve num período determinado de tempo, isto é, que se inscreve numa duração, é um dos desafios que se colocam à sociologia. A juventude, quando aparece referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo”. Nesta linha de raciocínio, Coelho (2009), afirma que a fase da vida apelidada de «juventude» deve ser conceptualizada em função do contexto social, histórico e cultural em

que se inserem, comparativamente, as ideias de «jovem», «criança» e «adulto». Segundo este autor, “os grupos de meia-idade, nas sociedades ocidentais, pertencem a um grupo privilegiado e de que os grupos de indivíduos mais jovens e mais velhos são forçados a dependerem socialmente desse grupo” (Coelho, 2009: 362). Para outros autores, como Lages (2007), a juventude é a etapa da vida em que se adoptam mais comportamentos de risco principalmente pela população masculina em Portugal.

Em suma, a noção de juventude mostra, segundo os autores acima identificados, duas ideias relevantes. A teoria geracional, atribui ênfase aos factores biológicos e cronológicos que circunscrevem esta etapa da vida, tomando-a com um todo homogéneo em que as aspirações, frustrações e rebeldia são partilhadas por todos os indivíduos, da mesma forma. Sob o prisma da teoria classista, estes indivíduos não podem deixar de ser incluídos num determinado universo social.

Estas teorias complementam-se e, da sua confluência, é possível extrair ideias que permitem encetar um estudo mais autêntico desta fase da vida. Não obstante as diferenças intergeracionais, só faz sentido analisar o conceito de juventude à luz dos diversos contextos sociais em que se inserem.

## 4.2 Trajectórias de vida dos jovens

Nas últimas décadas, as transições da escola para o trabalho mudaram abruptamente na Europa ocidental (Cartmel e Furlong, 1997a), começando a ser cada vez mais desstandardizadas e individualizadas. Para uns jovens, a sua biografia é estandardizada, ou seja, há uma linearidade que, na esfera pública, começa com a educação e culmina na inserção no mercado de trabalho e, na esfera privada, se revela na passagem da casa dos progenitores para o matrimónio. Para outros jovens, as transições são mais complexas, fragmentadas e indefinidas. Usando a metáfora de Pais, (2001), são trajectórias yo yo, “processos de ida e vinda entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, entre viver em casa própria e na casa dos pais, ou ainda entre a conjugalidade e a vida de solteiro/a” (Pais, Cairns e Pappámikail, 2005:113).

Abrantes e Guerreiro (2007) ao se debruçarem sobre as transições para a vida adulta dos jovens focam três esferas centrais nestes percursos: a educação, o trabalho e a família. Sublinham ainda os constrangimentos em relação ao género e a falta de apoios que afectam estas trajectórias. Estas passagens são cada vez mais imprevisíveis ou, pelas palavras dos autores, a “educação, família, trabalho e lazeres tendem assim a combinar-se e a recombinar-se continuamente em padrões de vida flexíveis e temporários” (Abrantes e

Guerreiro, 2007:149). Utilizando uma metodologia *weberiana*, distinguem sete modelos de tipos-ideais nas transições para a vida adulta na actualidade no nosso país:

### **Transições profissionais**

Pertencem a este modelo jovens que prolongam a sua estadia em casa dos pais até aos 30 anos, devido a investirem na sua carreira profissional (emprego ou estudo) em detrimento da família. Pertencem a meios favorecidos e têm formação superior, embora também se encontrem alguns de meios mais modestos. Exercem profissões que exigem elevada capacidade técnica. As autoras sublinham que existe uma particularidade na realidade portuguesa que se relaciona com a elevada porção de raparigas entrevistadas que optam por esta posição.

### **Transições lúdicas**

A prioridade destes jovens é o divertimento, ter novas experiências, viajar e estudar, adoptando uma postura hedonista, procurando alargar a adolescência ao máximo. Os empregos que lhes estão destinados são precários, sobretudo devido a optarem por trabalhos que não lhes ocupem muito tempo. Derivam de famílias de classes favorecidas com as quais coabitam até uma idade avançada. Em Portugal esta trajectória é predominantemente masculina, pelo facto das raparigas na nossa sociedade ainda terem pouca liberdade e por conseguinte optarem por sair mais cedo da casa dos progenitores.

### **Transições experimentais**

Viver com amigos, sozinhos ou coabitando em uniões de facto, caracterizam este percurso para a vida adulta. É nos países Nórdicos que se verifica a maioria de jovens neste trajecto, enquanto que em países como a Irlanda e Portugal, por falta de apoios, estes não são tão frequentes; no nosso país a coabitação tem vindo a ganhar alguma expressividade. São sobretudo jovens femininas de classes favorecidas que adoptam este percurso. Quanto à esfera profissional, optam pela mobilidade geografia e entre projectos.

### **Transições progressivas**

Ao contrário das trajectórias anteriores que enfatizam a não-linearidade à qual subjaz a modernidade, neste percurso os jovens optam por uma linearidade, ou seja, evoluem da educação para o trabalho e da casa dos pais para a conjugalidade. Torna-se necessário neste projecto a forte ajuda dos familiares. Os jovens de classes menos favorecidas apostam nesta “transição bem sucedida” (Abrantes, Guerreiro, 2007:157).

### **Transições antecipadas**

Este percurso traduz-se sobretudo pela entrada precoce na parentalidade e conjugalidade. Ao nível das representações, os jovens condenam esta entrada acelerada na vida adulta, embora ao nível das práticas, países como Portugal e Inglaterra, possuam um elevado número

raparigas que são mães muito cedo e conseqüentemente casando também precocemente. São principalmente jovens de classes desfavorecidas os quais têm apoio familiar; quando tal não acontece, poderão entrar numa espiral de exclusão social.

### **Transições precárias**

A precariedade no trabalho, a insegurança, o risco e abandono escolar marcam estes percursos. Ao não estarem munidos de «almofadas sociais», facilmente caem nas teias da exclusão social. No nosso país este facto verifica-se nos jovens trabalhadores a «recibo verde», adiando assim a parentalidade e a conjugalidade. São sobretudo as classes desfavorecidas e as raparigas quem mais frequentemente prossegue estas trajectórias.

### **Transições desestruturantes**

São percursos fortemente marcados pela exclusão social dos jovens onde “o insucesso escolar, o desemprego, a desintegração familiar, a marginalidade são factores que, mesmo não estando sempre presentes, tendem a acumular-se em trajectos desestruturados, marcados pela privação de recursos, oportunidades e projectos” (Abrantes, Guerreiro, 2007:164).

Tendo em consideração que “estes modelos devem ser entendidos enquanto referências - sociais (porque orientam os actores) e sociológicas (porque orientam os sociólogos) - de uma certa realidade e não como a realidade *strictu sensu*, povoada de complexidades e singularidades” (Weber, 1922 *cit.* Abrantes & Guerreiro, 2007:150), poder-se-á acrescentar uma última tipologia:

### **Transições Institucionalizadas**

São trajectos de vida marcados pelo risco, perigo, negligência, maus-tratos e exclusão social. Fazem parte desta tipologia, jovens provenientes das classes mais desfavorecidas que passam as suas vidas em instituições, devido a terem famílias disfuncionais e adoptarem comportamentos de risco. Alguns deles, poderão viver experiências de institucionalização desde a infância até à idade adulta, em Abrigos (crianças abandonadas), Lares de Infância e Juventude<sup>2</sup> (Lei 147/99), Centros Educativos<sup>3</sup> (Lei 166/99), estabelecimentos prisionais. Existem também os jovens com necessidades especiais que não tendo apoio familiar, seguem todo o seu percurso em instituições.

---

<sup>2</sup> No ano de 2009 encontravam-se acolhidas em instituição e famílias de acolhimento 9563 criança e jovens dos quais 6395 em Lares de Infância e Juventude (LIJ), números que têm vindo a diminuir progressivamente, sendo que neste universo 176 no distrito de Castelo Branco (ISS, 2010).

<sup>3</sup> Frequentaram no ano 2000 centros educativos 629 crianças e Jovens (Gomes & Pedroso, 2002).

## **Síntese das perspectivas sociológicas da juventude e das suas trajectórias para a vida adulta**

A juventude revela-se como um conceito de complexa definição. São duas, as perspectivas sociológicas que estudam esta categoria social. Se numa as diferenças são sobretudo intergeracionais, na outra são as diferenças intra-geracionais que marcam as distintas teorias. Neste contexto, torna-se redutor estudar os jovens sem interligar as duas teorias, devido à complexidade dos contextos, ou seja, à sua constante mutação condicionada pela contingência do tempo, conjunturas políticas e socioeconómicas em que esta categoria é construída socialmente. Embora se pretenda com este estudo apreender como se vive a juventude no âmbito do acolhimento institucional, torna-se importante compreender quais são os percursos dos jovens para a vida adulta. As transições são cada vez mais fragmentadas em contraste com as gerações precedentes, afectando todas as suas esferas sociais, nomeadamente no que respeita à educação, emprego e família.

## **5.Capital Social**

Durante o presente capítulo, inicialmente será definido o conceito de capital social, conforme é utilizado na contemporaneidade. O termo é controverso dentro das ciências sociais e tal como qualquer construção conceptual, não está isenta de debate. Apesar disso, a sua aplicação em estudos tem vindo a aumentar. É visto para alguns como a solução mágica para todos os problemas da modernidade tardia, significando, para outros, a desresponsabilização do Estado. Os principais investigadores da noção de capital social são Bourdieu (1985), Coleman (1988, 1990) e Putnam (1993a, 1993b, 2000). O primeiro foca as várias formas de capital; o segundo conceptualiza-o como impulsor do capital humano; o último distingue-o como característica das comunidades e nações.

Para além dos estudos encetados por estes autores, existem outras perspectivas do capital social dignas de realce, pelo que será feita uma breve alusão às mesmas, no que concerne também aos seus aspectos negativos.

Por fim, serão expostas as principais linhas orientadoras da problemática do capital social dos jovens, apresentando alguns estudos desenvolvidos nesse âmbito. Da análise desses estudos, emergiu a categorização das dimensões do capital social cuja exposição se fará nas secções finais deste capítulo.

## 5.1 As várias formas de capital

Bourdieu introduziu na sociologia a primeira análise sistemática de capital social na actualidade (Portes, 2000); embora seja o autor que tem mais elegância teórica, foi eclipsado por Coleman e principalmente por Putnam (Fine, 2001 *cit.* Adkins, 2008).

Bourdieu inseriu no “mundo social três conceitos: *campo social* (espaço estruturado), *habitus* (disposições e costumes incorporados inconscientemente nos agentes sociais) e *capitais*” (Adkins, 2008:1217). O autor distingue quatro formas de capital que se interligam: capital económico (propriedade e rendimentos), capital cultural (níveis de escolaridade e de cultura), capital social (relações e influência) (Bourdieu, 1985) e capital simbólico “geralmente chamado prestígio, reputação, fama” (Bourdieu, 1989:134). Para este autor, o capital social consiste na importância dos vínculos e redes sociais, ou seja, “na proximidade com grupos e associações que através de trocas, deveres e identidades partilhadas providenciam reais ou potenciais apoios e acessos a recursos” (Bourdieu, 1993:143).

Pertencer a um determinado agregado proporciona aos seus membros a partilha do seu capital. O autor sublinha que “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis” (Bourdieu, 1985: 249 *cit.* Portes, 2000:135). O capital social depende do número de ligações e da porção de

capital existente nesses vínculos. Afirma o autor que o capital económico suporta o capital social e cultural nas sociedades capitalistas, sendo que as duas últimas formas de capital conduzem à primeira. Os sistemas que geram os diferentes capitais não são os mesmos, pois “pela própria falta de clareza de que se revestem, estas transacções podem ajudar a disfarçar aquilo que, de outra forma, seriam puras e simples transacções de mercado” (Bourdieu, 1979 *cit.* Portes, 2000:135).

## 5.2 Capital Social como propriedade dos indivíduos

Na mesma linha de pensamento de Bourdieu, embora não lhe faça referência (Portes, 2000), Coleman conceptualiza o capital social como criador de capital humano. Coleman descreveu este conceito como uma “variedade de diferentes entidades com duas características em comum: consistem num aspecto da estrutura social e facilitam determinadas acções dos actores sociais que estão dentro dessa estrutura” (Coleman, 1988:598; 1990:302). É definido pela sua funcionalidade, ou seja, favorece um propósito estabelecido e um determinado actor. Se para certos indivíduos algo que está incorporado na estrutura opera como benefício, para outros pode não funcionar (Coleman, 1990).

O mesmo autor distingue três formas de capital social: obrigações e expectativas (derivam da confiança social), fluxo de informação (depende da capacidade do fluxo de informação da estrutura social que dispõe a acção) e normas (prende-se com as sanções emanadas por estas).

Coleman (1988) dá-nos exemplos de como a confiança social é maior nos mercados económicos, em cujos indivíduos mantêm laços fortes com a religião, família e comunidade, facilitando assim as transacções. Este autor apresenta como exemplo o mercado de diamantes da comunidade judaica que assenta na confiança nas avaliações feitas às pedras preciosas, por parte de um mesmo membro; se o avaliador as roubar ou vender sem autorização será fortemente marginalizado pelo grupo religioso.

Outra forma de capital social segundo Coleman (1988) é caracterizada pelos *círculos de estudos*, ou seja, formas de organização do mesmo credo, comunidade ou escola que permitem que membros do mesmo grupo lutem por uma causa; actuam nestes parâmetros os activistas radicais da Coreia do Norte. O mesmo autor acrescenta ainda a relevância da capacidade de adaptação dos indivíduos ao capital social disponível na comunidade.

*Fechamento* é um dos conceitos chave da teoria de Coleman, que o entende como “a existência, entre um certo número de pessoas, de laços suficientes para garantir a

observância de normas” (Portes, 200:137). Caso disso é o exemplo já referido dos comerciantes judeus de diamantes.

O mesmo autor debruça-se ainda na coesão familiar, onde as famílias usam o seu capital social com o desígnio de ampliarem o capital humano das suas crianças. No seu estudo concluiu que tanto o capital social da família como o capital exterior ao núcleo familiar, na comunidade circundante à escola são factores que mitigam o abandono escolar (Coleman, 1988).

### 5.3 O capital Social como civismo comunitário

Nas palavras de Putnam, “enquanto que o capital físico se refere a objectos palpáveis e capital humano às propriedades dos indivíduos, capital social constitui-se como as ligações entre pessoas - redes sociais e normas de reciprocidade e de confiança que emanam destas. Neste sentido capital social está relacionado com o que alguns chamam de “virtude cívica”. A diferença é que “capital social” tem em atenção o facto de que a virtude cívica é mais poderosa quando incorporada em redes sociais densas de relações recíprocas. Uma sociedade de muitas virtudes mas isolada dos indivíduos não é necessariamente rica em capital social” (Putnam, 2000:19).

Este autor define os componentes chave do capital Social como a confiança construída através de normas de reciprocidade e a densidade das redes sociais de envolvimento cívico. “A confiança lubrifica a vida social” (Putnam, 2000:21), pois quanto maior esta for mais cooperação haverá na comunidade. Trabalhar em conjunto, tal como o envolvimento cívico geram confiança social (Putnam, 1993b).

Putnam apoia-se na definição de normas e respectivas sanções dada por Coleman, sendo que as mais importantes são as de reciprocidade. Existem duas formas de reciprocidade, a *específica* e a *generalizada* ou *difusa* (Putnam, 1993a:172). A primeira refere-se à troca de itens comuns, tal como prendas de aniversário, enquanto a última consiste na contínua relação de trocas de “favores”, ou seja, os indivíduos ajudam na expectativa de virem a ser auxiliados no futuro; é a combinação de solidariedade com o auto-interesse.

Desde Tocqueville, (2001) que se debate o papel preponderante da sociedade civil e das associações no fortalecimento da Democracia. Inspirado neste autor, Putnam introduz o conceito de redes sociais de envolvimento cívico como um dos componentes do capital social. Existem dois tipos de redes sociais: as formais, que consistem, por exemplo em ser membro de uma associação e as informais como, por exemplo, a amizade. “Além disso algumas dessas redes são principalmente horizontais, juntando pessoas do mesmo estatuto e poder. Outras

são sobretudo verticais, agregando indivíduos diferentes e de relações assimétricas de hierarquia e dependência” (Putnam, 1993a:173). As redes sociais horizontais “facilitam a comunicação e melhoram os fluxos de informação sobre a confiabilidade dos indivíduos” (Putnam, 1993a:174). Por seu turno, as redes sociais verticais, por mais densas e importantes que sejam, não conseguem sustentar a cooperação e confiança social devido aos fluxos de comunicação pouco fidedignos (Putnam, 1993a:174).

Putnam (2000) distingue três formas de capital social: *bridging* e *bonding* e *linking*. Pode-se descrever o primeiro conceito como “os esforços feitos pelos indivíduos no sentido de, por exemplo, fazer amigos diferentes de si, tais como rivais de uma claque de futebol. (...) Enquanto que o segundo acontece quando se socializa com pessoas iguais a si, ou seja da mesma etnia, idade ou religião entre outros” (Barber, 2009:35). Enquanto que *bridging* possibilita o sucesso dos indivíduos e a sua mobilidade social, segundo Granovetter (1973) por força dos laços fracos, *Bonding* remete-nos para um conceito de ajuda mais restrita e limitada, possibilitando somente a partilha de benefícios circunscritos a esse grupo. A última forma, *Linking*, consiste nas sinergias efectuadas entre governos, comunidades e instituições com vista a alcançarem o bem comum.

Uma comunidade com elevado stock de capital social é caracterizada por Putnam (1993) citado por Dahlgren et al. (2009:322), com os seguintes elementos:

*Redes sociais de envolvimento cívico*, onde são comuns as associações densas e fortes. Os cidadãos participam activamente em assuntos públicos e são capazes de pôr o bem comum à frente do privado;

*Normas de reciprocidade*: os cidadãos actuam como iguais, com os mesmos direitos e deveres. São comuns as relações de horizontalidade, reciprocidade e de cooperação entre os indivíduos.

*Confiança social* consiste nos altos níveis de confiança que encorajam a cooperação mútua das pessoas.

## 5.4 Outras perspectivas do capital social

Numa outra análise, Lin (2001) refere que o capital social assenta em dois aspectos: estrutural e redes de contactos. O aspecto estrutural engloba os papéis atribuídos (género, etnia, família de origem) e alcançados (estatuto socioeconómico). Quanto mais alta for a posição social inicial, melhores são as oportunidades de acesso ao capital social. As redes de

contactos consistem nos laços fortes com a comunidade. Quanto mais próximas forem as relações, maior capital social haverá.

Burt (1992) por seu turno, expõe o capital social como o acesso a capital humano ou monetário, através da proximidade com amigos e conhecidos. Nesta sua visão, sugere que as ligações menos densas (*buracos estruturais*) permitem uma maior fluência da informação e mobilidade dos indivíduos, enquanto que as ligações mais densas são indicadores de informação redundante.

Por sua vez Kawachi *et al.* (2008) expõem a ideia de capital social através da escola de coesão social que enfatiza as influências contextuais que a comunidade exerce sobre o indivíduo. Também nesta linha de raciocínio, o *Neighbourhood Renewal Unit* vê o conceito como uma *cola social* entre pessoas, organizações e comunidades que permite que estas trabalhem em conjunto e partilhem objectivos (NRU, 2003 *cit.* Morrow, 2005).

## 5.5 Os aspectos negativos do capital social

Embora não faça parte da presente dissertação avaliar os efeitos negativos do conceito em análise, eles existem, conforme é referenciado por vários autores, nomeadamente Portes (2000). O mesmo autor identifica através de estudo recentes “pelo menos quatro consequências negativas do capital social: exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção descendente” (Portes, 2000:146). A Máfia Ku klux klan, Gangs ou grupos extremistas são exemplos de capital social negativo, na medida em que são grupos coesos onde se partilham normas e regras e se operam acções ilícitas.

## 5.6 Jovens e Capital Social

Segundo Holland (2009), as investigações sobre jovens e capital social dividem-se em duas vertentes apoiando-se, por um lado, na coesão e acção colectiva sugeridas nos trabalhos de Putman (1993a, 1993b, 2000) e Coleman (1988, 1990), e por outro, seguindo os estudos de Bourdieu (1985), que têm por base as desigualdades e justiça social. Revela ainda que existem ensaios que utilizam modelos híbridos.

A sociologia da infância define as crianças e os jovens como indivíduos portadores de capacidade e consciência de agir, ou seja, de *agência*<sup>4</sup>, concebendo-os como actores detentores dos seus direitos (James and Prout, 1997/1990 *cit.* Holland, 2009). Seguindo esta corrente, autores como Morrow (1999), Schaefer-McDaniel (2004), Whiting e Harper (2003) interrogam-se como é que os jovens geram ou têm acesso ao capital social, tendo em atenção a sua *agência* na aquisição e uso deste. Estes autores investigam as várias dimensões do capital social tais como participação cívica e política, redes sociais e capital cultural.

Weller, (2006) através de um estudo de três anos com 600 adolescentes com idades dos 13 aos 16 anos, analisa como estes jovens dispõem o seu capital social através de novas formas de envolvimento cívico, readaptando o seu meio ambiente (como por exemplo reivindicando um «skate park»), bem como a maneira peculiar como entendem a comunidade, à luz do seu estilo de vida.

Morrow, (2001) utiliza o conceito de capital social de Putnam para compreender qual a sua relação com a saúde e o bem-estar das crianças e jovens, partindo do pressuposto de que altos níveis de capital social numa comunidade têm efeitos positivos no bem-estar dos indivíduos. A pesquisa foi realizada com 102 crianças, com idades entre os 12 e 15 anos, em bairros degradados do sudoeste de Inglaterra. A autora concluiu que os instrumentos de pesquisa qualitativos que utilizou lhe permitiram apreender, de uma forma mais clara, aspectos da vida dos mais novos muitas vezes negligenciados por outros estudos.

Utilizando dados do *UK General Household Survey*, Fahmy (2006) debate a relação entre capital social e acção cívica dos jovens Ingleses, concluindo que esta afinidade não é uniforme pois sofre alterações ao longo do ciclo de vida e em cada um dos tipos de participação que analisou.

Num estudo sobre a exclusão e capital social de jovens Raffo e Reeves (2000) propõem-se analisar a relação entre a consciência de agir - *agência* - dos mais novos e a estrutura que lhes molda as transições. Decompondo os sistemas individualizados de capital social em *forte*, *fraco*, *de mudança* e *fluido*. Nos sistemas fracos, as redes sociais são pouco extensas e a informação é redundante; nos sistemas fortes a troca de conhecimentos é mais rica embora possa impedir a mobilidade dos indivíduos; os sistemas de mudança alteram-se ao longo do tempo, criando oportunidades constrangidas pelo risco e incerteza; os sistemas fluidos são dinâmicos e harmonizam-se com as mudanças de contexto e biografia dos indivíduos.

---

<sup>4</sup> A percepção de agência dos jovens é a forma intrínseca como estes se empenham em controlar as suas trajectórias para a vida adulta (Raffo e Reeves, 2000). Por sua vez Evans (2002) alerta para o facto da sensação de agência frustrada dos jovens que tiveram os seus percursos marcados pela marginalidade, ou seja, a sua percepção de agência é limitada - "*bounded agency*" (Evans, 2002:498).

## 5.7 Dimensões do Capital Social dos Jovens

Nos seguintes pontos proceder-se-á à operacionalização do conceito de capital social, baseando as suas dimensões no estudo de Whiting & Harper, (2003). Acrescentou-se ainda outro aspecto do capital social - o sentimento de pertença - inspirado no trabalho de Morrow, (2001); por último, sobreveio uma dimensão fundamental do conceito em causa - bem-estar subjectivo - segundo a análise de Narayan, D. & Cassidy, (2001)

### 5.7.1 Participação

Segundo Barber (2009), desde a década de 60, existem várias tipologias que tentam explicar as contradições implícitas no conceito de participação. A mais emblemática, embora não se centre na participação dos jovens é a conceptualização de Arnstein (1969). Esta autora representa a participação com a metáfora de uma escada onde se sobe progressivamente de um nível nulo de envolvimento (manipulação) para formas de democracia participativa (controlada pelos cidadãos).

Hart (1992) citado por Barber (2009) refina o modelo de Arnstein (1969) ao focar a sua investigação nos jovens. Estes ao trabalharem em conjunto com os adultos, atingiriam o nível óptimo na hierarquia dos níveis de participação.

No estudo de Treseder (1997) citado por Barber (2009), este refere a influência do contexto no envolvimento social dos jovens, distinguindo os conceitos de participação e consulta. O seu modelo apresenta-se mais dinâmico em relação ao de Arnstein (1969). O modelo de Shier (2001) citado por Barber (2009) centra a sua atenção na capacidade que uma cultura organizacional tem para envolver os mais novos.

Por sua vez Kirby et al. (2003) afastam-se dos modelos hierarquizados, apresentando vários níveis de participação de igual importância e interligados entre si. Neste sentido, as perspectivas dos jovens são valorizadas pelos adultos; os jovens são envolvidos nas tomadas de decisão, partilham o poder e responsabilidade nas tomadas de decisão com os adultos e têm autonomia nas suas decisões. Refere ainda seis dimensões da participação dos jovens que são o nível de participação, a abrangência e o conteúdo das tomadas de decisão, a natureza da participação, a frequência e duração dessa participação e, por fim, o envolvimento da criança e jovem. Por exemplo, a participação dos jovens em actos cívicos é um imperativo para não sofrerem de exclusão política e exercerem os seus direitos de cidadania. Ao se

comprometerem com a comunidade onde vivem, tornando-se parte dela, os jovens irão desenvolver uma maior confiança nos indivíduos e instituições. Investigações mostram que quando as oportunidades de participação cívica para a juventude são escassas, os jovens têm mais risco de delinquência juvenil, consumo de drogas e absentismo escolar.

Harris, Wyn e Younes (2010) numa pesquisa realizada com 970 jovens na Austrália apontam para o desencantamento destes em relação à política formal pois não se identificam com ela. Concluiu-se que a maioria dos jovens não é activista anti-estado nem apática em relação à participação; por sua vez, envolve-se de forma individualizada e informal em actividades do quotidiano.

Os jovens são considerados como pouco participativos e pouco informados sobre o seu papel enquanto cidadãos activos. Apesar de nos currículos escolares estar cada vez mais presente o ensino da cidadania, esta só é compreendida quando existem espaços democráticos de participação que envolvam os jovens. Estudos como os de Fulong e Cartemel (2007) apontam para as grandes clivagens entre gerações onde as precedentes são tidas como mais participativas.

Os mesmos autores referem que o contexto social da actualidade afecta a participação dos jovens. A individualização, as contingências laborais e educativas atingem de forma negativa a socialização política dos mais novos, tal como as suas transições para a vida adulta, cada vez mais desestruturadas. Nas perspectivas centradas nos adultos e política formal, os jovens são tidos como «cidadãos menores». Apesar disso, pesquisas recentes sobre a participação dos jovens, tentam compreender de que forma estes encontram novas maneiras de fazer política ao porem a tónica no seu quotidiano. No âmbito da sociedade do risco assiste-se a um *zapping* participativo e idiossincrático; por outras palavras “os jovens estão a desenvolver uma ‘nova cidadania biográfica’, caracterizada pelo ‘dinamismo identitário, *laços fracos*, relações sociais abertas e mais fluidas, compromissos efémeros em instituições e associações informais e permeáveis” (Vinken, 2005:155 *cit.* Harris, Wyn & Younes, 2010) remetendo a última premissa para alusão metafórica da “passagem do selo ao post-it” (Ion, 1997: 80-85 *cit.* Monteiro, 2008:6).

Assiste-se, portanto, a uma mudança para formas não convencionais de participação ou como afirma Augusto 2008 a uma crescente autonomização e desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens; esta particularidade, em contraste com as gerações anteriores deve-se “à escolaridade e à socialização democrática” (*Ibid*:174). Novas formas de envolvimento na sociedade por parte dos mais novos estão a florescer tais como reciclar, praticar actividades de voluntariado local, boicotar determinadas marcas, defender o ambiente, entre outras.

Harris, Wyn e Younes (2010), por seu turno, concluem que embora os jovens se sintam desencantados com a participação formal, continuam a ter preocupações políticas e necessidade de reconhecimento. Foi-lhes pedido para enumerarem as suas principais preocupações sobre diversos assuntos constantes de um role de 20 itens. Responderam, na sua maioria, que a nível pessoal as suas preocupações se centram na dificuldade em obter emprego e, a nível nacional e global, na existência de guerra e terrorismo.

Os mesmos autores chegaram às conclusões alcançadas noutros estudos desenvolvidos na área da participação cívica convencional dos jovens. Apenas 10% dos jovens estudados estavam envolvidos em actividades políticas formais, sendo que a prática política menos efectuada foi a de contactar políticos, tal como na investigação de Augusto (2008); a grande maioria nunca discutiu assuntos políticos com representantes do governo; metade dos jovens são membros de grupos desportivos e apenas 3% pertencem a um partido político. Harris, Wyn e Younes (2010) referem que estes dados revelam, à partida, uma juventude apática; contudo, chamam a atenção para as barreiras<sup>5</sup> que impedem os jovens de se envolver nestas formas mais tradicionais de participação. Estes reclamam o seu lugar na política formal, através do diálogo, para que possa haver uma ponte entre a política convencional e a política do quotidiano.

Para os mesmos autores existe uma “informalização” da política, ou seja, é através de formas individualizadas de participação que os jovens promovem a mudança social e resolvem as suas questões. Reciclar, doar dinheiro a uma causa são as principais formas de acção política que os jovens dizem realizar no seu dia-a-dia. O mesmo estudo revelou que é junto dos pais e amigos e nas aulas que os jovens discutem assuntos sociais e políticos; é também junto a estes grupos mais próximos que revelam maior à vontade em exprimir as suas opiniões.

Outro exemplo de espaço de participação no quotidiano realçado pelo estudo foi o uso da internet por parte dos jovens, pois “para a juventude ‘normal’, a internet é tida como um sítio informal onde se tem algo para dizer na esfera pública - um acto de participação mundano - porque a auto-expressividade e sociabilidade são os seus princípios guia” (Harris, Wyn & Younes, 2010:27).

Whiting e Harper (2003) dividem ainda a participação em social e cívica. A primeira prende-se com o envolvimento na comunidade, ou seja, com a participação em associações, em voluntariado<sup>6</sup> ou grupos organizados (grupos religiosos, clubes). Os indicadores que revelam os

---

<sup>5</sup> Uma das maiores barreiras deve-se à “ percepção que os jovens têm de que as suas vozes e questões não são ouvidas nem levadas a sério” (Harris, Wyn & Younes, 2010:20).

<sup>6</sup> Tornou-se relevante saber qual a importância da prática de actividades de voluntariado nos jovens. Smith, K. et al. (2010) divide em três, as motivações para a realização de acções de voluntariado. A

contactos feitos e interações dos indivíduos com as pessoas dos diferentes grupos são fontes de capital social; por sua vez “o voluntariado é um indicador da predisposição de encetar actividades que beneficiem os outros” (*Ibid*:8), portanto, um produto do capital social. A participação cívica é uma fonte de capital social e define-se como o envolvimento em assuntos de interesse local e nacional, como a apreensão de poder actuar sobre eles. Os jovens são arredados da participação cívica formal devido à sua idade (aqueles menores de 18 anos), tal como, excluídos dela ao nível macro-social (Morrow, 1999); contudo, torna-se necessário estudar esta dimensão com o intuito de saber de que forma os jovens exercem a sua cidadania no seu dia-a-dia.

### 5.7.2 Redes Sociais

As redes sociais são uma dimensão transversal a todos os teóricos do conceito de capital social. Para Bourdieu (1993) é a qualidade das relações sociais que permite aos actores a troca de benefícios. Estes laços devem ser promovidos de forma a que permitam aceder às fontes de capital social. Como afirma Portes (2000), para possuir capital social, uma pessoa deve relacionar-se com os outros, sendo que são esses e não o próprio a fonte dos seus futuros benefícios.

As redes sociais materializam-se nas interações e relações sociais, bem como na forma como os indivíduos as utilizam. A qualidade e quantidade de trocas sociais existentes entre os indivíduos e que se operam dentro das redes sociais, influenciam os seus apoios, proporcionando-lhes acesso a inúmeros benefícios. (Whiting e Harper, 2003).

Coleman (1988) salienta que a condição para fazer emergir o capital social é o *fechamento* das redes sociais, ou seja, a sua densidade faz despoletar a confiança e as normas eficientes. Autores como Granovetter (1973), Burt (1992), Putnam (2000) e Lin (2001), não partilham deste ponto de vista, afirmando que são os laços sociais menos consistentes que facilitam a mobilidade dos indivíduos.

Segundo Granovetter (1973), são os laços fracos que propiciam as oportunidades e a integração social, enquanto que os laços fortes conduzem a divisões sociais.

Como já foi referido, Burt (1992), seguindo esta linha de pensamento, sublinha que os *buracos estruturais* permitem uma maior fluência da informação e mobilidade dos indivíduos, enquanto que as ligações mais densas são indicadores de informação redundante. Por sua vez,

---

*Instrumental* reporta-se à melhoria do curriculum vitae; a *Altruísmo* refere-se à importância de ajudar os outros; a *Ego/Reconhecimento social* relaciona-se com o sentimento de pertença.

Putnam (2000) refere que as relações com os pares (*bonding*) apenas permitem aos indivíduos obterem benefícios triviais, enquanto que ligações mais alargadas (*bridging*) possibilitam oportunidades de maior sucesso. Lin (2001) apresenta-nos conceitos similares aos de Putnam (2000), salientando as diferenças entre as interações *homophilous* e *heterophilous*; estas aproximam-se das noções de *bonding* e *bridging*, respectivamente. As redes sociais da expressas no primeiro conceito promovem a estagnação social enquanto que aquelas que contemplam o segundo, propiciam a ascensão social. Raffo e Reeves (2000) referem que os jovens que mantêm redes sociais muito restritas têm mais dificuldades em arranjar emprego, contrariando a ideia de que redes densas facilitam a obtenção de emprego.

Segundo Morrow (2001) para se conhecer melhor as redes e apoio social dos mais novos é necessário saber quem são as pessoas mais importantes para eles. A mesma autora sugere que a amizade é fulcral no quotidiano dos jovens.

As redes sociais virtuais têm cada vez mais importância na vida dos jovens, tornando-se crucial perceber a sua extensão, o significado e a importância que têm para eles. Weller (2006), no seu estudo, destaca o uso da internet como forma de manter as redes sociais e combater o isolamento.

### 5.7.3 Reciprocidade e confiança

A confiança significa acreditar na boa fé dos outros (amigos, familiares, estranhos e instituições), enquanto que a reciprocidade é a assunção que uma boa acção será retribuída num futuro próximo, mesmo por desconhecidos (Fahmy, 2006). Ambas constituem uma dimensão essencial do capital social e têm as suas raízes nas teorias de Coleman (1988, 1990) e Putnam (1993, 1993b, 2000).

Quanto maior confiança existir, mais colaboração entre indivíduos haverá para alcançar um objectivo comum. Cox e Caldwell (2000) citados por Ruane (2007) referem que a resolução dos problemas é facilitada numa comunidade ou grupo onde haja confiança. Segundo estes autores, a cooperação pode influenciar positivamente as seguintes situações:

- Resolução de problemas de forma eficaz;
- Supressão do sentimento de desconfiança;
- Continuidade na realização de tarefas;

— Sentimento de segurança.

Por sua vez, a reciprocidade traduz a predisposição que os indivíduos têm para cooperar no alcance de benefícios mútuos, é “quando um indivíduo providencia um serviço ou actua para o benefício dos outros, na expectativa que essa generosidade seja retribuída num futuro próximo em caso de necessidade” ( Onyx e Bullen, 2000:106 *cit.* Ruane, 2007:30), sendo uma fonte de capital social.

Segundo Franklin (2007) e Holland (2009), a confiança é difícil de medir na medida em que projecta várias interpretações; em alguns trabalhos sobre capital social, a noção de confiança apresenta limitações, enquanto que para a sociologia ela tem outras nuances muito próprias. Por exemplo, para Giddens (1991, 1992) citado por Franklin (2007:5) “a qualidade da confiança muda conforme muda a sociedade” e “nas sociedades modernas as pessoas transferiram a sua confiança para sistemas abstractos como o Estado-Providência, ciência e especialistas (Giddens, 1991, 1992, Fukuyama 1995, *cit.* por Franklin, 2007:5).

Whiting & Harper, 2003, alertam também para os problemas de medição em relação à confiança e reciprocidade dos jovens. Estes elementos, ao serem localizados a nível das relações com a vizinhança, não têm grande significado para os mais novos, uma vez que os “jovens situam a sua confiança e reciprocidade em relações individuais e de proximidade” (Morrow, 2002 *cit.* Whiting & Harper, 2003:5). Morrow (2002) citado por Whiting & Harper (2003:5) confirma no seu estudo que “48% dos jovens entre os 11 e os 18 anos não confia em ‘qualquer homem ou mulher’ na rua comparado com 30% dos adultos”.

No âmbito do que foi exposto, procurar-se-á fazer a demarcação de três tipos de confiança nos jovens: “confiança particularizada” que se refere à confiança nos familiares e amigos, “confiança generalizada” que remete para uma confiança mais alargada e “confiança cívica” ou “institucional” que se traduz na confiança nos governos e instituições (Stone, 2001 *cit.* Ruane, 2007). Em relação à reciprocidade tentar-se-á compreender quais a importância da troca de benefícios entre os jovens.

#### 5.7.4 Conceção da comunidade

Whiting e Harper (2003) incluem outra dimensão no capital social designada concepção da comunidade. Embora a concepção de comunidade não seja uma particularidade do conceito em análise, ajuda a compreendê-lo melhor. Esta dimensão analisa as percepções dos jovens sobre a zona onde vivem. Os mesmos autores referem que uma concepção gratificante da comunidade está relacionada com a felicidade e segurança dos indivíduos. Blaxter et al. (2001) citados por Harper e Kelly (2003) na sua revisão bibliográfica a 40 estudos sobre capital

social, chegaram à conclusão que existe uma correlação entre altos níveis de capital social e satisfação em viver na área de residência. Morrow (2001a, 2001b), nos seus estudos, revela a importância de investigar as perspectivas dos jovens sobre a área onde residem, de forma a trazê-las para o debate sobre políticas sociais. Usando uma série de instrumentos qualitativos, a autora explora as experiências subjectivas dos jovens sobre o seu meio ambiente no contexto do seu quotidiano. Nos seus estudos, chega à conclusão que as crianças e os jovens têm uma visão pouco satisfatória da área onde vivem, pois são a sua entrada é vedada em vários espaços onde não podem brincar e salienta que “ se as crianças não têm oportunidades de brincar fora do domínio dos adultos, o seu sentido de identidade terá uma maior dificuldade em se estabelecer, a auto-estima e ajustamento social terá mais dificuldades em se formar - saber como viver e pertencer a uma sociedade - será mais difícil de acontecer” (Adams, 1995:167 *cit.* Morrow, 2001a:41).

No que respeita à dimensão designada “concepção da comunidade”, este trabalho tem as pretensões que seguidamente se enumeram: saber quais as percepções dos jovens sobre a sua área residencial, quais as infra-estruturas destinadas aos jovens e a forma como acedem às mesmas e, por fim, apreender se gostam de viver na comunidade e se sentem seguros nela. Para a concretização deste plano, irão ser utilizadas, em entrevistas semi-directivas, algumas perguntas que emergiram dos estudos de Morrow (2001a, 2001).

### 5.7.5 Sentimento de pertença

Morrow (2005:57) observa que “uma comunidade coesa é aquela que partilha uma visão comum e um *sentimento de pertença*; a diversidade é valorizada e as oportunidades são equitativas”. Refere-se às percepções simbólicas que os indivíduos têm de ligação e aceitação com os outros e com a comunidade. Aprender que se faz parte de uma comunidade é um indicador de inclusão e capital social e também contribui para alcançar objectivos comuns e relações de confiança (Ruane, 2007). Conscise (2003), citado por Ruane (2007), afirma que um forte *sentimento de pertença* promove as relações de confiança, cooperação, partilha e consciência de questões relevantes, ajudando a construção de projectos comuns.

Schaefer-McDaniel (2004) afirma que o conceito de *sentimento de pertença* é pouco reconhecido na bibliografia referente ao capital social. Acrescenta que Putnam (1993, 2000) faz referência ao *sentimento de pertença* a uma comunidade, embora a sua conceptualização seja limitada.

O *sentimento de pertença* designa a percepção dos indivíduos depois de apreenderem o simbolismo de um determinado meio ambiente; por outro lado, o *sentimento psicológico de*

*comunidade* traduz “o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (Sarason, 1974:1).

Schaefer-McDaniel (2004) distingue dois elementos deste conceito - *filiação e influência*. No primeiro refere-se ao “sentimento que alguém tem de pertença ao seu meio”; (e no segundo) “o indivíduo é reconhecido pelo grupo; há coesão; o grupo só está completo com o indivíduo” (MacMillan & Chavis, 1986 *cit.* Schaefer-McDaniel, 2004:151).

Através desta dimensão do capital social, tentar-se-á compreender qual a ligação simbólica dos jovens integrados no LMJCB, à comunidade, vizinhança e escola onde estão integrados actualmente. Tendo por base o trabalho de Morrow (2001, 2001a) e partindo da conclusão de que o *sentimento de pertença* dos mais novos deriva do seu relacionamento com os familiares e amigos, extraíram-se algumas questões para as entrevistas realizadas aos jovens do LMJCB.

### 5.7.6 Bem-estar subjectivo

Morrow (1999) defende a existência de uma forte ligação entre o bem-estar e o capital social dos mais novos. O conceito de bem-estar é muito difícil de definir; contudo, Barber (2009), sugere que este pode ser explicado através de factores objectivos e subjectivos: “bem-estar objectivo alude às circunstâncias sociais e materiais que promovem ou não o sentimento de bem-estar do indivíduo ou da comunidade; bem-estar subjectivo reporta-se à auto-avaliação que o sujeito faz do seu próprio bem-estar (McAllister, 2005 *cit.* Barber, 2009:32)”.

Delhey (2009), no seu estudo sobre a felicidade, verifica que há na sociedade actual uma mudança de valores e que passamos de um estado materialista para um pós-materialista de felicidade. Para este autor, a substituição das gerações é a chave nesta transformação, ou seja, a mudança de valores é mais visível nas coortes mais novas. Foi o que verificou nos países ocidentais devido a que “aqueles que desfrutaram de um nível de segurança existencial durante os anos de formação” (Delhey, 2009:43) dão mais valor à felicidade pós-materialista. Também Narayan e Cassidy (2001) sublinham a importância de estudar o bem-estar subjectivo como uma dimensão do capital social.

Com a utilização desta dimensão do capital social, pretende-se saber qual o nível de satisfação que os jovens têm com a vida e qual o seu grau de felicidade, tendo sempre em conta que é o seu bem-estar subjectivo que se pretende compreender.

## 6. Ligando o Risco, Exclusão e Capital Social

Uma sociedade pautada pela vulnerabilidade, risco e incerteza, mais facilmente leva a que os jovens tenham biografias marcadas pela exclusão. Por um lado, as trajetórias labirínticas (Pais, 2001) dificultam muitas vezes a sua integração; Por outro, as escolhas de muitas culturas juvenis materializam-se à margem da sociedade, na medida em que reificam as suas identidades com a diferença.

Existe uma forte ligação entre capital social e exclusão social, sendo que as suas dimensões frequentemente se entrelaçam. A exclusão política, por exemplo, ocorre quando não há participação cívica. Os jovens são retratados em vários estudos como apáticos à política formal; contudo, como já foi referido, eles apenas mudaram a sua forma de intervir na sociedade, optando por novas formas de acção e envolvimento cívico. Segundo Augusto (2008), esta constatação deve-se ao facto de os jovens não se identificarem com a “política do palácio”. Num mundo centrado nos adultos, urge ouvir os mais novos incluindo-os nas tomadas de decisão, criando espaços que fomentem a sua cidadania. Kelly (2009), propõe um círculo virtuoso que comporta acções como voluntariado activo, confiança social, valorização do acto de votar, confiança no sistema de governo e associações de bairro, activismo político, promovendo assim o envolvimento na comunidade e a cidadania.

Coleman (1988) enfatiza que o capital humano está fortemente ligado ao capital social. Numa população onde a desqualificação objectiva é elevada, importa compreender a correlação entre as redes sociais, apoio de pares, confiança e desenvolvimento do capital cultural. (Ecclestone & Field, 2003). Quanto à desqualificação subjectiva, constata-se que se a relação dos jovens com os seus pares, familiares e professores for gratificante, a sua auto-estima pode ser aumentada, mitigando os sentimentos de inferioridade ao se sentirem reconhecidos por aqueles que os rodeiam. A quebra de laços sociais (desafiliação) tem relação directa com os sistemas fracos de capital social. No seguimento destas ideias, é possível inferir que a falta de capital social pode desencadear a exclusão social, na medida em que a carência de apoios sociais de carácter mais informal (família, amigos) poderá conduzir à marginalidade. Por outro lado, elevados níveis de capital social ajudam os jovens a ultrapassar obstáculos inerentes a trajectos constrangidos pelo risco e incerteza.

Ao ligar o capital social com a sociedade do risco, surgem paradoxos. Numa sociedade cada vez mais atomizada, onde as biografias bricolage implodem as esferas sociais, como será possível interligar esses percursos com o capital social que se alimenta do dinamismo das redes sociais, participação e envolvimento cívico? Individualização não é sinónimo de individualismo; os mais novos criam oportunidades no seu quotidiano, apoiados pelas suas redes sociais, envolvimento na sociedade e confiança. Partilhando da opinião de Granovetter (1973) que afirma que os paradoxos são bem-vindos para as ciências sociais, conclui-se que os mesmos permitem novas perspectivas sobre os fenómenos estudados. Nestes percursos

labirínticos, o capital social torna-se fulcral na construção de trajectos para a vida adulta criando-se assim *sistemas individualizados de capital social* Raffo e Reeves (2000).

O objecto deste trabalho é o estudo dos jovens institucionalizados ao abrigo da medida de acolhimento institucional, cujas trajectórias se demonstram duplamente fracturantes: por um lado, provêm de famílias marginalizadas e, por outro, não irão desenvolver-se no seu meio natural de vida. Neste contexto, importa compreender a conexidade das relações estabelecidas entre a representação social do risco, exclusão e capital social.

## Síntese do capital social

Um aforismo relacionado com o capital social exprime que não interessa o que conhecemos, mas sim quem conhecemos, aliado ao que conhecemos. Este termo, por ser transversal a todas as ciências sociais, é criticado por se poder descaracterizar, revelando-se ainda tautológico, controverso e difícil de operacionalizar. Todavia, interessa saber qual a importância do capital social no quotidiano dos jovens e apreender de que forma irá influenciar a sua juventude e vida adulta.

São três os seminais autores deste conceito, a saber, Bourdieu, Coleman e Putnam. Para o primeiro, a ideia de capital social reside na exclusividade dos grupos que através do intercâmbio de identidades e códigos poderão aceder a benefícios reproduzindo assim o poder de classe ou as desigualdades. O segundo autor, define-o como característica da estrutura social que auxilia as acções dos actores sociais que nela se inserem. O último autor, refere-o como a interacção social dos indivíduos através das redes sociais que estabelecem, das formas de participação que praticam e, das quais emanam normas de reciprocidade e de confiança.

Os estudos sobre capital social em crianças e jovens têm-se baseado, por um lado, nas perspectivas individuais de cada um dos autores ou, por outro, utilizado modelos híbridos de análise. Pretende-se utilizar na presente dissertação uma análise baseada no segundo modelo, sublinhando-se a influência da agência dos jovens<sup>7</sup>, embora constangidos muitas vezes pela estrutura social.

O quadro de análise do conceito de capital social do presente trabalho baseou-se nas dimensões do estudo de Whiting & Harper (2003): participação social, participação cívica, redes sociais e apoio social, reciprocidade e confiança e, por fim, concepção da comunidade. Acrescentou-se outro aspecto do capital social - o sentimento de pertença - inspirado no

---

<sup>7</sup> Apoiados na sociologia da juventude que interpreta os jovens como actores capazes de intervir nas suas biografias.

trabalho de Morrow, (2001) devido a revelar-se fulcral para o entendimento do conceito em análise. Por último, a análise focar-se-á noutra dimensão - bem-estar subjectivo - fundamental, segundo Narayan, D. & Cassidy, (2001).

## 7. Caracterização da Instituição

### 7.1 Caracterização do LMJCB e Descrição do seu Modo de Funcionamento

O LMJCB é uma moradia, propriedade do Centro Distrital de Segurança Social, de construção vertical constituída por três andares, localizada num bairro residencial de Castelo Branco situado na Alameda do Cansado. Destina-se a receber em regime de internamento, crianças e jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos (em casos pontuais até aos 21 anos) a quem foi aplicada uma medida de promoção e protecção de acolhimento institucional. Funciona em regime aberto e define-se como um lar que favorece uma relação afectiva do tipo familiar, onde os menores residem, são educados e acompanhados, mas frequentam no exterior as actividades escolares, educativas, de formação, laborais, desportivas e de tempos livres previstas no seu projecto educativo. Possui capacidade para acolher 12 utentes, oriundos de vários pontos do país, que são distribuídos em função da idade, afinidade e parentesco.

Estes jovens são provenientes de famílias desestruturadas, com fracos recursos económicos e por vezes com graves dificuldades na gestão dos mesmos ou, com experiências de vida em situações de risco, tais como abandono, negligência, maus-tratos físicos e psicológicos e abandono escolar; são, por vezes, jovens com exposição a modelos de comportamentos desviantes e com práticas de condutas do mesmo tipo. Os contextos familiares destas crianças e adolescentes caracterizam-se, desta forma, pela desorganização, instabilidade e imprevisibilidade, o que origina insegurança e angústia nos mesmos, tornando-os volúveis e favorecendo manifestações de violência.

Após a admissão de cada jovem, é elaborado um processo individual de acompanhamento e traçadas as orientações com vista ao estudo e implementação do seu projecto de vida, tendo sempre em conta as suas necessidades, capacidades, aspirações, personalidade, recursos da instituição e do meio envolvente. O projecto educativo do LMJCB tem por finalidade a formação integral dos educandos, ajudando-os a descobrir e a desenvolver o respeito por si e pelos outros, pelos valores humanos fundamentais, bem como a aquisição de regras e normas de boa convivência. Visa a autonomização do jovem com o objectivo de formar um adulto profissional e emocionalmente saudável e fazer a articulação e acompanhamento do mesmo com a família, escola e comunidade. Uma das grandes lacunas do sistema é o facto de não ser ainda devidamente desenvolvida uma acção concertada no sentido de apoiar e orientar a família na melhoria das suas condições de vida.

Durante a sua permanência no Lar os jovens têm direitos e deveres a cumprir, que constam no regulamento do Lar e que lhes são devidamente explicados na altura da sua entrada na instituição. Passar-se-á a enunciar alguns **dos direitos**:

- Ser respeitado na sua pessoa, ideias e bens;
- Ver garantida a satisfação das suas necessidades básicas (alimentação, alojamento, vestuário, etc.);
- Gozar de acolhimento, apoio e formação de qualidade que permitam um crescimento harmonioso e uma educação e aprendizagem de qualidade;
- Ser ouvido sobre assuntos do seu interesse;
- Apresentar ao responsável sugestões ou críticas sobre o funcionamento do Lar;
- Ser informado em tempo útil sobre todas as normas e deliberações da Direcção que lhe digam respeito;
- Ser ajudado na resolução dos seus problemas, escolares, profissionais ou pessoais;
- Utilizar de forma responsável os vários serviços e instalações de acordo com as normas de funcionamento;
- Beneficiar de apoio específico nomeadamente da intervenção do Serviço Social, de Psicologia e dos Educadores;
- Dispor de assistência médica e medicamentosa;
- Expressar e manifestar livremente as suas opiniões de forma adequada, apresentando críticas fundamentais;
- Receber de todos os intervenientes no processo educativo todo o apoio e compreensão possíveis;
- Participar em actividades culturais, religiosas, recreativas, lúdicas e desportivas dentro e fora de casa;

... dos deveres:

- Respeitar pessoas e bens;
- Prestar obediência a todos os funcionários da casa;
- Ser assíduo e pontual em todas as actividades;
- Não sair da casa sem prévia autorização;
- Munir-se diariamente do material necessário aos deveres escolares ou profissionais;
- Manter o seu quarto limpo e arrumado e evidenciar limpeza e asseio pessoal;
- Participar em actividades escolares ou outras que se manifestem importantes para a sua formação global;

- Cumprir todas as tarefas que lhe forem atribuídas;
- Evitar atitudes que possam trazer danos a terceiros ou à casa;
- Colaborar com colegas e funcionários na arrumação e conservação dos espaços, instalações e equipamentos;
- Aguardar serenamente em qualquer serviço que pretenda utilizar (rouparia, lavandaria, refeitório, etc.) pela sua vez de ser atendido.

O LMJCB tem como missão assegurar o cumprimento das respostas de promoção e protecção, criando uma conjuntura favorável para a definição do projecto de vida de cada jovem; os seus **objectivos** são:

**Qualitativos:**

1. Melhorar as relações entre Família/ Jovem, promovendo a sua reintegração no agregado familiar;
2. Promover a integração dos jovens na comunidade;
3. Contribuir para o aumento do sucesso educativo dos jovens;
4. Melhorar o planeamento e organização das actividades desenvolvidas pela instituição;
5. Promover a melhoria da imagem Institucional.

**Quantitativos:**

1. Assegurar contactos quinzenais formais (telefónicos ou pessoais) entre a instituição e as famílias dos jovens;
2. Assegurar que pelo menos 50% dos jovens, desenvolvam actividades regulares em Instituições/colectividades da região;
3. Aumentar o sucesso educativo dos jovens, através da realização de pelo menos uma hora e meia diária de estudo acompanhado;
4. Promover pelo menos duas actividades mensais, que proporcionem um conhecimento mais profundo da realidade social;
5. Criar uma grelha cujo objectivo será a avaliação externa da instituição; Criar um Blog com os jovens. Criar um jornal com tiragens semestrais, com a colaboração de todos os jovens.

O LMJCB é composto por uma equipa de 1 Directora, 1 técnico superior de serviço social, 8 educadores, 2 cozinheiras e três auxiliares. As acções do pessoal técnico e auxiliar devem ser exercidas em função da especificidade das características pessoais, comportamentais e de saúde dos jovens; a realização das tarefas é acompanhada diariamente pelos técnicos do Lar. É feito, de igual forma, um acompanhamento rigoroso do comportamento dos jovens dentro e fora do Lar.

É importante referir que o LMJCB depende financeiramente de um fundo de maneiio fornecido pelo Centro Distrital de Segurança Social, o qual é administrado pela Directora. Este fundo é destinado ao pagamento de todas as despesas inerentes ao funcionamento do Lar.

## 7.2 Enquadramento legal

Os princípios que orientam o sistema de protecção a crianças e jovens encontram-se consagrados em instrumentos internacionais como a Convenção dos Direitos da Criança e nacionais, nomeadamente os constantes da LEI CONSTITUCIONAL nº 1/2005 D. R. I Série A. 155 (05/08/12) 4642 cujos valores, princípios e normas são desenvolvidos pela legislação ordinária.

Exemplo do significado expresso na Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto do Presidente da República 49/90) é o destaque dado no artigo 3.º ao “*interesse superior da criança*” como critério máximo na abordagem dos problemas que a ela se referem. Após mencionar os deveres dos Estados relativamente aos pais e representantes legais, o mesmo artigo realça o cuidado especial a ter com o funcionamento e qualidade das instituições e serviços que tenham a seu cargo e assegurem a protecção de crianças.

No que respeita à LEI CONSTITUCIONAL nº 1/2005 D. R. I Série A. 155 (05/08/12) 4642 evidenciam-se os artigos que passaremos a mencionar:

- O artigo 36.º, no âmbito dos direitos, liberdades e garantias pessoais, refere-se à família, casamento e filiação, caracterizando alguns direitos fundamentais relativos aos poderes/deveres dos pais, exclusividade da decisão judicial para impor a sua limitação, bem como o direito à adopção e conseqüente dever de determinar formas que garantam maior rapidez na consumação dos seus trâmites;
- Os artigos 67.º, 68.º, 69.º e 70.º, no campo dos direitos e deveres sociais, consagram a família como elemento fundamental da sociedade, com direito a protecção e efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros; a maternidade e a paternidade como valores sociais eminentes; o direito das crianças à protecção do Estado e da sociedade, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão e exercício abusivo de autoridade na família e nas demais instituições, com vista ao seu desenvolvimento integral; o direito dos jovens à protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais.

O sistema legal de protecção de crianças e jovens em perigo apoia-se, na LEI nº 147/99. D. R. I Série A. 204 (99/09/01) 6115. Esta Lei define o regime jurídico da intervenção social do estado e da comunidade, nas situações de menores em perigo que careçam de protecção. Segundo o artigo 3.º, considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando se encontra especificadamente numa das seguintes situações:

- *Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- *Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- *Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- *É obrigada a actividades ou trabalho excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- *Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- *Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.*

Como já foi referido, a fonte basilar do sistema legal de protecção de crianças e jovens em perigo é a LEI nº 147/99. D. R. I Série A. 204 (99/09/01) 6115. As principais directrizes que a norteiam são, segundo o artigo 4.º:

- A promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo, bem como a sua protecção, por forma a garantir um desenvolvimento e bem estar integrais;
- A legitimação da intervenção, sempre que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ponham em perigo a segurança, saúde, formação ou desenvolvimento da criança ou jovem ou quando esse perigo resulta da sua própria acção ou de terceiros.
- A enunciação dos princípios orientadores da intervenção:
  - Interesse superior da criança e do jovem;
  - Respeito pela privacidade;
  - Intervenção logo que seja detectada uma situação de perigo;
  - Intervenção mínima, ou seja, exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável;
  - Proporcionalidade e actualidade da intervenção;
  - Promoção da responsabilidade parental;
  - Prevalência às medidas que integrem as crianças e jovens na família ou promovam a sua adopção;

- Obrigatoriedade de obter informação relativa aos motivos que determinaram a intervenção e da forma como a mesma se processa;
- Consagração do direito por parte dos visados pela intervenção a serem ouvidos bem como à sua participação activa nos actos e na definição da medida a aplicar;
- Por fim, o **princípio da subsidiariedade**, que significa que a intervenção deve ser efectuada sucessiva e hierarquicamente pelas entidades competentes.

Este último princípio, assume-se como uma das características fundamentais de todo o sistema, prevendo três níveis de intervenção distintos, ainda que interligados (artigos 4.º, alínea j, 6.º, 7.º e 8.º da referida Lei). A intervenção em primeira instância compete às entidades com competência em matéria de infância e juventude, sempre de modo consensual com os pais e sem a oposição da criança. Na impossibilidade dessa intervenção, a promoção, defesa e protecção dos direitos da criança ou jovem em perigo, é atribuída, em segunda instância às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, desde que obtido o consentimento dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e caso a criança ou jovem com idade igual ou superior a doze anos (ou inferior mas com capacidade para compreender o sentido da intervenção), não se oponham. Em determinados casos em que se verifica a ausência ou retirada desse consentimento, a intervenção cabe ao Tribunal de Família e Menores que tem o poder legal de aplicar medidas mesmo sem o consentimento dos pais.

O artigo 12.º, alínea 1, da Lei anteriormente citada, designa as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens como “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou por termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”. No artigo 16.º da mesma Lei são definidas as modalidades “alargada” e “restrita” de funcionamento para a sua actuação; na modalidade alargada, a actuação das referidas Comissões constitui um tributo valioso no âmbito da prevenção primária.

Todo este sistema se baseia, desta forma, na constatação do benefício em se privilegiar a intervenção informal, sem prejuízo da intervenção formal quando necessária, pois ela gera um risco menor de estigmatização/marginalização, bem como uma maior responsabilização da comunidade envolvente. Não obstante esse aspecto e, mesmo sem o consentimento dos pais, numerosas vezes se torna necessária uma protecção imediata da criança ou do jovem, em casos de perigo iminente para a sua vida ou integridade física. Quando isso se verifica, pode tornar-se necessário o apoio das entidades policiais; a intervenção do Juiz é desencadeada, mediante comunicação imediata ao Ministério Público, que profere uma decisão no prazo de 48 horas, determinando o que tiver por conveniente relativamente ao

destino da criança. (cfr. procedimentos de urgência, artigos 91.º e 92.º da LEI nº 147/99. D. R. I Série A. 204 (99/09/01) 6115).

Tanto as Comissões como os Tribunais devem privilegiar as medidas que se realizem em meio natural de vida. O acolhimento em instituição assume-se como uma destas medidas, que *“consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e de equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”* (cfr. art. 49.º).

É princípio fundamental que as instituições de acolhimento funcionem em regime aberto e sejam organizadas em unidades que favoreçam uma relação afectiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e visem a integração na comunidade (cfr. art. 53.º). Do artigo 50.º da referida Lei, constam as modalidades de acolhimento em instituição e a indicação da duração das medidas.

Será também relevante salientar a importância expressa no art. 58.º relativa aos direitos do jovem em acolhimento:

- Contacto regular com a família em privacidade;
- Educação adequada ao desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades;
- Cuidados de saúde, formação escolar e profissional e de participação em actividades culturais, desportivas e recreativas;
- Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
- Inviolabilidade da sua correspondência;
- Não ser transferido da instituição, salvo quando esta decisão corresponda ao seu interesse;
- Contactar, com garantia de confidencialidade, a Comissão de Protecção, o Ministério Público, o Juiz ou o seu advogado.

Constituem ainda elementos importantes de equilíbrio e eficiência do sistema:

a) A intervenção do Ministério Público no exercício das suas atribuições de promoção e defesa dos direitos das crianças e dos jovens, de acompanhamento da actividade das Comissões de Protecção, nos termos já referidos, e ainda de representação das crianças e jovens em perigo, propondo acções, requerendo providências tutelares cíveis e usando de quaisquer meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua protecção;

b) A intervenção da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, a quem cabe planificar a intervenção do Estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação dos organismos públicos e da comunidade na protecção de crianças e jovens em risco, incluindo o acompanhamento, apoio e avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens;

c) O sistema de comunicações entre as várias entidades e implicando o próprio cidadão (cfr. artigos 64.º a 71.º).

## **Síntese da caracterização da instituição**

O projecto educativo do LMJCB tem como finalidade proporcionar uma formação integral e define-se, não só pela organização com que leva a cabo o seu trabalho, como também pela estabilidade e segurança que transmite aos seus educandos.

Numa época marcada por profundas transformações na forma de vida das sociedades, com toda a instabilidade daí resultante, a Segurança Social constitui um instrumento fundamental de justiça e solidariedade sociais, cumprindo um papel proeminente enquanto instrumento de combate às injustiças que daí advêm. Embora se tenha consciência de que este sistema apenas mitiga o problema, que é estrutural, deve-se valorizar o papel de instituições como o LMJCB, na medida em que contribuem de forma inequívoca para atenuar os efeitos que a desestruturação das células familiares e exposição a modelos de comportamentos desviantes e anti-sociais, podem ter nas crianças e jovens.

## 8. Metodologia

### 8.1 Opção por um exercício compreensivo

A abordagem metodológica deste estudo é qualitativa, pois pretende-se saber qual o sentido que os actores dão às suas acções em relação com os outros. Interessa compreender, num quadro de exclusão social e risco, qual o significado do capital social no quotidiano dos jovens e apreender de que forma irá influenciar a sua juventude e vida adulta.

Não se pretende com este estudo extrapolar os dados, mas fazer emergir de cada caso as diferentes intersubjectividades, pois como refere Pais (2001:109) “os estudos de casos, como acontece com as demais metodologias qualitativas, orientam-se por uma epistemologia interpretativa. Ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir”.

Os estudos sobre capital social que utilizam métodos quantitativos segundo Whiting e Harper, (2003) indicam que os jovens têm menos probabilidades de participação social e envolvimento cívico enquanto que as pesquisas qualitativas revelam que o capital social dos jovens é mais elevado do que nas anteriores pesquisas. Isto poderá dever-se ao facto de os indicadores utilizados nos inquéritos não serem relevantes para os jovens. Os mesmos autores acrescentam que os jovens são vistos como consumidores e não como geradores de capital social, o que leva a limitações na forma como o capital social é definido e medido.

Seguindo a metáfora do alpinista de Quivy e Campenhoudt (1998) em que este irá abandonando os acampamentos provisórios até chegar ao topo da montanha, também se foi deixando a pergunta, inicialmente formulada, de investigação<sup>8</sup> à medida que o processo heurístico foi decorrendo, apurando-se a questão<sup>9</sup> de partida desta investigação. Isto deve-se ao facto de a participação e confiança serem dimensões do capital social. Como num itinerário, não livre de percalços, chegou-se ao destino reformulando as inquietações anteriores para se ter uma renovada<sup>10</sup> partida para a investigação.

---

<sup>8</sup> Em que medida a institucionalização de jovens em perigo molda a sua participação cívica e confiança social?

<sup>9</sup> Qual a influência da institucionalização no capital social dos jovens em perigo?

<sup>10</sup> Num quadro de exclusão social, risco e vulnerabilidade, compreender, qual o capital social dos jovens do Lar de Menores e Jovens de Castelo Branco?

Os três conceitos chave desta investigação (risco, exclusão social e capital social) não estão livres de polémica como qualquer noção nas ciências sociais. Mais do que medi-los, procurou-se compreendê-los e apreender o seu significado para a população em estudo e a forma como constroem a sua acção social. Para este exercício houve necessidade de empregar uma metodologia, sobretudo indutiva; embora este trabalho se tenha guiado pela teoria, é da empiria que procura extrair as conclusões que lhe permitirão entender o fenómeno em estudo.

Num quadro de mudança social onde há um deslocamento de uma sociedade rígida para uma mais fluida (Bauman, 2001), a pesquisa qualitativa é a que mais se adequa (Guerra, 2006) para analisar os conceitos em estudo, acoplados nesta transformação. As gerações mais novas por serem socializadas nesta conjuntura, revelam-se como uma categoria social privilegiada a ser examinada. Apesar disso, recorreu-se a dados quantitativos secundários para melhor analisar estas problemáticas.

### 8.1.2 Escolha dos Instrumentos de Pesquisa

Considerando os actores sociais informadores privilegiados, a técnica de entrevista semi-directiva é o instrumento que mais se adequa à estratégia metodológica e exercício compreensivo que se deseja imprimir. A entrevista é uma das técnicas de recolha de dados mais utilizada nas ciências sociais. “É uma janela virtual da experiência, uma espécie de pan-óptico universal”(Weiss, 1994 cit. Gubrium, Holstein, 2003:10).

A entrevista semi-directiva é aquela que obedece a um quadro de referência que orienta o entrevistador de forma a fazer extrair do entrevistado o sentido que este dá à sua experiência de vida. A ordem dos temas lançados nesta técnica é feita de acordo com as necessidades de exploração dos mesmos. O guião de entrevista (anexo 12) é flexível, dando liberdade ao entrevistado para que este possa reflectir sobre a temática apresentada.

Na decomposição da problemática da exclusão social, proceder-se-á à análise documental (diagnósticos/relatórios sociais) para apreender qual o nível de privação nas famílias de origem e qual o grau de desqualificação objectiva dos progenitores, bem como os factores de risco social.

### 8.1.3 Selecção dos Entrevistados (jovens - caso)

Neste estudo eminentemente exploratório, na selecção dos entrevistados, procurou-se a saturação da informação, embora num estudo deste cariz esta não seja necessária. A selecção da amostra<sup>11</sup> teve um carácter de conveniência e obedeceu às referências de Patton (1990) em relação a este género de amostra intencional.

As escolhas destes jovens-caso incidiram sobre todos os utentes que se encontravam no LMJCB entre Julho e Agosto de 2011, data em que foram realizadas as entrevistas. Os indivíduos seleccionados têm entre 13 e 21 anos e são todos do sexo masculino. A diversidade obteve-se através dos escalões etários, diferentes etnias e grupos sociais. Procurou-se para a execução das entrevistas, que tiveram a duração de 15 a 30 minutos cada, um lugar neutro, que fosse calmo, onde não houvesse distrações e permitisse a concentração de ambos os interlocutores: a sala da biblioteca do LMJCB.

### 8.1.4 Questões éticas

A autorização para a realização das entrevistas e consulta aos diagnósticos/relatórios sociais dos jovens foi solicitada à Directora do LMJCB.

A todos os entrevistados foi explicado, através de uma linguagem clara, o conteúdo da investigação, ou seja, como é que concebiam o risco, como se viam no futuro e quais as dificuldades que iriam sentir na realização das suas ambições; quais as suas diferentes formas de participação e envolvimento social; quais os seus contactos com familiares e amigos; a sua confiança nos seus conhecidos, estranhos e instituições; se gostavam de viver na sua actual localidade e se eram felizes. Foram informados que todas as suas declarações eram confidenciais. Foi-lhes pedido o consentimento para gravar as entrevistas, não se tendo verificado qualquer oposição.

### 8.1.5 Estratégias de Recolha e análise dos dados

As três problemáticas extraídas do processo heurístico e da aproximação ao objecto de estudo são a exclusão social, o capital social e a representação social do risco.

---

<sup>11</sup> Utiliza-se no presente estudo “a noção de ‘amostra’ num sentido não probabilístico” (Guerra, 2006:43)

Ao nível da primeira problemática, como já foi referido, através de análise documental, procurou saber-se qual o nível de exclusão social dos jovens, tendo como dimensões deste fenómeno a privação, cujos indicadores são os recursos e a negligência; a desqualificação objectiva, cujos principais indicadores são a escolarização, o emprego, condições de habitação e *handicaps pessoais*; a desqualificação subjectiva<sup>12</sup> (interiorização da exclusão social) e desafiliação, cujos indicadores são a quebra de laços familiares, estruturas familiares e imigração. O mais difícil desta análise foi distinguir/extrair o essencial do acessório.

Como já existia um certo nível de confiança entre os interlocutores, procurou-se, mais do que questionar, dar um tom de diálogo à entrevista, no sentido de haver uma melhor “riqueza no material recolhido” (Guerra, 2006:51).

Na segunda problemática, emergiram sete dimensões, a saber, participação social, participação cívica, redes sociais e de apoio social, reciprocidade e confiança, concepção da comunidade, sentimento de pertença e bem-estar subjectivo.

As questões da participação social não revelaram grandes problemas, sendo respondidas de forma natural.

Na dimensão da participação cívica, as perguntas sobre o controlo e envolvimento nas decisões que mais afectam os jovens na comunidade no LMJCB e na escola, foram de difícil resposta por parte dos jovens, principalmente daquelas cuja faixa etária é mais baixa. Procurou-se clarificar a questão apresentada para que percebessem se a sua opinião era reconhecida e se havia alguma pareceria entre as partes interessadas na resolução de problemas comuns.

As interrogações das dimensões das redes sociais e de apoio social, reciprocidade e confiança, e concepção da comunidade foram compreendidas na totalidade pelos diferentes jovens.

Na dimensão do sentimento de pertença, revelou-se difícil para alguns jovens responder onde pertenciam; a pergunta foi clarificada para saber quais as suas raízes. Na interrogação sobre a identificação com a sua categoria social, foram dados alguns exemplos de más notícias sobre jovens para melhor clarificar a questão.

Na última problemática pretendeu-se compreender quais as percepções do risco dos jovens. Quando questionados sobre qual a concepção que tinham sobre este fenómeno, para alguns

---

<sup>12</sup> Para aferir esta dimensão procurou-se saber qual o comportamento dos jovens com os seus pares e adultos, relação com a escola/comunidade e se de alguma forma o estar institucionalizado condiciona a sua acção social

jovens teve de ser reformulada a questão, substituindo a palavra «risco» por «perigo». Para entenderem melhor o que se pretendia com a interrogação relacionada com as suas ambições, sugeriu-se que descrevessem como se viam no futuro.

Após realização e transcrição das entrevistas, foi construída uma grelha de análise de conteúdos (anexo 12), comportando todas as problemáticas e respectivas dimensões. Procedeu-se a uma análise categorial, não havendo necessidade de recorrer a outros tipos de decomposição como *avaliação*, *enunciação* e *expressão* (Bardin, 1979 *cit.* Guerra, 2006). Emergiram destes dados categorias que se usaram para compreender melhor os contrastes e as similitudes dos diferentes casos estudados. Através das sinopses das declarações e dos resumos analíticos dos relatórios/diagnósticos sociais, houve uma triagem da informação que se confrontou com o quadro conceptual; posteriormente, procedeu-se à construção de unidades de significação, permitindo, desta forma, uma melhor interpretação dos fenómenos estudados.

## Síntese da metodologia

A pesquisa foi, sobretudo, de cariz compreensivo, embora se tenham utilizado dados quantitativos secundários para uma melhor interpretação dos dados.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a entrevista semi-directiva e a análise documental.

Para a análise de conteúdos procedeu-se à elaboração de uma grelha de análise.

## 9. Caracterização e percursos de exclusão dos Jovens do LMJCB: 9 Casos

### 9.1 Caracterização e percurso de exclusão de E1

A institucionalização do primeiro jovem entrevistado (E1), decorreu do seu contacto com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo Branco, no qual denunciou os maus-tratos e negligência de que era vítima, bem como a situação económica precária em que vivia.

O jovem é proveniente de uma família disfuncional, o que tem dificultado a sua socialização. No seu ambiente familiar, esteve sujeito ao afastamento das normas e regras em sociedade, bem como a uma educação ineficaz, em que os valores fundamentais da vida não estiveram presentes. Estes factos suscitaram um grave obstáculo à sua integração no Lar de Jovens de Castelo Branco que se caracterizou por uma certa inflexibilidade.

A figura materna apresenta instabilidade emocional e dificuldade de organização e gestão dos seus recursos, pelo que o jovem não projecta na mãe o seu porto de ancoragem afectivo. A sua progenitora, demarcando-se das suas responsabilidades parentais, continua a mostrar-se irredutível em receber o filho em fins-de-semana ou épocas festivas, permanecendo o jovem circunscrito à instituição. Mantém contactos com a irmã e com o irmão, os quais estão actualmente a frequentar a APPACDM, sendo este convívio gratificante para o jovem. A tia materna têm recebido o jovem em sua casa em alguns fins-de-semana.

O jovem frequentava o PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), devido ao seu percurso acidentado no ensino regular. Frequentou ainda o curso de formação profissional de Técnico de Instalações Eléctricas no NERCAB, em Castelo Branco. Foi expulso pelo número elevado de faltas, pelo desinteresse constante, pela falta de aproveitamento e indisciplina que mantinha com os professores. Após se ter diligenciado junto da APPACDM de Castelo Branco para que o jovem pudesse frequentar um dos cursos que aí decorrem, este foi seleccionado para o curso de Cozinha em Setembro de 2010.

A falta de valores pessoais e sociais, surgem como um sério constrangimento nas vivências do quotidiano. Apesar do acompanhamento permanente no que se refere à escola, já sucederam três incidentes que resultaram em processos disciplinares. Em algumas ocasiões, a educação desadequada de que foi vítima, fazem com que o jovem não acate as regras da instituição.

O trabalho desenvolvido com este jovem tem sido pautado pelo treino de competências sociais e pessoais básicas e pela promoção da sua estabilidade psico-comportamental. Progressivamente, o jovem tem vindo a respeitar as regras e normas institucionais. No que respeita à sua actividade escolar actual, houve até um compromisso por parte do jovem para tentar controlar os seus impulsos.

Numa tentativa de impedir que o vínculo afectivo/familiar se dilua completamente, continua-se a insistir na continuidade da promoção dos contactos telefónicos com a progenitora, embora o jovem esteja confinado ao espaço desta instituição e não exista da sua parte qualquer interesse em manter esse contacto.

## 9.2 Caracterização e percurso de exclusão de E2

O segundo jovem entrevistado (E2) é o quarto elemento de uma família de cinco irmãos. Após o falecimento da mãe o jovem foi institucionalizado, na sequência de episódios que determinaram a sua integração no Lar:

- Ausência do Pai, motivada entre outros factores pelo álcool;
- Falecimento da mãe na sequência do acompanhamento da sua doença cancerígena;
- O abandono da tia materna que o acolheu após o falecimento da mãe; posteriormente foi acolhido pela avó materna cujo a casa não apresentava quaisquer condições de habitabilidade;
- A indisponibilidade por parte da família de acolhimento em manter o jovem no seu domicílio, motivada pelos comportamento agressivos do menor, conflituosidade e faltas periódicas à escola;
- A institucionalização no centro de acolhimento temporário de Elvas em 2005.

A integração do jovem no LMJCB ocorreu pelo facto do centro de acolhimento ser de cariz temporário e se terem mantido os pressupostos que levaram à sua institucionalização. Aparentemente o jovem adaptou-se bem à instituição, respeitando as normas e regras vigentes e mantendo um comportamento adequado. As boas relações afectivas que estabelece com a equipa e colegas têm facilitado o equilíbrio da sua personalidade. O jovem participa em algumas tarefas domésticas do LMJCB e em actividades desportivas.

O contacto familiar que mantinha com a irmã e cunhado foi quebrado pelos desentendimentos com o cunhado. Neste momento o jovem não tem familiares que se disponham a acolhe-lo em fins-de-semana ou férias e simultaneamente no futuro aquando da sua saída desta instituição. O LMJCB tem desenvolvido um papel de mediador entre o jovem e este agregado sem que, até ao momento, tenha surtido efeito.

O jovem desistiu de uma formação profissional (técnicas de acção executiva) que lhe daria a equivalência ao 12º ano. Desenvolve actualmente uma actividade profissional como operador fabril na Delphi de Castelo Branco. A equipa do LMJCB tentou dissuadir o jovem nesta decisão; contudo, este manteve-se firme e optou por ingressar no mundo do trabalho sem completar a escolaridade obrigatória.

Apesar desta conjuntura, o jovem continua a estabelecer boas relações com todos os membros da equipa, prevendo-se a sua saída da instituição logo que adquira autonomia para tal. A instituição tem trabalhado no sentido de promover as suas competências pessoais e sociais e desenvolver um projecto vida estruturado e orientado, promovendo a autonomia do jovem. Apesar das contingências pessoais e familiares o jovem tem adquirido regras e normas sociais e capacidade de perspectivar o futuro.

## **9.3 Caracterização e percurso de exclusão de E3 e E8**

### **9.3.1 Percursos de exclusão de E3 e E8**

O terceiro e o oitavo jovem entrevistados (E3 e E8) são irmãos, filhos de um angolano e de uma moçambicana já falecida. Após o falecimento da esposa, o pai tem vivido numa situação de extrema precariedade económica e completamente dependente do álcool, tornando-se num indigente. Devido à inexistência de qualquer fonte de rendimento e ao alcoolismo do único progenitor sobrevivente, a Polícia sinalizou os jovens à CPCJ (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens), constatando-se que seriam vítimas de negligência parental grave, nomeadamente a nível alimentar e de higiene, usando regularmente vestuário desadequado para a estação do ano. As deficiências alimentares motivaram acompanhamento hospitalar devido a anemia.

Inicialmente a CPCJ aplicou a “medida de apoio em pessoa idónea” junto dos pais. Com o falecimento da mãe e a inexistência de competências parentais do pai, a medida foi alterada para o apoio junto de outro familiar (tia materna). Durante o período de acolhimento, a tia proporcionou às crianças todos os cuidados a nível de alimentação, higiene e vestuário; contudo, posteriormente, declarou não ter condições económicas (recebendo apenas o rendimento social de inserção) e não querer assumir a responsabilidade definitiva de cuidar dos sobrinhos.

Os irmãos foram acolhidos no Lar de Jovens de Castelo Branco em 26 de Julho de 2010. A sua integração nesta instituição tem-lhes permitido beneficiar de um ambiente estruturado, com acesso a actividades formativas, desportivas e de carácter lúdico.

### 9.3.2 Caracterização de E3

O Jovem tem 15 anos e frequenta o 9º ano de escolaridade. É um jovem que gosta de actividades culturais e desportivas, tendo praticado durante este ano lectivo a modalidade de atletismo na Associação Desportiva do Bairro do Valongo. Dentro da instituição, participa em algumas tarefas domésticas.

Apesar de ser um jovem recatado e ter alguma dificuldade em estabelecer relações interpessoais com os pares e adultos, revela uma boa auto-estima e não interiorizou a exclusão, conseguindo ultrapassar as adversidades que lhe foram surgindo na sua trajectória de vida sinuosa.

O Jovem é um excelente aluno, nunca ficou retido em nenhum ano lectivo, é autónomo e manifesta iniciativa em relação às suas tarefas escolares. Fez parte do quadro de honra da sua antiga escola. No futuro, o jovem revela alguma ambição, projectando uma licenciatura e uma actividade profissional.

O progenitor continua a ser um sujeito indigente, sem possibilidades de proporcionar aos filhos uma vida estável. Consequentemente, revela-se improvável, num futuro próximo, qualquer intervenção com vista à reintegração das crianças no agregado familiar deste senhor. Não obstante, demonstra uma ligação afectiva aos filhos, comprovada pelas visitas que lhes faz na instituição, deslocando-se de bicicleta, de Alcains a Castelo Branco. Esta preocupação pelo bem-estar das crianças, constitui para elas um importante factor de equilíbrio emocional. Actualmente, os tios e restantes familiares não têm mostrado disponibilidade para receber os sobrinhos no seu domicílio; inversamente, existe uma reaproximação do pai que os tem visitado e recebido na sua localidade.

### 9.3.3 Caracterização de E8

A integração do jovem nesta instituição tem-lhe permitido beneficiar de um ambiente estruturado com acesso a actividades formativas e lúdicas que favorecem a aquisição de normas e regras. O jovem participa com enorme entusiasmo em actividades desportivas diversas, como futebol, voleibol, BTT, caminhadas e acampamentos. Dentro da instituição, participa em algumas tarefas domésticas. O Jovem demonstra satisfação em estar integrado

no Lar de Jovens, estabelecendo boas relações interpessoais com os seus pares e adultos. No contexto escolar o jovem é, de igual forma, muito bem aceite tendo um leque de amigos bastante grande.

O jovem frequenta o 8º ano na escola Afonso de Paiva, em Castelo Branco. Manifesta algumas lacunas escolares de base, pelo que a instituição tem promovido um acompanhamento escolar mais individualizado, com insistência nas disciplinas de Português e Matemática. Apesar destas dificuldades, o jovem manifesta força de vontade e persistência para alcançar os melhores resultados possíveis.

O acompanhamento escolar que a instituição desenvolve, premiando e valorizando os comportamentos adequados e os sucessos alcançados, constituem factores de enriquecimento social.

#### 9.4 Caracterização e percurso de exclusão de E4

O quarto jovem entrevistado (E4) deu entrada no LMJCB na sequência de um percurso sinuoso que poderá ter determinado um quadro clínico de Autismo. A progenitora sofre de distúrbios mentais, mantendo comportamentos promíscuos de índole sexual. Consequentemente, dos múltiplos relacionamentos que tem mantido, nasceram quatro filhos; o mais velho emancipado, o jovem actualmente integrado no LMJCB e os dois mais novos adoptados.

As condições precárias de habitabilidade em domicílios com carácter temporário, higiene e alimentação desadequadas, associadas à total desresponsabilização parental e exposição a comportamentos impróprios, determinaram o acolhimento do jovem na APPACDM. Devido ao carácter temporário do acolhimento nessa instituição, foi integrado no LMJCB.

O jovem é um jovem meigo e afável que se adaptou bem à instituição. Foi um jovem negligenciado nas mais diversas áreas, pelo que encara a sua integração no lar de forma muito positiva, sentindo-se seguro.

Apesar das suas limitações físicas e intelectuais, participa com muito entusiasmo em diversas actividades lúdico recreativas promovidas pelo LMJCB. A equipa do LMJCB tem desenvolvido com o jovem um trabalho que fomente o desenvolvimento das suas competências e promova capacidades pessoais e sociais, nomeadamente ao nível da autonomia.

O jovem continua a frequentar a APPACDM, na medida em que é um estabelecimento de ensino que vai ao encontro das suas necessidades e capacidades. Após despiste vocacional, o jovem iniciou um curso de Técnico Profissional de Carpintaria, área em que revela interesse.

A progenitora continua a não ter domicílio próprio nem trabalho, vivendo com um companheiro igualmente problemático; continua a ser uma pessoa sem competências parentais e pessoais, emocionalmente instável e com graves dificuldades em gerir os seus diminutos recursos. Estas circunstâncias determinam a impossibilidade de vislumbrar um enquadramento familiar capaz de garantir ao jovem uma orientação educativa passível de colmatar as falhas do seu processo de desenvolvimento. Após a sua saída do LMJCB, o acolhimento definitivo na APPACDM é a única possibilidade que se perspectiva viável no momento actual.

## 9.5 Caracterização e percurso de exclusão de E5

O quinto jovem entrevistado (E5) é natural da África do Sul, local onde residiu com os seus pais até à idade de 9 anos. Durante esse período, a família não teve problemas económicos, tendo beneficiado de um ambiente familiar saudável.

Após o falecimento de um tio paterno, regressou a Portugal, juntamente com os seus pais. O regresso a Portugal e o luto do irmão, levaram a que o progenitor se refugiasse no consumo de drogas. O excessivo uso de estupefacientes desencadeou situações repetidas de violência familiar contra o jovem, seus irmãos e mãe, pelo que a solicitação de ajuda à CPCJ foi inevitável. Na sequência desse pedido de auxílio, após se ter confirmado a falta de competências parentais dos seus progenitores, a CPCJ activou a sua institucionalização, juntamente com os irmãos, no Pina Ferraz, sendo posteriormente transferido para o LMJCB.

O jovem é elitista na escolha dos amigos dentro da instituição mantendo, contudo, boas relações com os colegas e adultos. Verbaliza repetidamente o gosto de estar na instituição, na medida em que lhe proporciona estabilidade, tendo-se adaptado de uma forma natural.

O jovem é dotado de uma capacidade intelectual acima da média, mostrando-se curioso e receptivo a novas experiências. Pratica vários desportos como BTT e Basquetebol, que favorecem a aprendizagem de competências sociais.

No âmbito escolar, frequenta o 12ºano da área de desporto, na escola Amato Lusitano, em Castelo Branco. Tem bom aproveitamento escolar; contudo, necessita de apoio escolar da equipa técnica por não explorar na plenitude as suas capacidades.

A situação familiar continua a revelar-se instável, não se perspectivando o regresso à família num futuro próximo. A instituição tem promovido a subsistência dos laços afectivos, fomentando as visitas em fins-de-semana, férias e outras ocasiões. Os pais encontram-se separados de facto, sendo que o jovem não mantém na actualidade qualquer contacto com o

progenitor. Embora a equipa do LMJCB insista na aproximação da progenitora com o jovem, este revela frequentemente o seu desejo de não regressar à família.

## 9.6 Caracterização e percurso de exclusão de E6

O sexto jovem entrevistado (E6) é proveniente de um núcleo familiar com graves carências económico-sociais, marcado pelo alcoolismo e abandono do pai e imaturidade da mãe. O afastamento da família biológica ocorreu pela primeira vez com a sua institucionalização no Lar «Outeiro de S.Miguel». Posteriormente, o jovem regressou à companhia da mãe, padrasto e irmão, fruto da nova relação da sua progenitora.

O regresso a um ambiente familiar caracterizado pela ausência de regras e competências parentais, revelou-se propício ao desenvolvimento de comportamentos escolares inadequados que terão precipitado o seu acolhimento no LMJCB.

O jovem adaptou-se bem à vida na instituição, beneficiando de um ambiente tranquilo favorável à sua estabilidade emocional. Respeita as normas vigentes e manifesta um comportamento adequado a um jovem da sua faixa etária.

Frequenta o 2º ano do Curso CEF de Pintura e Cerâmica, na Escola Faria de Vasconcelos, em Castelo Branco. Beneficia de acompanhamento escolar, dado que revela problemas de aprendizagem suscitados pela baixa concentração e falta de alicerces escolares.

Este jovem recorre frequentemente à mentira e fantasia, razão pela qual é seguido em consultas de Psicologia e Pedopsiquiatria.

Tem-se destacado na prática de desportos como atletismo, classificando-se com alguma frequência em lugares de mérito.

O regresso do jovem à família não se prevê que aconteça num futuro próximo, dado a progenitora evidenciar falta de competências parentais, aliadas a uma imaturidade que se consubstancia no desinteresse pelas necessidades educativas do filho. Não obstante a manutenção das condições que levaram à institucionalização deste jovem, a mãe telefona esporadicamente e revela desejo em recebê-lo em pequenos períodos de férias ou fins-de-semana. O progenitor não mantém qualquer contacto com o jovem.

## 9.7 Caracterização e percurso de exclusão de E7

A integração do sétimo Jovem entrevistado (E7) no LMJCB ocorreu na sequência de contingências familiares diversas, nomeadamente:

- Após o falecimento do pai, o jovem permaneceu numa família disfuncional, marcada pelo alcoolismo da progenitora e doença grave de uma irmã;
- Por não possuir quaisquer condições para educar o menor, este foi entregue aos cuidados dos avós maternos;
- Após doença prolongada da avó materna, não existindo condições para o menor permanecer a cargo e sob exclusiva responsabilidade do avô materno, foi aplicada a medida de acolhimento em instituição.

O jovem sempre respeitou as regras da instituição colaborando em todas as tarefas que lhe são atribuídas. Mantém com a equipa educativa e colegas boas relações afectivas; na sociedade é um jovem bem integrado. Demonstrou ser um jovem equilibrado, não obstante as contingências familiares que marcaram o seu percurso antes da entrada na instituição. Ultrapassou naturalmente a exclusão de que foi alvo, aproveitando os recursos disponíveis de uma forma sustentada.

O seu percurso escolar constitui um caso de sucesso, encontrando-se actualmente a frequentar um curso de especialização tecnológica na área da informática. Desenvolveu actividades profissionais a tempo parcial, gerindo os respectivos proveitos de uma forma responsável. Perspectiva-se a sua emancipação a curto prazo.

## 9.9. Caracterização e percurso de exclusão de E9

O nono jovem entrevistado (E9) foi adoptado aos três anos de idade, após ter perdido o contacto com os pais biológicos e estado aos cuidados de uma família de acolhimento. Quanto aos pais biológicos, existe informação de que o pai terá sido detido e a mãe terá tido vários filhos, vindo a ser sujeita a uma cirurgia de laqueação de trompas de Falópio.

No que respeita à família actual, os relatos dos pais adoptantes e do jovem remetem-nos para uma circunstância familiar com alguns problemas dignos de nota, que terão forçado a sua entrada no Lar de Jovens de Castelo Branco. O jovem recorda-se de haver violência, agressividade e descreve uma realidade que nos permite compreendê-la como disfuncional. O

jovem apresentava, desde tenra idade, um comportamento impulsivo, desafiador e com perda de controlo de impulsos. O seu percurso escolar caracterizou-se pelo insucesso, apresentando consistentes dificuldades de adaptação social. A rejeição por parte dos pais biológicos e da primeira família de acolhimento terão determinado no jovem um comportamento de desconfiança e características anti-sociais.

Os pais sentiram necessidade de reportar a situação à CPCJ da Covilhã. A institucionalização deste jovem adveio do facto de ele próprio ter admitido que, em contexto familiar, não seria capaz de cumprir as regras e obrigações que lhe eram impostas.

Na actualidade, o jovem sofre de hiperactividade, deficit de atenção e perturbação da personalidade. Não obstante o quadro clínico, o jovem está a adaptar-se bem à instituição, respeitando as regras vigentes, tendo efectuado uma aproximação positiva com alguns pares e com a equipa educativa; com a equipa técnica estabeleceu algumas relações de confiança e aproximação. Participa na execução de algumas tarefas domésticas diárias na instituição. No que se refere à prática desportiva e actividades de lazer, mostra interesse por voleibol, basquetebol e BTT, tendo já participado em alguns torneios.

No ano lectivo de 2010/2011 frequentou o curso CEF de Fotografia com equivalência ao 9º ano e estágio profissional. Os resultados escolares foram satisfatórios. Em termos de continuidade dos estudos, já fez a inscrição na escola Agostinho Roseta em Castelo Branco no sentido de frequentar, no próximo ano lectivo, o curso de “Restaurante/Bar”.

## **Síntese da caracterização e dos percursos de exclusão dos Jovens do LMJCB**

A diversidade de perspectivas observadas obteve-se privilegiando um segmento etário compreendido entre os 13 e 21 anos. Os jovens são, sobretudo, oriundos do Distrito de Castelo Branco, havendo alguns em que os seus progenitores são imigrantes provenientes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). O tempo de institucionalização destes jovens varia entre 1 e 7 anos. As suas trajectórias são marcadas pelo risco e incerteza, tendo como denominador comum a fragmentação familiar impulsionada pelo abandono, ou falecimento de algum dos progenitores.

Os factores que levaram à marginalidade e, conseqüentemente, à institucionalização dos jovens foram, nomeadamente, os poucos recursos socioeconómicos (embora se verifique que existe um adolescente originário de meios mais favorecidos), baixas qualificações, alcoolismo, toxicoddependência dos progenitores, falta de apoios sociais e as idiossincrasias dos indivíduos

envolvidos. A conjugação destas contingências conduziu à negligência e maus-tratos de que estes jovens acabaram por ser vítimas, induzindo o seu acolhimento em LIJ, depois de esgotadas todas as possibilidades conferidas pelas restantes respostas sociais vigentes.

## 10. Apresentação e discussão dos dados

Nos pontos seguintes expor-se-ão as interpretações sistemáticas dos dados à luz da teoria, indo ao encontro dos objectivos delineados inicialmente, atendendo às dimensões das problemáticas construídas na grelha analítica (tabela 2).

Tabela 2 Grelha analítica

GRELHA ANALÍTICA	
PROBLEMÁTICAS	DIMENSÕES
CAPITAL SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação Social</li> <li>▪ Participação Cívica</li> <li>▪ Redes Sociais e Apoio Social</li> <li>▪ Reciprocidade e Confiança</li> <li>▪ Conceção da comunidade</li> <li>▪ Sentimento de pertença</li> <li>▪ Bem-estar subjectivo</li> </ul>
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO RISCO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percepção do risco</li> <li>▪ Ambições</li> <li>▪ Obstáculos</li> </ul>
EXCLUSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Privação</li> <li>▪ Desqualificação Objectiva</li> <li>▪ Desqualificação Subjectiva</li> <li>▪ Desafiliação</li> </ul>

### 10.1 Capital Social

Como já foi sublinhado, a participação na comunidade, as redes sociais, a reciprocidade e confiança têm um valor denominado capital social. Nas secções seguintes interpretar-se-ão os dados referentes às dimensões desta problemática.

#### 10.1.1 Participação

O conceito de participação foi abordado na secção 5.4.1. e poderá definir-se, num sentido lato, como as acções positivas que visam modificar a sociedade. Em sentido restrito, distingue-se a participação formal e informal, em que a primeira tem como acto máximo o sufrágio e a última as actividades individualizadas que pretendem melhorar o quotidiano. Whiting e Harper (2003) dividem-na ainda em social e cívica, guiando o presente estudo. A participação social alude ao envolvimento em colectividades e voluntariado, enquanto a participação cívica se refere à participação em assuntos de interesse local e nacional, tal como à percepção de poder actuar sobre eles.

## 10.1.1.1 Participação Social

Na participação social, pretendeu-se saber se os jovens frequentam associações, qual o seu grau de envolvimento e importância de pertencer a estas colectividades, bem como se praticam actividades de voluntariado. Procurou-se ainda apreender como utilizam o seu tempo livre (tabela 3).

O associativismo é imprescindível para a educação da democracia dos mais novos e é uma fonte de capital social. Augusto (2008), no seu estudo, sublinha que 60,7% dos jovens já participou e 17,4% ainda participa em Associações ou grupos desportivos; paralelamente ao que se verificou no presente estudo, os mais novos referem pertencer a um associação, na sua maioria, de carácter desportivo. E9 frequenta uma associação de criação de cães de raça onde é um associado “activo”. Em contraste, o envolvimento da restante população em estudo, em colectividades desportivas é passivo e de carácter instrumental, sendo apenas usuária das actividades oferecidas, indo ao encontro do estudo de Ferreira (2008) que declara que metade da pertença a uma associação por parte dos jovens é desportiva e que a sua relação com esta é apenas de cliente/utente. Ora, o objectivo último das associações para fomentar a cidadania não é alcançado por parte da maioria dos jovens “utentes”, na medida em que as associações que frequentam são em grande parte de natureza desportiva, promovendo pouco a democracia.

Tabela 3. Participação Social

Problemática	Dimensão	E2	E3	E6	E7	E8	E9	
Capital social	Participação social	Pertença a associação/ envolvimento/ importância	“Não [frequento associações]. É importante para socializarmos e para criarmos espírito de grupo, mas eu não pertenceo porque não tenho tempo disponível” (p.3.1.2.)	“Faço parte da associação do Valongo, faço lá atletismo há menos de um ano [...] só estou lá para me manter em forma” (p.3.1.2.)	“Sim. Atletismo... faço provas de resistência, velocidade e de... pronto salto para a caixa de areia e assim” (p.3.1.2.)	“Pertenceo à associação Raia Aventura. [Pratico] várias actividades desportivas [...]. É muito importante, conhecesse muita gente, aprendemos a praticar novas modalidades ou desportos [...]” (p.3.1.2.)	“Não [frequento associações]. É, é importante... para poderem estar juntos” (p.3.1.2.)	“Sim pertenceo a uma associação dos cães da serra da estrela, onde ajudo familiares meus a tratar dos cães, ir a exposições e ajudar no que é preciso [...] mantêm-me em actividade, entretido, ajudar a família e pessoas” (p.3.1.2.)
	Actividades de voluntariado/ motivos/ imposição/ tempo	“Sim, sim, já participei na limpeza, limpar Portugal, por Portugal mais verde [...] Fui por minha vontade” (p.3.1.3.)	[...] não [...] Eu acho que é importante o problema é depois fazer... (p.3.1.3.)	“Não nunca. [É importante] para ajudar as outras pessoas e para estarmos em comum uns com os outros” (p.3.1.3.)	Sim várias... como por exemplo na distribuição de comida para pessoas carenciadas aqui na alameda do cansado, estive a fazer distribuição durante duas semanas, foi uma actividade que me tocou muito porque vi muita pobreza nesta cidade e não estava a contar com isso. (p.3.1.3.)	“Já na limpeza florestal, foi no Valongo [...] foi porque fomos todos aqui do Lar. É [importante] para se conhecer pessoas novas” (p.3.1.3.)	Já, trabalhei, ofereceram-me para eu trabalhar num lar de idosos e eu estive lá nas férias... no ano passado. (É importante] porque se ganha alguma maturidade e maneira de uma pessoa ser, e saber o que custa a vida. (p.3.1.3.)	
	Tempos Livres	“Estou em casa no computador ou a ver televisão” (p.3.1.4.)	“Praticamente estou todo o tempo em casa no computador, ou então estou a ler ou então a estudar” (p.3.1.4.)	“Estudo, brinco com os colegas, faço os trabalhos de casa” (p.3.1.4.)	“[...] vou até às docas com amigos... também vou aos fins-de-semana [...] gosto de fazer desporto de fazer skate, também gosto de ouvir música de vez em quando faço uma misturas de sons que saiam recentes e gosto de reparar computadores [...]” (p.3.1.4.)	Estudo e jogo playstation, vejo televisão e também faço desporto (p.3.1.4.)	Estudo, jogo computador, falo com amigos na internet, penso na vida e no futuro. (p.3.1.4.)	

A bibliografia utilizada neste trabalho, revela que as actividades de voluntariado permitem a aquisição de confiança nos outros. Segundo Schaefer-McDaniel (2004), a participação dos jovens em tarefas de voluntariado na comunidade é impelida pelos adultos, sendo mais significativo investigar o envolvimento dos mais novos em organizações/associações. Todavia, a sua participação nestas instituições também é imposta pelos mais velhos como se verifica na declaração de E8 (tabela 3).

Embora os jovens E3 e E6 neguem a participação em actividades de “voluntariado” o certo é que todos as praticam, segundo os registos de actividades do LMJCB em 2011. Os restantes que declaram realizá-las, fazem-no de livre vontade, mas como já foi exposto, nunca por iniciativa sua. Todos revelam a importância da prática destas actividades.

Os motivos que os jovens acham importantes para a realização de actividades de voluntariado são sobretudo ligadas ao *altruísmo* (E4, E6, E7 e E9) e *Ego/Reconhecimento social* (E1 e E8) como na maioria dos jovens questionados no estudo de Smith, K. et al. (2010), o que se verifica na tabela do anexo 2. Nunca mencionaram motivos de carácter *instrumental* relacionados com a melhoria de curriculum ou contactos para conseguir um emprego. Por seu turno, E3 revela a falta de motivação que tem para fazer este tipo de actividades, como se pode constatar na sua afirmação (tabela 3).

Saber quais as actividades dos jovens depois da escola é um factor importante no estudo do capital social dos mais novos (Morrow, 1999, 2001a, 2001b, 2005), pois pretende-se compreender de que forma se envolvem com a comunidade e como aproveitam o seu tempo livre. Corroborando os estudos da autora acima referida, constatou-se que os amigos são fundamentais nas actividades praticadas por estes jovens. O seu tempo de lazer é passado a ver TV, a jogar na «consola de jogos» ou na internet, assumindo-se esta última como um espaço de sociabilidade (Harris, Wyn & Younes, 2010) para os jovens. Aproveitam também “[*para pensar*] na vida e no futuro” [E9]. Apenas E7 e E6 referem não aproveitar o seu tempo fora da escola unicamente para o lazer, pois o primeiro conserta computadores (como forma de ter alguma independência monetária); o segundo ajuda em diversas tarefas de bricolage no LMJCB. Embora não refiram, todos os jovens realizam tarefas domésticas; é importante sublinhar este facto, pois faz não só com que se sintam como parte integrante de um lar ao preservarem o que é seu, como também revela que os jovens são produtores de capital social. Nenhum jovem mencionou praticar acções cívicas, reportando apenas actividades lúdicas.

#### 10.1.1.2 Participação Cívica

Adoptando os níveis de participação de Kirby et al. (2003) verificou-se que a sua percepção sobre o grau de envolvimento nas tomadas de decisão em relação ao seu “projecto vida” no

LMJCB, é expressiva. Quatro jovens referiam que as suas perspectivas eram valorizadas pela equipa técnica, enquanto que os restantes expuseram que apenas cooperam em algumas das decisões que os afectam e sublinham a importância de colaborarem nas resoluções mais importantes para si. Em contraste, E3 percebe que não é consultado nas resoluções que mais o afectam (tabela 4.). Apesar disso, os jovens do LMJCB são consultados, sempre que necessário, sobre o seu «projecto vida» conforme registado no dossier dos mesmos; apenas na realização do plano de actividades não são consultados, sendo a sua execução conduzida unicamente pela equipa do LMJCB, o que se comprova na «ficha técnica do plano de actividades de 2011», ou seja, a participação dos mais novos em algumas decisões é partilhada com os adultos e noutras não.

Tabela 4. Participação nas decisões que mais afectam os Jovens no LMJCB

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Capital social	Participação cívica	Participação nas decisões que mais afectam os Jovens no LMJCB	“Sim perguntam-me sempre” (p. 3.2.1.)	“Sim, pedem a minha opinião” (p. 3.2.1.)	“Não, não sou eu que as tomo e não me costumam pedir opinião nessas decisões” (p. 3.2.1.)	Algumas [...] se controla-se todas as decisões já tinha ido para casa da família...” (p. 3.2.1.)	“As vezes [...] Se afectar mesmo... pessoalmente [...] sim [é importante participar]” (p. 3.2.1.)	“Sim... sempre” (p. 3.2.1.)

O envolvimento na comunidade no que respeita às decisões<sup>13</sup> que mais afectam os jovens é nulo. E2, E5 e E9 gostariam de participar se houvesse espaço para tal. E2 afirma que os “*jovens não são ouvidos na cidade*”; em contraste, E6 assevera o contrário (tabela 5.). Este cenário deve-se à escassez de espaços na cidade onde os jovens possam fazer-se ouvir. Os restantes jovens revelam uma certa apatia em relação à participação na comunidade. A escassez de espaços de participação tal como a reticência de alguns jovens em se envolverem na sociedade poderá justificar esta letargia.

Tabela 5. Participação na comunidade

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E2	E5	E6	E9
Capital social	Participação cívica	Participação na comunidade	“Não” (p. 3.2.2)	“Não, os jovens não são ouvidos na cidade... Sim gostava [de participar]” (p. 3.2.2)	“Não. Sim se houvesse oportunidade e se houvesse benefício comum a todos, sim [gostava de participar]” (p. 3.2.2)	“Sim a opinião minha e a dos outros [é ouvida nas decisões]” (p. 3.2.2)	“Não. Se houvesse [espaços para participar] gostava... para poder dar a minha opinião e ajudar a tomar decisões mais acertadas” (p. 3.2.2)

Os jovens passam grande parte da sua vida nas escolas, tornando-se importante saber qual o seu relacionamento com esta (Morrow, 1999). Por exemplo, na escola de E1, não existe,

<sup>13</sup> Segundo o 2003 Home Office Citizenship Survey: People, Families and Communities apenas 36% dos jovens dos 16 aos 19 anos sentiram poder influenciar as decisões que mais afectam a sua área local em Inglaterra (anexo 1) (HORS, 2004:30).

segundo ele, nenhum conselho de alunos que o represente, mas gostaria que houvesse um espaço, embora este não fosse aproveitado conforme se expõe na (tabela 6.). Este jovem não tem necessidades especiais, embora devido ao seu mau aproveitamento escolar, frequente uma escola destinada a esse público. No seu entender, este tipo de pessoas não se sabe exprimir, logo não têm opinião, revelando os seus estereótipos em relação aos indivíduos estigmatizados. Por seu turno, E9 (anexo 10) gostaria que existisse um local onde pudesse expressar-se.

Tabela 6. Participação na escola

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E3	E4	E5	E6	E9
Capital social	Participação cívica	Participação na escola	“Não [...] As vezes gostava [que houvesse um conselho de alunos] outras vezes não porque o pessoal lá, aquilo é um bocado... tipo, não é muito autónomo... e depois também não sabem o que é que hão-de dizer... e depois tipo... não, não vale a pena” (p. 3.2.3.)	“Na minha antiga escola havia um grupo que era o parlamento de jovens e depois tinham ideias e depois discutiam-nas. Particpei na minha outra escola em Alcains. Nesta aqui não participei” (p. 3.2.3.)	“Existe [...] há reuniões. Sim, todos, alunos e professores [participam]” (p. 3.2.3.)	“Sim a associação de estudantes. Neste ano que vem agora, só no 12º é que podemos fazer a associação de estudantes” (p. 3.2.3.)	“Por exemplo eu já fui delegado de turma e representei a turma. Quando houve uma reunião dizia se se portavam bem ou mal alguns colegas [...]” (p. 3.2.3.)	“Havia a associação de estudantes, mas estavam sempre parados” (p. 3.2.3.)

E5 e E9 afirmam existir uma associação de estudantes que representa os alunos; enquanto que o primeiro sublinha a passividade desta, o segundo ambiciona participar numa, no próximo ano lectivo.

Ao contrário do estudo de Morrow (2001a) em que os mais novos não estão satisfeitos com o conselho de alunos existente na sua escola, E4 sublinha que no seu, todos os jovens são ouvidos e levados em consideração. O mesmo estudo revela a falta de representatividade nestes grupos de discussão, o mesmo acontecendo na escola de E6 onde só ele, na condição de delegado, representou a sua turma. Por sua vez, E3 declara ter participado na sua anterior escola onde debatiam dilemas. Os mais novos têm necessidade de se fazer ouvir e para tal Morrow (1999) refere que são necessários espaços nas escolas onde os jovens possam verdadeiramente participar para que a sua percepção das instituições democráticas seja enriquecedora e influencie positivamente a sua vida adulta.

Os jovens não se identificam com a política formal pois esta não vai ao encontro dos seus interesses; apesar disso, como afirma Harris, Wyn e Younes (2010) continuam a interessar-se por assuntos políticos e sociais. E se entendermos a participação como “o acto que ocorre individual ou colectivamente, e está intrinsecamente preocupado em moldar a sociedade em que nós queremos viver (Vromen, 2003:82-83 *cit.* Harris, Wyn & Younes, 2010:10), os mais novos envolvem-se no informalmente seu quotidiano, como se pode verificar na tabela do anexo 3. A maior parte dos jovens na presente dissertação, afirma (tabela 7.) preservar o

ambiente (reciclagem, não deitar papéis para o chão, poupar energia) indo ao encontro do estudo acima referido onde 75% dos inquiridos refere a reciclagem como prática de participação no seu dia-a-dia. O bom comportamento (E4 e E9), “*ser um cidadão exemplar*” (E7) e cumprir a lei são formas também referidas pelos jovens que contribuem para melhorar a sociedade. E6 refere ainda: “*faço pinturas quadros*”.

Tabela 7. Melhorar a sociedade no quotidiano

Problemática	Dimensão	Indicadores	E2	E3	E4	E6	E7	E9
Capital social	Participação cívica	Melhorar a sociedade no quotidiano	“Sim, reciclagem” (p.3.2.4.)	“Só se for a separação do lixo” (p.3.2.4.)	“Portar-me bem, não andar com bulhas, nem ofender os outros, nem nada. Tentar gastar pouco de energia, poupar água e é só...” (p.3.2.4.)	Não deito lixo para o chão... faço pinturas quadros. (p.3.2.4.)	“[...] tento ser um cidadão exemplar” (p.3.2.4.)	“Não sujar o ambiente, não tratar mal as pessoas na rua” (p.3.2.4.)

Apoiando-se no estudo de Harris, Wyn e Younes (2010) que revela a relevância da discussão de assuntos políticos e a importância que os jovens dão a serem ouvidos, o presente trabalho tentou saber se os jovens em estudo também realizavam debates e com quem. Apenas dois não discutem (por exemplo E8), três raramente (por exemplo E1, e E7), enquanto que os restantes o fazem, embora E9 só fale de assuntos sociais, pois nega gostar da política. Tal como no estudo acima referido (anexo 4) são as pessoas mais próximas, aquelas com quem debatem assuntos políticos e sociais, ou seja, amigos, família e educadores.

Tabela 8. Discussão de assuntos políticos e sociais

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E4	E5	E7	E8	E9
Capital social	Participação cívica	Discussão de assuntos políticos e sociais	“Não, é raro. É sempre com os meus colegas” (P. 3.2.5)	“Discuto... com o [educador], lá na escola... políticos, crise... e certas novidades que há, vejo no jornal” (P. 3.2.5)	“lá sim, com [um colega] da minha turma” (P. 3.2.5)	“Muito raramente... com os amigos [...] ou aqui no lar com os educadores” (P. 3.2.5)	“Não” (P. 3.2.5)	“Na, não gosto muito de política. [Assuntos sociais] quando vejo que está uma coisa mal e que devo dar a minha opinião nessa altura costumo comunicar... com os meus pais e com familiares” (P. 3.2.5)

Os jovens têm o direito a ser ouvidos e no geral têm algo para dizer (Harris, Wyn & Younes, 2010, Barber, 2009, Kirby et al., 2003). Todavia, encontram algumas barreiras em transmitir as suas ideias, por um lado por se julgarem imaturos e, por outro, por não haver canais de comunicação que lhes permitam exprimir-se. Estas situações promovem o desinteresse pelo envolvimento em assuntos cívicos. E1, E3 (tabela 8.) entendem que só algumas vezes são ouvidos, devido (nas suas palavras, tabela 8.) à sua imaturidade que leva à escassez de boas

convicções; por sua vez, E5 faz-se ouvir; contudo, todos têm a percepção de que nem sempre são escutados. No outro extremo está E8 (anexo 10) que, talvez devido à idade (13 anos) não partilha opiniões nem sabe como fazê-lo, embora verbalize o contrário.

Tabela 9. Ser ouvido e controlo das decisões

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E2	E3	E4	E5	E7
Capital social	Participação cívica	Ser ouvido/controlo das decisões	“...porque nem sempre todas as opiniões são boas, tipo há algumas opiniões que são melhores que as outras, e eles tentam ouvir sempre as melhores... eu também não sou daqueles de dar boas opiniões; Não, nem tudo... só algumas coisas nem tudo dá para ser controlado, porque há coisas que acontecem assim sem uma pessoa perceber e não consegue controlar” (p. 3.2.6.)	“As vezes tenho coisas para dizer... não dá para controlar tudo, não é. Sim, sim quando nós temos o direito de dar a nossa opinião somos ouvidos” (p. 3.2.6.)	“[A minha opinião] Conta mas não conta assim tanto que possa influenciar a decisão porque são eles [equipa técnica] que decidem tirando a parte da escola; [Os adultos] ouvem às vezes a nossa opinião não é a mais acertada” (p. 3.2.6.)	“Não... não controlo o meu sonho, o sonho é ir para uma quinta mais a minha mãe e vivermos todos juntos, mais os meus irmãos não controlo. [...] A decisão não é minha também é da minha mãe e eu não posso controlar, a minha mãe é que também tem de ajudar a controlar, não sou só eu” (p. 3.2.6.)	“A maioria delas [decisões]. Quando tenho alguém superior a mim que decide essas decisões, e mesmo que eu diga que não e não há volta a dar tenho que ir em frente com ele; Eu faço-me ouvir, agora às vezes depende é eles [adultos] fazerem algo do que ouviram” (p. 3.2.6.)	“Sempre controlei as decisões que mais me afectam” (p. 3.2.6.)

Todos os jovens têm o direito de poder influenciar as tomadas de decisão que afectem as suas vidas (Kirby et al., 2003); contudo a maioria percebe algum constrangimento nelas (Morrow, 2001a). A maioria da população em estudo afirma que só em algumas ocasiões tem o controlo sobre as decisões que mais a afecta (E1 e E3, tabela 8.).

A sensação de agência destes jovens é relativa, ou seja, percebem que não têm controlo sobre todas as decisões que mais os afectam. Isto deve-se em parte ao que indica Evans (2002), os jovens que tiveram experiências de exclusão social durante a sua vida têm uma sensação de agência frustrada, “sendo realistas’ àquilo que pretendem alcançar” (*Ibid*:509). As declarações de E4 referidas na tabela 9 referem este facto. Por sua vez, E5 e E7 (tabela 9.) têm uma forte percepção de sensação de agência, evidenciando traços de individualização, tendo controlo sobre as decisões que mais os afectam. A existência em comum da sensação de “*bounded agency*” (Evans, 2002:498) e individualização é um dos traços das clivagens inter-geracionais.

Os mais novos estão desencantados com a política formal mas, apesar disso, continuam a ter preocupações a nível nacional e internacional. A maioria considera-se informada e os assuntos que mais desassossegam a população em estudo são praticamente os mesmos que inquietam os mais novos da investigação de Harris, Wyn & Younes, (2010), ou seja, enquanto jovens, a falta de dinheiro, de saúde e de emprego; no país, o desemprego e a crise económica e no mundo, o ambiente. São conscientes da sociedade do risco em que vivem e da imprevisibilidade das transições para a vida adulta que esse facto lhes acarreta, como se verifica na tabela 10. Por sua vez, E5 (tabela 10.), evidencia os processos da individualização ao afirmar que aquilo que mais preocupa os jovens é o alcance de estatuto.

Tabela 10. Assuntos que mais preocupam os jovens

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E4	E5	E7	E9
Capital social	Participação cívica	Se se considera uma pessoa informada	“Nem por isso [...] nunca estouv atento à televisão... só às vezes é que estouv a ver uma cena que esteja a dar na televisão” (p. 3.2.7.)	“Sim, sou” (p. 3.2.7.)	“Sim falando generalizadamente sim” (p. 3.2.7.)	“Sim, sim gosto muito de ver as notícias” (p. 3.2.7.)	“Sim, vejo as notícias, leio jornais, leio revistas, leio na internet as notícias, mantenho-me informado” (p. 3.2.7.)
		Assuntos que mais preocupam os jovens	“É tipo problemas em dinheiro... em como é que o país está... a economia da vida aqui do pessoal [...] assim das escolas, os empregos [...] já metade do pessoal deixou de ir para a universidade e procura logo empregos porque isto tá buéda mal [...] o que tenho mais preocupado é tipo que a minha irmã arranje a casa... que é para eu ir morar lá para o pé dela” (p. 3.2.7.)	“Os jovens fumam e bebem e às vezes drogam-se, prostituição, [...] certas doenças transmissíveis” (p. 3.2.7.)	“Na maioria é a popularidade no seu dia-a-dia... se somos mais ou menos populares... e tentar ser reconhecido nos grupos como alguém importante nos grupos em que nos encontramos”. (p. 3.2.7.)	“É o dinheiro [...] arranjar um ‘part time’ [...]” (p. 3.2.7.)	“A mim é a morte... à noite costume pensar no futuro e o que acontecerá e não sei quê... e a outros jovens se calhar a crise que agora está aí” (p. 3.2.7.)
		Assuntos que mais preocupam a nível nacional	“O país tem vários tipos de problemas [...] cada vez há menos empregos, mais fábricas a fechar” (p. 3.2.7.)	“[...] por causa da crise eles [jovens] não conseguem arranjar emprego é muto difícil” (p. 3.2.7.)	“É a moda e o desporto” (p. 3.2.7.)	“A crise económica [...]” (p. 3.2.7.)	“Assuntos bancários, políticos, guerras” (p. 3.2.7.)
		Assuntos que mais preocupam ao nível internacional	“O ambiente, o clima do ambiente está a ficar muito quente” (p. 3.2.7.)	“No mundo é igual, está tudo em crise, está tudo com falta de dinheiro, e os jovens têm um bocado de dificuldade a arranjar trabalho, os postos de trabalho não são efectivos, pode ter 6 meses e depois mandar embora e depois têm de arranjar outro emprego é assim” (p. 3.2.7.)	“[...] no meu caso é o desporto [...] e também a crise, as guerras” (p. 3.2.7.)	“[...] alguns países mais desenvolvidos que outros que conseguem ter capacidade de resposta à crise logo na hora e há outros que nem por isso [...]” (p. 3.2.7.)	“[...] guerras petróleo” (p. 3.2.7.)

Pretendeu-se saber se já tinham contactado uma instância oficial, procurando resolver algum problema do seu quotidiano, sendo que a maior parte não sentiu essa necessidade, indo ao encontro do estudo de Augusto (2008) onde apenas 7,9% dos jovens contactou uma instituição política. Apenas E3, E5 e E7 o fizeram (tabela 11.), os dois primeiros por razões monetárias e o último remetendo para o estudo de Weller (2006) reivindicando um parque para skates para a sua cidade.

Tabela 11. Contactar uma instância oficial

Problemática	Dimensão	Indicadores	E3	E5	E7
Capital social	Participação cívica	Contactar uma instância oficial	“ [...] uma vez contactamos a câmara mas isso foi na escola para podermos fazer uma viagem para eles cederem essas coisas” (p. 3.2.8.)	“[...] já enviámos cartas por escrito, várias assinaturas [para o presidente da câmara municipal] (p. 3.4.2.)	“[...] contactei [...] o vereador [...] eu precisava de dinheiro para comprar skates ou para comprar roupa e ele arranjava-me sempre um ‘partimezito’ [...]” (p. 3.2.8.)

Quanto à participação em alguma forma de protesto somente E3, E5, E7 e E9<sup>14</sup> (tabela 12.) o efectuaram, referindo o envolvimento em greves escolares, mas de forma casual, como forma de experimentar novas sensações ou para não ter aulas. O primeiro expõe ainda que aderiu a uma manifestação contra a tourada. As formas que alguns dos jovens encontram para se fazerem ouvir são as manifestações ou contacto com instância oficial; apesar disso, é de forma esporádica que o realizam. Verificou-se que a grande maioria dos jovens em estudo revela um certo desinteresse em expressar-se.

Tabela 12. Participação em alguma forma de protesto

Problemática	Dimensão	Indicadores	E3	E5	E7	E9
Capital social	Participação cívica	Participação em alguma forma de protesto	“ [...] houve uma greve na minha escola dos alunos e depois eu também me enfieei lá pelo meio, mas como eu também não percebi muito bem o que ali se estava a passar, decidi ir para as aulas, portanto nunca participei assim de forma espontânea de protesto” (p. 3.2.9.)	“Já... Nas greves escolares devido ao... às aulas de substituição e... contra a tourada” (p. 3.2.9.)	“ [...] estive naquelas manifestações das escolas [...] nem era por causa da greve ou da situação pontual era mais para faltarmos às aulas” (p. 3.2.9.)	“Na greve dos alunos quando fechavam as escolas, mas era só meia horita... a seguir vinham os professores, toca a ir para as aulas... porque eram pessoas da minha turma e nunca tinha participado nessas coisas e queria experimentar para ver como é que era” (p. 3.2.9.)

Como já foi sublinhado, existe uma informalização no activismo político dos jovens. Estes têm a percepção que não são compreendidos nem ouvidos pelos governantes. E3 e E6 ainda não atingiram a idade de se recensearem, mas todos sublinham a importância do sufrágio (tabela 13.), quer seja para mudar o governo, ou na falta de identificação partidária, para “*votar em branco*” [E3]. Nas eleições para a Assembleia da República em 1976, a abstenção foi de 16,47% subindo progressivamente para 41,97 em 2011; segundo a Comissão Nacional de Eleições (CNE, 2011), este é um cunho das clivagens intra-geracionais. Neste quadro, os jovens com mais de 18 anos e com cartão de eleitor não votaram, alegando fraca identificação partidária e esquecimento como por exemplo E7 (tabela 13.), todavia, valorizando o acto.

Tabela 13. Probabilidade e importância de votar

Problemática	Dimensão	Indicadores	E3	E4	E5	E7	E8
Capital social	Participação cívica	Probabilidade de votar / importância	“Sim acho que sim... Nem que seja para votar em branco se não estivermos de acordo com nenhuma das propostas [...] dos	“Não [votei]. Não tenho o cartão de eleitor ainda... ainda não fiz porque ainda não fui lá quando for é que se tem de fazer. Acho [importante	“Não [votei]. Acho [importante votar], nós somos obrigados a votar... só que toda a gente se queixa dos políticos que comandam o país, mas depois não	“Eu acho importante, não votei porque já não fui a tempo, sou um bocado distraído nesses assuntos, então passou-me por um dia...	“Não. Não [é important e]” (p. 3.2.10.)

<sup>14</sup> No estudo de Augusto (2008) 55,8% dos jovens já participou numa manifestação.

			candidatos” (p. 3.2.10.)	votar] Porque assim votamos, aquele partido que a gente quer” (p. 3.2.10.)	temos outra solução se não votar neles, pelo partido que representam” (p. 3.2.10.)	era para ter ido votar” (p. 3.2.10.)	
--	--	--	-----------------------------	---	---	---	--

Por outro lado, E4 e E5 sendo maiores de idade, mas por não terem cartão de eleitor devido a vários constrangimentos, revelam a importância de votar, embora não se reflectam em nenhum político (tabela 13.). Em contraste, E8 não revela interesse pelo sufrágio; isto deve-se, em parte, ao facto de ser muito novo (13 anos) e a maioridade ainda ser uma “miragem”, não querendo pensar na vida adulta e falando numa perspectiva do presente (Boeck, 2011); poderá contudo, ter como causa o facto do discurso dos estadistas não ir ao encontro do que é relevante para os mais novos, reflectindo-se na falta de reconhecimento que os mais novos sentem da parte dos governantes, sentimento bem expresso nas palavras de um dos jovens:

“Eles [políticos] dizem que dão muita importância aos jovens, que são o futuro de amanhã ou assim uma coisa qualquer [...] quer dizer, duvido que eles me ouvissem. Têm mais coisas com que se importar do que começar a ouvir jovens com ideias. Quer dizer, eles também fazem aquelas cenas que é tipo um parlamento de jovens, depois eles enviam ideias e coisas assim, mas eles fazem aquilo é só para agradar, não acho que eles se importem muito com aquilo, sinceramente” [E3].

### 10.1.2 Redes sociais

As relações sociais de qualidade que os indivíduos mantêm com a sua lista de contactos, quer sejam cara a cara, quer sejam virtuais, permitem-lhes o acesso a benefícios importantes. Os jovens retirados do seu meio natural de vida (quando toda a restante intervenção falha e lhes é aplicada a medida acolhimento em instituição), sofrem de uma relativa quebra de laços familiares, mas ao olharmos mais atentamente, reparamos que ganham novos círculos de amigos e conhecidos que lhes poderão permitir ultrapassar a exclusão social em que se encontravam, na medida em que *Bonding* capital social poderá promover a marginalidade (MacDonald & Marsh, 2001) devido à redundância da informação e *Bridging* capital social permitir a mobilidade social (Granovetter, 1973; Burt, 1992; Putnam, 2000; Lin, 2001). Todavia, os laços com a família devem ser promovidos, uma vez que a solução passa por ela e por fomentar o sentimento de pertença (Boeck, 2011) dos jovens. Estas têm que ser trabalhadas pelos técnicos habilitados, por forma a capacitá-las de instrumentos que levem à desinstitucionalização dos mais novos.

Os jovens da presente dissertação entram em contacto com os seus familiares algumas vezes por mês; apenas E5, E7 e E9 (tabela 14.) os contactam várias vezes por semana. Um dos apoios sociais mais importantes dos jovens é a amizade (Morrow, 1999, 2001a, 2001b, 2005),

e isso reflecte-se na frequência dos contactos que os mais novos mantêm com os amigos. Por seu turno, o contacto com os vizinhos é praticamente nulo na maioria da população em estudo, tal como na pesquisa de Whiting e Harper, (2003). O sentimento de comunidade dos jovens é diferente do dos adultos, já que os primeiros localizam a confiança nas relações de proximidade e por conseguinte o sentimento é centrado nas pessoas e não está preso a um determinado local. Os mais novos são aqueles que têm menos probabilidade de falar com os vizinhos<sup>15</sup> por não os conhecerem. Em contraste, os jovens E2, E9 e E7 comunicam com eles (tabela 14.), sendo que o último o faz com bastante frequência, devido às actividades esporádicas que desenvolve (“biscates”).

Tabela 14. Contactos e Significado da Internet

Problemática	Dimensão		E2	E4	E5	E7	E9	
Capital social	Redes sociais e Apoio social	Contactos	Familiares	“Duas ou três vezes por mês” (p. 3.3.1.)	“[...] mãe é a pessoa que eu falo mais... para aí três vezes [por mês]” (p. 3.3.1.)	“Várias vezes por semana” (p. 3.3.1.)	“Actualmente diariamente, falo com familiares mais próximos” (p. 3.3.1.)	“Todos os dias” (p. 3.3.1.)
		Amigos	“ Todos os dias” (p. 3.3.1.)	“Falo” (p. 3.3.1.)	“A toda a hora quase” (p. 3.3.1.)	“[...] todos dias” (p. 3.3.1.)	“Todos os dias” (p. 3.3.1.)	
		Vizinhos	“ E vizinhos também falo com os meus vizinhos” (p. 3.3.1.)	“Não [falo com vizinhos] Acho importante mas primeiro tem de se conhecer e eu não conheço ainda” (p. 3.3.1.)	“Não [falo com vizinhos]” (p. 3.3.1.)	“Alguns como eu faço reparações de computadores alguns vêm aqui volta e meia ao lar” (p. 3.3.1.)	“Quando posso, quando os encontro” (p. 3.3.1.)	
		Idas a casa de familiares	“Dantes ia de 15 em 15 dias, agora não vou muito por causa do trabalho” (p. 3.3.1.)	“Nenhuma” (p. 3.3.1.)	“Quando calha” (p. 3.3.1.)	“Vou a casa de duas em duas semanas” (p. 3.3.1.)	“Todos os fins-de-semana e todas as férias” (p. 3.3.1.)	
		Redes sociais virtuais	“Tenho [muitos amigos virtuais]. Alguns [conheço pessoalmente], outros não. Só [mantenho contacto (p. 3.3.2.)	“Não [tenho amigos na internet]” (p. 3.3.2.)	“Tenho bastantes [amigos na internet] mas eles existem mesmo, não são pessoas inventadas... conheço todos pessoalmente. Entrar muitas vezes em contacto com eles? Sempre que der jeito [entro em contacto com eles]” (p. 3.3.2.)	“Na internet online, tenho muitos amigos e conheci muitas pessoas através da internet, agora com o [...] facebook, ainda conheci muitas mais pessoas” (p. 3.3.2.)	“Sim tenho familiares no facebook. [Entro] Bastantes [vezes em contacto com eles]” (p. 3.3.2.)	
		Significado da internet	“A internet para mim é um mundo, nós podemos pesquisar de tudo... Vejo os jornais desportivos o facebook. Sim é um instrumento importante se é para ser usado para o bem, se é usado para o mal já não é importante” (p. 3.3.2.)	“ [A internet] é uma coisa importante dá para tirar dúvidas, dá para ir falar com as outras pessoas, dá muita coisa a net... significa boa” (p. 3.3.2.)	“A internet é um mundo... nós fazemos o que queremos na internet, encontramos o que queremos, e somos quem queremos” (p. 3.3.2.)	“A internet significa estar ligado com o mundo inteiro, conseguir conhecer novas pessoas, conseguir estar mais informados [...] consigo ter uma visão mais precisa do mundo lá fora e também é uma forma de comunicação, aliás é a melhor forma de comunicação” (p. 3.3.2.)	“Um meio não só para jogar, mas também para ouvir musica, para estudar para tirar dúvidas, para contactar com pessoas, procurar mundo, conhecer o mundo” (p. 3.3.2.)	

<sup>15</sup> A disposição dos mais novos para ajudar os vizinhos (*neighbourliness*) é de apenas 13% (Whiting e Harper, 2003).

A frequência com que os jovens vão a casa de familiares ou pessoa idónea depende do acordo com o Tribunal ou com CPCJ e das condições socioeconómicas dos parentes que os recebem. A maioria dos jovens regressa a casa em alguns fins-de-semana durante o mês. Num extremo, está E4 que não passa tempo com a progenitora e no outro está E9 (tabela 14.) que torna a casa todos os fins-de-semana e férias. Deve-se promover os laços com os familiares, mas na maioria das vezes as famílias de origem demonstram constrangimentos na sua inserção devido à conjuntura económica, interiorização da exclusão e ao facto de não existir ainda um acompanhamento efectivo e sustentado das mesmas por técnicos habilitados.

A internet e as redes sociais virtuais têm um significado cada vez maior para os mais novos (Weller, 2006) devido a poderem investigar assuntos do seu interesse e aumentar as suas redes sociais e o capital social. É uma forma de comunicarem e se exprimirem no quotidiano (Harris, Wyn & Younes, 2010), como é expresso pelo E5 (tabela 14.). Contudo, Amaro e Barbosa (2010) alertam-nos para as pesquisas que evidenciam dependências e riscos no uso da internet ou na visão maniqueísta de E2 (tabela 14.) sobre este artefacto.

Grande parte dos amigos ou conhecidos dos jovens em estudo vivem perto de si, proporcionando-lhes um sentimento de que poderão vir a ser ajudados quando necessário. A família mais «chegada» é a que está mais longe. Por sua vez, E3 declara ter apenas uma amiga que mora perto de si, e E8 ninguém (tabela 15.), esquecendo-se que E3 é seu irmão e dorme na cama ao lado.

Tabela 15. Pessoas conhecidas que vivem perto

Problemática	Dimensão		E1	E3	E4	E5	E6	E8
Capital social	Redes sociais e Apoio social	Pessoas conhecidas que vivem perto	“ [...] a maioria dos meus colegas e meus amigos, moram cá todos em Castelo Branco; [...] aqueles que eu trato por amigos esses davam-me ajuda [se a necessitasse] ”(p. 3.3.3.)	“Tirando o meu irmão só mais uma que vive perto aqui neste bairro [...]” (p. 3.3.3.)	“Há [familiares a viver aqui perto] são os meus primos e o meu avô. [Se necessitasse] Acho que sim ajudavam” (p. 3.3.3.)	“A maior parte [dos meus conhecidos vive perto de mim]” (p. 3.3.3.)	“Sim, muitas [pessoas que eu conheço vivem perto de mim] (p. 3.3.3.)	“Nenhuma” (p. 3.3.3.)

Compreender qual o significado da amizade para os jovens é crucial, devido a que estes passam a maior parte do tempo com os amigos, e são estes e a família as pessoas mais importantes para si<sup>16</sup> e é neste círculo que mais dinamizam o capital social como geradores ou beneficiários. O sentido que os mais novos, nesta dissertação, dão à amizade (tabela 16.) é de

<sup>16</sup> No presente estudo e nas investigações de Morrow (1999, 2001a, 2001b, 2005) as pessoas com mais significado para os jovens são a família e os amigos, embora B e J tenham também como figuras de referência os educadores do LMJCB.

reciprocidade, confiança e auxílio, paralelamente ao que se verificou nos adolescentes investigados nos estudos de Morrow (1999, 2001a, 2001b, 2005).

Tabela 16. Significado da amizade e pessoas importantes para os jovens

Problemática	Dimensão		E1	E2	E5	E7	E9
Capital social	Redes sociais e Apoio social	Significado de amizade	“que esteja lá sempre nos bons e maus momentos e que quando eu preciso que ele me apoie e me ajude” (p. 3.3.4.)	“Para mim um amigo é uma pessoa que nós podemos confiar e falar de qualquer assunto com ele, sem ele nos apontar o dedo ou gozar, ou isso... para estarem nos bons e maus momentos” (p. 3.3.4.)	“Um amigo é alguém semelhante a nós... e que sabemos que em caso de problema ele estará lá por nós e que nós estaremos lá por eles, seja qual for o problema” (p. 3.3.4.)	“E aquela pessoa que nos diz na cara aquilo que a gente não quer ouvir é aquela pessoa que nos ajuda quando acha que nos deve ajudar” (p. 3.3.4.)	“ Uma pessoa com quem a gente pode contar, ou quando estamos com algum problema, para nos aconselhar” (p. 3.3.4.)
		Pessoas importantes para si	“As pessoas mais importantes é a família [...] depois da família é os meus amigos e as pessoas mais próximas. Porque a família é sempre importante para as pessoas porque se nós tivermos algum problema ou assim... podemos ir contar com a família” (p. 3.3.5.)	“Para mim importante é a família, namorada e monitores... são aquelas pessoas que estão conosco, os monitores já estão conosco e nos conhecem há muito tempo, a [...] família dão-nos bons conselhos e nós gostamos uns dos outros e a namorada, gosto da minha namorada claro e uma pessoa pode ter conversas com ela” (p. 3.3.5.)	“Eu mesmo. Porque a minha vida depende de mim e das minhas acções” (p. 3.3.5.)	“ [...] os amigos sem dúvida são as pessoas mais importantes para mim, até porque familiares também não são só familiares também são nossos amigos” (p. 3.3.5.)	“O pai e a mãe... porque são os que me criaram” (p. 3.3.5.)

As profissões que os jovens do presente estudo ambicionam ter, são variadas; alguns demonstram ter aspirações comedidas como vir a ser Ajudante de Cozinha (E1), Carpinteiro (E4) ou Operário Fabril (E2), situação que, no último caso, já se concretizou. Estas opções de vida poderão estar condicionadas pelo *campus* dos indivíduos que não lhes permitem fazer escolhas fora do que julgam ser normal, ou seja, a maioria dos filhos de alguém com baixas qualificações têm a expectativa de encontrar um emprego também ele de baixas qualificações (Threadgold e Nilan, 2009). Em contraste, E3 (tabela 17.) não sabe ainda qual a profissão que irá escolher oscilando a sua preferência entre Restaurador de Quadros e Advogado. A maioria tem alguém próximo que poderá auxiliá-los a alcançar o emprego que pretendem.

Tabela 17. Perspectiva em relação à futura profissão e conhecimento de alguém com esse emprego

Problemática	Dimensão		E1	E2	E3	E4
Capital social	Redes sociais e Apoio social	Perspectiva em relação à futura profissão/ Conhecimento de alguém com esse emprego	“Quero trabalhar... como [...] ajudante de cozinha... Conheço a minha irmã tirou o curso [...] se a minha irmã conseguiu de certeza que uma palavrinha ou outra da minha irmã também serve, mas o que conta [...] é sempre as palavras dos professores” (p. 3.3.6.)	“ [...] não fui eu sozinho [a procurar emprego], informei-me cá com os doutores, como era e não era e eles disseram-me para ir fazer a folha [candidatura para emprego] e eu fui lá sozinho fazer a folha... foi por iniciativa minha” (p. 3.3.6.)	“Não sei, quer dizer já quis ser muita coisa, já quis ser restaurador de quadros, já quis ser advogado e coisas assim mas agora não sei. Pessoalmente, acho que sim conheço um advogado [...] acho que me podia ajudar” (p. 3.3.6.)	“ [...] ainda não pensei nisso. [...] Agora estou a tirar um curso de carpintaria. Não [conheço alguém que me pudesse ajudar a ser carpinteiro]” (p. 3.3.6.)

### 10.1.3 Reciprocidade e confiança

Concise (2003:58) citado por Ruane (2007:28) expõe que a confiança é “provavelmente o elemento mais importante sem o qual os outros elementos do capital social não se desenvolveriam”. Segundo o European Social Survey 2002/2008 (Vala, Torres, Ramos & Lavado, 2010), a confiança interpessoal em Portugal está abaixo da média europeia (anexo 5). Os jovens da presente investigação, na confiança particularizada, revelam na sua maioria confiar nos familiares mais próximos bem como nos amigos, devido ao facto de ser suas relações mais próximas que os jovens têm mais confiança Morrow (1999, 2001a, 2001b, 2005). Na confiança generalizada, verifica-se que a maioria dos jovens não confiam nos vizinhos, excluindo o E4 (tabela 18.) que confia na sua vizinhança<sup>17</sup>. Em pessoas de outra etnia, confiam, dependendo do grau de conhecimento que têm com esse indivíduo. Em contraste, por exemplo E1, não confia (tabela 18.). De salientar que quando questionados em relação à etnia cigana, todos os jovens são unânimes em declarar que não têm confiança, revelando os estereótipos em relação a este grupo.

Tabela 18. Confiança

Problemática	Dimensão			E1	E4	E5	
Capital Social	Reciprocidade e confiança	Confiança Particularizada	Familiares	“Nalguns nem todos... pelo menos na minha irmã mais nova, a minha irmã do meio e na minha madrinha [...] Porque eles [os que não confio] hoje podem estar a dizer uma coisa e amanhã já estarem a dizer outra coisa [...] posso pedir-lhes para guardar uma coisa e eles guardam mas se calhar no outro dia a seguir podem desaparecer com ela” (p. 3.4.1.)	“Confio” (p. 3.4.1.)	“Confio” (p. 3.4.1.)	
			Amigos	“ Também tenho amigos meus que eu consigo confiar neles, tenho um amigo [...] que já o conheço à três anos, houve uma vez que eu lhe dei duas coisas minhas [...] e não desapareceu com elas” (p. 3.4.1.)	“São pessoas de confiança [...] Alguns, alguns ainda não [são de confiança] porque ainda não [os] conheço bem” (p. 3.4.1.)	“ [...] Nos amigos que tenho confio a 100 por cento (p. 3.4.1.)	
		Confiança Generalizada	Vizinhos	“Não... não falo com os vizinhos”	“Confio... não são pessoas que eu conheço, mas também nunca me fizeram mal” (p. 3.4.1.)	“Eu nunca me dou com vizinhos. Não confio” (p. 3.4.1.)	
			Pessoas de outra etnia	“Não, se eu não falar para elas não posso confiar nelas” [...] Ah, isso não, isso sei que não posso confiar, com os ciganos isso é tudo a despachar” (p. 3.4.1.)	“Confio, são pessoas como nós” (p. 3.4.1.)	“Toda a gente é de confiança, qualquer pessoa é de confiança não é a etnia que vai dizer se são ou não” (p. 3.4.1.)	
			Adultos	“Confio, nem todos só em alguns, mas confio” (p. 3.4.1.)	“Alguns [confio], outros tenho que estar sempre com o pé a traz... porque uns podem tratar-nos mal, são pessoas velhacas” (p. 3.4.1.)	“Quando são bons exemplos” (p. 3.4.1.)	
			Professores	“ Confio nesses confio... pelo menos aqueles que eu conheço confio” (p. 3.4.1.)	“Confio. São todos de confiança” (p. 3.4.1.)	“Quando ensinam bem, e que sabem se errarem e que se o aluno, souber corrigi-lo eles não levarem a mal confio” (p. 3.4.1.)	
			Confiança Institucional	Polícia	“Na, não gosto muito da polícia... nunca tive nenhum problema mas não vou muito com a cara dos polícias” (p. 3.4.2.)	“Confio, é uma pessoa que nos guarda” (p. 3.4.2.)	“ Confio, eles estão lá para fazer o seu trabalho, apesar de ser feito mal às vezes” (p. 3.4.2.)
				Tribunais/ Justiça	“ [...] nunca entrei em nenhum [tribunal] não posso dizer se confio ou não. Não nem por isso [a justiça] não funciona muito bem, devia funcionar melhor” (p. 3.4.2.)	“Confio, porque debate assuntos para o nosso bem” (p. 3.4.2.)	“Nunca me ocorreu nenhum caso em que tivesse de ir a tribunal, confiar ou não confiar neles. Não, [a justiça] é

<sup>17</sup> No estudo de Fahmy (2006) apenas 25,1% dos jovens ingleses entre os 16 e 29 anos de idade confia muito nos vizinhos.

						péssima” (p. 3.4.2.)
			Câmara Municipal	“Não sei” (p. 3.4.2.)	“São [de confiança]” (p. 3.4.2.)	Não [confio]. Porque eles disseram que iam fazer o parque de skate [e] ainda não começaram as obras e disseram que iria estar pronto ao final do verão [...] mentiram-nos” (p. 3.4.2.)
			Governo	“ Na, não me diz nada porque o governo falam muito mas nunca os vejo a fazer nada, por isso mesmo é que não dá para confiar no governo” (p. 3.4.2.)	“Não... não confio assim muito, porque isto está em crise e havia de melhorar” (p. 3.4.2.)	“Não gosto, é tudo mentiroso lá... tudo não se poupa ninguém... tudo” (p. 3.4.2.)
		Receber/ fazer favores		“Sim [já me fizeram favores]. Já [fiz favores] porque me sinto bem a ajudar as pessoas. Fez [me um favor] porque eu lhe pedi e ela também não me pediu nada em troca... por acaso somos amigos e não havia problema nenhum” (p. 3.4.3.)	“Eu acho que sim já [ajudei pessoas] Porque é bom ajudar. [Também] Já [me ajudaram]” (p. 3.4.3.)	“Já tanta vez [fazer favores]. Porque é nosso dever ajudar os outros. Sim [já foi retribuído], só que eu nunca procuro... eu não vejo por exemplo fazer um favor e tu és obrigado a fazer-me um favor depois” (p. 3.4.3.)

Nos adultos, expressaram que apenas confiam em alguns, como refere E4 na tabela 17. Na Grã-Bretanha, 50% dos jovens dos 16 aos 24 anos, confia nos adultos (anexo 6) e 58% nos professores (anexo 7) (Babb, P. & Deviren, F. 2005). Na presente investigação todos os jovens confiam nos seus professores.

Na confiança Institucional todos confiam na polícia, menos E1 (tabela 18.). Existe uma contradição entre a confiança que revelam nos Tribunais e a desconfiança que demonstram na justiça. Quanto à Câmara Municipal a maioria confia ou não tem opinião. Por seu turno, E5 (tabela 18.), por ter estado envolvido em alguns episódios menos agradáveis com esta instância, não confia nela. Nos governos, revela-se uma desconfiança generalizada, talvez em parte pela conjuntura actual e, por outro lado, como já foi frisado, pela falta de identificação partidária. No estudo de Babb, P. & Deviren, F. (2005) os jovens dos 16 aos 24 anos confiam 50% na Polícia, 49% nos Tribunais e 31% nos Governos (anexo 7). Os dados do European Social Survey 2002/2008 demonstram que os portugueses têm pouca confiança nos seus governantes (anexo 8) (Vala, Torres, Ramos & Lavado, 2010).

Os mais novos, em muitos estudos, são considerados apenas como receptáculos do capital social. Neste trabalho, expõe-se uma opinião contrária, na medida em que os jovens também constituem fontes de capital social, que criam, por exemplo, realizando favores, principalmente às pessoas que conhecem. Todos os jovens (tabela 19.) no presente estudo já cooperaram com as pessoas suas conhecidas sempre que necessário e não esperando nada em troca, verificando-se também a situação inversa.

Tabela 19. Receber e fazer favores

Problemática	Dimensão		E3	E5	E7
		Receber/ fazer favores	“Já [fiz] muitos [favores], mais do que emprestar coisas, ou então ajudar alguém que estiver mesmo a precisar e tiver alguma razão muito plausível. Já [me fizeram favores]. A minha família quer dizer aquele círculo de família e alguns amigos” (p. 3.4.3.)	“Já tanta vez [fazer favores]. Porque é nosso dever ajudar os outros. Sim [já foi retribuído], só que eu nunca procuro... eu não vejo por exemplo fazer um favor e tu és obrigado a fazer-me um favor depois” (p. 3.4.3.)	“Já, já vários, já financeiramente e de outras formas já ajudei e já me ajudaram estamos cá é uns para os outros” (p. 3.4.3.)

Poder-se-á afirmar que é prática comum a troca de favores entre os jovens e seus conhecidos ou mesmo quem eles virem necessitado.

### 10.1.4 Concepção da comunidade

Ao contrário das investigações de Morrow (2001a, 2001b) em que os mais novos têm uma visão depreciativa da área local onde vivem, sobretudo por serem pesquisas realizadas em zonas um pouco degradadas, os jovens do presente estudo têm uma percepção positiva do sítio onde moram<sup>18</sup> declarando (tabela 20.) haver bons espaços para pessoas da sua idade como associações, campos de futebol, biblioteca municipal, Instituto Português da juventude (IPJ), entre outros. Os espaços de lazer que mais frequentam são os desportivos.

Tabela 20. Concepção da comunidade

Problemática	Dimensão		E1	E4	E5
Capital Social	Concepção da comunidade	Percepção sobre as infra-estruturas para os jovens na área onde residem	“Acho que sim [há bons estabelecimentos para os jovens]. Só [frequento a] biblioteca [municipal] para ir à internet” (p. 3.5.1.)	“Acho [que há bons estabelecimentos para os jovens]. [O] IPJ [Instituto Português da Juventude] [...] quando há actividades vai-se lá” (p. 3.5.1.)	“Há... Há bons estabelecimentos a nível de desporto é que é pouco é... não há muita variedade de desportos cá em castelo branco. Temos futebol, futsal. Volei não existe, ténis temos por acaso, basquete temos mas está fraquinho também, e natação. O de basquete utilizei” (p. 3.5.1.)
		Percepção sobre a área local	Gosto é melhor do que o campo... porque o campo uma pessoa está tipo... lá se lhe acontece alguma coisa ou assim nunca há lá ninguém... mesmo que nos fartemos de gritar nunca há lá ninguém por perto se morarmos na cidade se vierem para assaltar ou assim, nós podemos gritar, temos os vizinhos [...] temos sempre tudo mais perto, tipo queremos ir às compras e não temos de andar muito [...] enquanto no campo temos de ir apanhar o autocarro vir à cidade, vir às compras [...]. [Melhoraria a cidade com] mais uma ou duas instituições [...] como o lar [...] parecem que à poucos [jovens] mas eu acho que até há muitos que precisam de ajuda” (p. 3.5.2.)	“Gosto [de viver aqui], porque a cidade é uma boa cidade tem espírito” (p. 3.5.2.)	“Nesta cidade adoro viver, é fixe. Já tive em quatro cidades deste país, Porto, Lisboa, Faro e Castelo Branco e dessas quatro Castelo Branco é a melhor... é a melhor, mais calma, não há, como é que se diz criminalidade nenhuma quase aqui, é inexistente [...] Era trazer a praia e um parque de skate” (p. 3.5.2.)
		Percepção de segurança	“Acho que não, não me sinto assim muito seguro, eu sei que na cidade é muito mais fácil sermos assaltados do que numa aldeia ou num campo, na cidade há sempre aqueles rapazinhas que têm a mania os jovens e isso, e não me sinto 100% seguro” (p. 3.5.3.)	“Sinto [segurança], é uma cidade que não tem assim grandes bêbados nem assim essas coisas” (p. 3.5.3.)	“Sinto. Porque... Castelo Branco tem outra classe, nós cá, como é que eu hei-de dizer, nós preocupamo-nos uns com os outros e ajudamo-nos todos mutuamente... e problemas que haja são aqueles problemas do quotidiano... é intrigas às vezes de namorados namoradas, pessoas que são rivais e isso, mas... a nível de criminalidade há quase nada e é bom sinto-me seguro” (p. 3.5.3.)

A maioria dos jovens revela satisfação (tabela 20.) em residir na sua cidade. A satisfação com o lugar onde se reside é um indicador de capital social Harper e Kelly (2003). Whiting e Harper (2003) acrescentam que a concepção positiva sobre a sua área de residência tem uma correlação com a segurança que os indivíduos sentem. Isto poderá traduzir-se no sentimento de segurança que perpassa a generalidade dos jovens<sup>19</sup>. Por seu turno, E5 (tabela 20.) tem a

<sup>18</sup> Na pesquisa de Whiting e Harper (2003) 72% dos jovens dos 16 aos 24 anos desfruta morar na área local.

<sup>19</sup> Metade dos jovens dos 16 aos 24 anos sente-se seguro (Whiting e Harper, 2003)

percepção de que as pessoas olham umas pelas outras<sup>20</sup>, o que poderá revelar capital social; este facto é algo que não se encontra no discurso dos outros jovens. Em contraste, E1 não se sente seguro, como se pode verificar na tabela 20.

### 10.1.5 Sentimento de Pertença

A ligação simbólica a uma comunidade está correlacionada com a predisposição dos indivíduos em cooperarem no alcance de objectivos comuns (Ruane, 2007). Por exemplo, E3 afirma pertencer à família e amigos, indo ao encontro do estudo de Morrow (2001a); contudo, em sentido inverso, metade dos jovens em estudo definiram-se como albicastrenses, apesar de só um deles ser natural dessa cidade, como por exemplo E7 (tabela 21.). Um dado interessante, talvez por já ter percorrido várias localidades, é E5 afirmar (tabela 21.) pertencer a «todo o lado».

Tabela 21. Sentimento de pertença

Problemática	Dimensão		E3	E5	E7
Capital Social	Sentimento de pertença	Pertença	“Com os amigos e com a família” (p. 3.6.1.)	“Em todo o lado, toda a gente precisa de mim. As minhas raízes é estar em todos os lugares” p. 3.6.1.)	“Eu sinto que pertenço aqui à cidade de Castelo Branco, embora não seja de cá” (p. 3.6.1.)
		Ligação simbólica à comunidade	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Indiferente acho eu... eu não faço muito pela cidade, também não sei se a cidade faz muito por mim, não me importo se a cidade tiver uma má reputação” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Um pouco mal, porque a cidade representa-nos nós somos a cidade” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Não fico indiferente como é óbvio, depende da notícia, se for uma notícia assim muito grave é claro que fico assim um bocado sentido” (p. 3.6.2.)
		Ligação simbólica aos jovens	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Mal depois as pessoas... depois uma pessoa que vá ler aquilo, ah não sei que os jovens hoje em dia são todos delinquentes, depois as pessoas não fazem distinção e vão pensar que os jovens são mesmo todos delinquentes e depois as pessoas ficam com a fama de coisas que na realidade não são” (p. 3.6.3.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Há uns tempos havia aí o rumor dos gangs dos palhaços e andaram a espalhar esse boato e depois dentro dessa semana houve... aquele... aquele rapaz que... esfaqueou a namorada e toda a gente pensou que isso estava associado a esse gang que veio de Lisboa o gang dos palhaços e isso abalou um bocado aí a comunidade de jovens, sentimo-nos um pouco inseguros, mas tirando isso aí... não houve nada que me fizesse sentir mal... muito mal” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Faz-me sentir mal porque eu também como um jovem se a notícia é dos jovens é óbvio que de certa forma essa notícia vai me afectar, nomeadamente a falta de emprego para os jovens” (p. 3.6.3.)

O único jovem que tem uma parca ligação simbólica à cidade onde reside é o E3 (tabela 20.), sendo que este facto poderá dever-se a habitar nela há pouco mais de um ano.

Todos os jovens do presente estudo têm uma forte identificação com a sua condição juvenil, facto que se reflecte no seu discurso (tabela 21.) sobre qual a sensação que lhes desperta as más notícias referentes aos mais novos. A identidade juvenil proporciona-lhes um sentimento de pertença a um grupo que partilha as mesmas preocupações e tem as mesmas aspirações.

<sup>20</sup> 64,2% dos jovens ingleses entre os 16 e 29 anos de idade concorda em que as pessoas vizinhas olham umas pelas outras (Fahmy, 2006)

### 10.1.6 Bem-estar subjectivo

A bibliografia revela que o capital social tem uma forte influência na satisfação com a vida e na percepção de felicidade. As clivagens entre gerações são também ao nível dos valores. Nas coortes mais novas a felicidade é conotada com valores pós-materialistas. Em populações mais carenciadas e que passaram por certas privações, a tendência é ligar a felicidade a valores mais materialistas. No entanto, no presente estudo, a noção de felicidade para a maioria dos mais novos, está aliada a valores pós-materialistas como por exemplo revelaram E3, E5 e E9 (tabela 22.) confirmando o estudo de Delhey, 2009. Em contraste, E1 (tabela 22.) relaciona a felicidade com valores materiais como o dinheiro, casa e comida, revelando as privações de que foi vítima antes da sua institucionalização.

Tabela 22. Bem-estar subjectivo

Problemática	Dimensão		E1	E3	E5	E9
	Bem-estar subjectivo	Percepção da felicidade	“ [A felicidade] é ter aquilo que nós queremos, nem tudo, porque nem tudo... não é ter dinheiro, o dinheiro também não traz... traz alguma felicidade, nem toda mas é ter aquilo que nós podemos é ter casa, ter comida e família que nos acolha, isso para mim é a felicidade. Sim, neste momento sou [feliz]. Porque tenho casa, tenho sitio onde dormir, tenho escola, tenho aquilo que eu quero” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade] é eu estar contente com a maneira que sou e estou e da maneira como eu interajo com os outros e assim. Não sou completamente infeliz, mas também não sou totalmente feliz... porque há coisas que eu quero fazer e ainda não fiz” (p. 3.7.1.)	“A felicidade para mim é estar bem com tudo não ter doenças... e estar no topo... do nosso dia-a-dia, sentimo-nos no topo. Eu sou [feliz] porque estou vivo é das principais razões” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade é] Sentir-me bem, sentir-me à vontade, contente com as pessoas que gosto, basicamente. Sou [feliz] porque estou num sitio onde gostam de mim onde eu gosto das pessoas e me tratam bem e me ajudam a estudar e está tudo bem” (p. 3.7.1.)
		Satisfação com a vida	“Estou [satisfeito com a vida], neste momento estou” (p. 3.7.2.)	“Mais ou menos... porque não estou com a minha família todos os dias e tive de mudar de escola outra vez e mais nada” (p. 3.7.2.)	“Ainda não, ainda há muito por fazer” (p. 3.7.2.)	“Estou [satisfeito com a vida], estou a conseguir o que quero acabar os meus estudos e acabar o 12º ano” (p. 3.7.2.)

Grande parte dos jovens em estudo está satisfeito com a sua vida (tabela 22.), em comparação a maioria dos portugueses que em 2008, numa escala de 0 (extremamente infeliz) a 10 (extremamente feliz) se posicionem em 6,6, um pouco abaixo dos seus congéneres europeus (7,4) como refere o European Social Survey 2002/2008 (anexo 9) (Vala, Torres, Ramos & Lavado, 2010). O mesmo relatório constata que se tem vindo a perder a satisfação com a vida desde 2002 (anexo 9).

## 10.2 Representação social do risco

### 10.2.1 Percepção do Risco

O contexto em que vivem e, concomitantemente, o capital social influenciam as percepções sobre o risco e a incerteza. Redes sociais gratificantes onde a cooperação para alcançar objectivos comuns e a troca de benefícios sejam valorizadas, poderão fazer a diferença na quebra de ciclos de exclusão; todavia, os grupos demasiado fechados revelam constrangimentos que impedem a sua inclusão.

É através das experiências do quotidiano que os jovens constroem a sua representação do risco. Devido ao processo de individualização, a maioria dos jovens em estudo tem uma perspectiva do risco centrada no *eu*, tal como os grupos urbanos da investigação de Olofsson e Wall (2008). Por exemplo, E4 (tabela 23.) irá ter uma intervenção cirúrgica brevemente e é habitual praticar “cicloturismo”.

Tabela 23. Percepção do risco

Problemática	Dimensões	E1	E3	E4	E5	E6
Representação Social do Risco	Percepção do risco	“...me acontecer alguma coisa mal...” (P. 4.1.)	“... tipo fazer coisas que não estão bem aceites pela sociedade com o risco de ficarmos mal vistos...” (P. 4.1.)	“É ter medo... risco por exemplo é a gente ir ser operado e ter ‘cagufa’ medo que a operação corra mal... Por exemplo agente vai na estrada e a gente tem medo que tenha um acidente, como ir nas bicicletas, por exemplo eu não tenho carta de condução e tenho uma bicicleta e eu vou sempre para o lado... tenho medo que seja limpinho... um carro me dê uma panada” (P. 4.1.)	“É quando estamos numa situação de cara ou coroa, ou perdemos a vida ou saímos de lá com muita fama” (P. 4.1.)	“uma pessoa pode morrer nesse risco... pode ficar parálitica [...] Nas passadeiras... às vezes pode vir uma pessoa com pressa e levá-nos na frente” (P. 4.1.)

Todos os jovens falaram (tabela 23.) de si como indivíduos e não como pertencendo a uma comunidade, mostrando haver um certo desapego local. Relacionaram o risco com a insegurança pessoal (Vornanen, Törrönen & Niemelä, 2009), nomeadamente no que comporta em pôr a vida em perigo, ter um acidente ou arriscar demasiado.

### 10.2.2 Ambições

As expectativas em relação ao futuro ligam-se ao conceito tradicional de *habitus*, segundo Threadgold, e Nilan (2009). Ao exercitarem a sua reflexão em relação ao *dever*, a maioria dos jovens declarou querer encontrar um emprego e alguns constituir família, bem como ter sucesso nos estudos, como se verifica na tabela.

Tabela 24. Ambições

Problemática	Dimensão	E1	E3	E4	E5	E9
Representação Social do Risco	Ambições	“... ser um profissional ajudante de cozinha, ter um grande emprego, não estar lá no topo mas sim estar cá no ‘mediozinho’ [...] Quero estar ao pé da minha família... nem toda, porque nem toda me agrada, mas poder ajudar a família, isso aí é sempre, mas estar tipo sempre ao pé da família, não estar muito próximo, não estar a viver em casa e isso, mas estar sempre presente para a família. [...] Casa, também gostava de arranjar uma casa, ter alguém também comigo” (P. 4.2.1.)	“... acabar a escola, ir para a universidade tirar a licenciatura, [...] trabalhar e ter uma vida boa [Família] Não nem por isso por agora não. [...] Não, não me estou a ver casado e com filhos, não estou mesmo” (P. 4.2.1.)	“É casa da mãe, uma quintinha, casa no campo, árvores galinhas animais, trabalhar lá e ganhar dinheiro e sustentar a vida. (P. 4.2.1.)	“Quero ser alguém reconhecido, alguém importante” (P. 4.2.1.)	“... trabalhar numa loja que faça publicidade, ter um bom emprego, estável e uma boa família” (P. 4.2.1.)

A falta de especificidade (anexo 10) que alguns jovens do presente estudo manifestam em relação ao emprego que aspiram transparece “alguma incerteza nas trajectórias de vida (Ball, 2003:149-51 *cit.* Threadgold, e Nilan (2009).)” dos mais novos.

Por outro lado, quando indicam a profissão que querem exercer, referem ajudante se cozinha (E1), trabalhar numa quinta (E4) ou numa loja (E9), à semelhança dos alunos da escola frequentada por jovens com condições socioeconómicas mais baixas, do estudo de Threadgold, e Nilan (2009). Revelam, deste prisma, as suas baixas expectativas condicionadas pela experiência de vida e socialização de que foram alvo. E4 dá ênfase a “*ganhar dinheiro e sustentar a vida*”, sendo este um indicador de escassez existente sua casa de origem (*Ibid*). A maioria dos jovens é realista em relação ao seu futuro como, por exemplo, E1 (tabela 24.) que é consciente das suas competências.

Em contraste, as ambições de E5 (tabela 24.) são alcançar sucesso e estatuto social. Isto deve-se a que este jovem foi socializado num meio com forte capital cultural e económico indo ao encontro aos jovens de condições socioeconómicas mais altas do estudo de Threadgold, e Nilan (2009). Poder-se-á afirmar que as condições socioeconómicas moldam as aspirações dos mais novos.

### 10.2.3 Obstáculos

A percepção dos riscos futuros implica a reflexividade (Threadgold e Nilan, 2009). Os principais obstáculos reportados pela maioria da população em estudo foram a situação económica do país e o desemprego (tabela 25.) ou a interferência de outras pessoas (E2 e E4), indo ao encontro dos jovens mais desfavorecidos socioeconomicamente existentes nos estudo dos mesmos autores.

Tabela 25. Obstáculos

Problemática	Dimensão	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8
Representação social do risco	Obstáculos	[Arranjar emprego] Tenho assim uma probabilidade um bocadinho baixa, mas porque o meu curso não é muito profissional, é mais tipo formação daquela para desenrasca...” (p. 4.3.1)	“...só se a minha namorada ou isso sair da cidade...” (p. 4.3.1)	“[...] as pessoas têm de trabalhar para poderem continuar na escola e coisas assim” (p. 4.3.1)	“A minha mãe não ter capacidade para arranjar essa quinta, e a minha mãe não ter capacidade para fazer este bem... a mim dificulta, porque a minha mãe ajudava nesse sonho, só que sem mãe não consigo” (p. 4.3.1)	“ [...] ser reconhecido, não há grandes obstáculos... eu sou... como é que eu hei-de dizer... eu integro-me muito facilmente, num grupo e consigo criar ali uma imagem... que seja reconhecido por todos [...]” (p. 4.3.1)	“O que tem mais dificuldade é arranjar um emprego... porque como Portugal está... é difícil...” (p. 4.3.1)	“[...] não conseguir arranjar logo um emprego, independentemente de poder ter acabado o curso”	“A crise... porque cada vez mais pessoas são despedidas” (p. 4.3.1)

Em confronto, E5 (tabela 24) tal como os jovens mais favorecidos socioeconomicamente do estudo de Threadgold, e Nilan (2009), tem dificuldades em nomear obstáculos às suas ambições.

Nos jovens em que a sua biografia é marcada pela privação, os seus obstáculos são realistas e têm a ver com preocupações estruturais; em contraste, E5 na medida em que provém de um meio mais privilegiado, não expõe grandes impedimentos à realização das suas ambições, exprimindo-se de forma abstracta. Através destas diferenças, sublinha-se a importância de compreender a reflexividade condicionada pelas desigualdades socioeconómicas (Adams, 2006 *cit.* Threadgold & Nilan, 2009).

A auto-reflexividade dos jovens é estrangida pelo capital económico e cultural. Se estes capitais forem fracos, as percepções do risco são realistas; por sua vez, se forem fortes, a percepção dos riscos é mais abstracta.

Existe uma contradição nas percepções do risco. Quando questionados no que respeita ao significado de risco, representaram nas suas respostas os seus medos e ansiedades, indo ao encontro dos princípios da individualização; por outro lado, ao reportarem quais os obstáculos às suas ambições, verificou-se que estes são, sobretudo, estruturais ou, por outras palavras “o paradoxo da modernidade tardia é que enquanto as fundações colectivas se tornaram mais obscuras, elas continuam a providenciar uma poderosa estrutura que constribe as experiências e oportunidades da vida dos mais novos” (Furlong & Cartmel 1997b:109).

### 10.3 Exclusão Social

A exclusão social é um conceito multidimensional que permite analisar a juventude como categoria social heterogénica ao invés de noções como *underclass* que enquadram os mais novos como um todo homogéneo (Johnston et al. 2000). No presente estudo obedeceu-se às dimensões da exclusão social a privação, desfiliação e desqualificação referidas nas

*Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental* (ISS, 2005). Foi construída uma tabela de análise onde se seleccionaram os casos que melhor elucidam esta problemática. Na impossibilidade de transcrever os dados dos relatórios/diagnósticos sociais, expor-se-á apenas a sua interpretação.

Tabela 26. Exclusão social

Problemática	Dimensões	Indicadores	E2	E4	E5	E6	E7	
Exclusão Social	Privação	Recursos	Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	Não tinha privação	Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	
		Negligência	Negligência	Negligência; maus-tratos; exposição a modelos de comportamento desviante	Maus-tratos	Exposição a modelos de comportamento desviante	Negligência	
	Desqualificação	Objectiva	Escolarização	Baixas qualificações para a idade: 9º IEFP	Baixas qualificações: Frequenta a APPACDM	Boas qualificações para a idade: 11º	Baixas qualificações para a idade: frequenta curso CEF	Boas qualificações: frequenta curso de especialização tecnológica
			Emprego	Operador Fabril				
		Condições de Habitação da família	Más condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores	Boas condições da casa dos progenitores	Boas condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores; Boas condições da casa dos avós maternos	
		Handicaps pessoais		Autismo				
	Subjectiva		Não interiorizou a exclusão social	Interiorização da exclusão	Não interiorizou a exclusão social	Não interiorizou a exclusão social	Não interiorizou a exclusão social	
	Desafiliação	Quebra de Laços Familiares	Irmã e progenitor	Progenitora	Progenitor			
		Estruturas Familiares	Família monoparental	Família monoparental	Família monoparental	Família reconstruída	Família de avós com neto	
		Imigração			Progenitores Imigrantes		Progenitores Imigrantes	

### 10.3.1 Privação

A privação remete para os meios de subsistência e, nesse sentido, o indicador de referência foi os recursos económicos<sup>21</sup>. Verificou-se que a maioria dos jovens em estudo tinha no seu agregado familiar insuficiência destes recursos (tabela 26.). Os principais factores que contribuíram para essa situação, foram as baixas qualificações escolares dos familiares (anexo 11) que não lhes permitiram aceder a profissões mais altamente remuneradas (Augusto & Simões 2007), o desemprego de longa duração e o recurso ao Rendimento Social de Inserção, dificultando assim a sua inserção no meio laboral.

Em contraste, E5 (tabela 26.) não esteve exposto a qualquer tipo de carência financeira, mostrando que os jovens provenientes de grupos mais privilegiados não estão livres de negligência e maus-tratos.

A negligência<sup>22</sup> é outro dos indicadores da privação, sendo que a maioria dos jovens estudados (tabela 26.) não teve por parte dos seus “cuidadores” a satisfação das suas necessidades mais

<sup>21</sup> Em 2010 segundo o relatório da CNPCJR (Carvalho, 2011) a maioria dos agregados dos jovens com processos instaurados nas CPCJ’s tem como fonte de rendimento o trabalho; 18,4% dos familiares responsáveis pelos mais novos viviam do RSI; e 10,9% com nenhum rendimento.

<sup>22</sup> As Situações de Perigo mais sinalizadas nas crianças e jovens com processo nas CPCJ são: “Negligência 38,2% (22564); a exposição a modelos de comportamento desviante 17,5% (10371); o abandono escolar

básicas ao “nível dos cuidados de higiene, de alimentação, de saúde, acompanhamento das actividades escolares, ou mesmo acompanhamento afectivo e emocional” (Augusto & Simões 2007:54).

### 10.3.2 Desqualificação

Quanto à desqualificação, pode categorizar-se em objectiva e subjectiva. A primeira refere-se à falta de envolvimento nas actividades socioeconómicas, enquanto que a segunda abarca a interiorização da exclusão proporcionada pela primeira.

A socialização dos jovens na escola e família é determinante na aquisição de competências sociais, instrumentos que os capacitarão de competências úteis nos seus trajectos para a vida adulta. Pouco mais de metade dos jovens em estudo tem boas qualificações<sup>23</sup> (tabela 26.) para a sua idade. Os restantes jovens, devido a *handicaps* pessoais, problemas de comportamento e debilidade mental, apresentam habilitações escolares reduzidas, apesar da valorização que é dada à formação escolar no LMJCB. Ainda assim, a maioria dos jovens possui o 9º ano e um deles já ingressou no mercado de trabalho (E2, tabela 26.), revelando-se, desta forma, a uma longa distância de serem considerados NEET (not in education, employment and training) ou *status zero* (Williamson, 1997 *cit.* Johnston et al. 2000).

Para uma melhor compreensão desta dimensão, é necessário conhecer de uma forma mais aprofundada como foi a socialização primária (Augusto & Simões 2007) dos jovens em estudo. Os percursos de exclusão destes adolescentes até à sua institucionalização são marcados por “privação económica; desestruturação familiar (alcoolismo, toxicoddependência, problemas de saúde); pertença a minorias étnicas (...); exercício da autoridade parental baseado na arbitrariedade e violência; reduzida importância atribuída no contexto familiar à educação” (*Ibid*:57). A maioria dos jovens em estudo tinha poucas condições de habitação (tabela 26.).

---

13,3% (7856), os maus-tratos psicológicos / abuso emocional 13,0% (7684) e os maus-tratos físicos 7,1% (4216) (Carvalho, 2011:91)”.

<sup>23</sup> Segundo Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009 (ISS, 2010) num universo de 9563 crianças e jovens acolhidas: 133 estão sem escolaridade; 2234 têm o 1º ciclo do ensino básico completo; 2360 têm o 2º ciclo do ensino básico completo; 1578 têm o 3º ciclo do ensino básico completo; 315 têm o ensino secundário completo; 68 curso profissional nível 1 completo; 643 curso profissional nível 2 completo; 458 curso profissional nível 3 completo; 191 curso formação profissional sem equivalência escolar; 72 frequência em ensino superior.

Grande parte dos jovens em estudo não interiorizou a exclusão, conseguindo ultrapassar os seus percursos precários, revelando uma boa auto-estima, boa relação com adultos e pares e sucesso educativo. Todavia o E4 (tabela 26.) tem consciência das suas limitações devido a ter necessidades especiais, revelando sentimentos de inferioridade; a desqualificação subjectiva é relativa no caso do E1 e E3 (tabela 26.) devido a que mostram alguns comportamentos anti-sociais: o primeiro isolamento e o segundo mau comportamento escolar. O LMJCB tenta mitigar estes sentimentos através do treino de competências pessoais e sociais.

### 10.3.3 Desafiliação

Neste estudo, a última dimensão refere-se à quebra de laços sociais, sobretudo os familiares. A institucionalização é um indicador de desafiliação e, neste sentido, alguns jovens devido à desresponsabilização progressiva da família foram perdendo o contacto com os familiares, apesar dos esforços da equipa do LMJCB em mantê-los. A proximidade que têm com eles é muito díspar, coexistindo jovens a quem os familiares telefonam frequentemente e regressam a casa todas as semanas e, noutro extremo, outros que apresentam total desligação como os parentes (tabela 14).

Segundo a Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental (ISS, 2005) a estrutura familiar e a imigração são dois indicadores desta dimensão. No primeiro indicador, estrutura familiar, existe um padrão que parece desencadear a espiral da exclusão que é o abandono ou falecimento de um dos progenitores. As famílias mais frequentes são as monoparentais (tabela 26.), remetendo para os *grupos “desqualificados”* e *modos de vida - restrição* e *transitoriedade*, referidos por Luís Capucha (2005). No que respeita ao último indicador, a imigração, verificou-se que quatro jovens do presente estudo pertencem a famílias de minorias étnicas (anexo 10).

O início dos percursos de vida da maioria dos jovens da presente investigação é pautado pela precariedade. As suas *transições* para a vida adulta são sobretudo *desestruturantes* (Abrantes, Guerreiro, 2007), culminando na institucionalização. O acolhimento no LMJCB procura mitigar os processos de exclusão social na medida em que proporciona aos jovens um ambiente estruturado. Por parte de algumas famílias, existe uma progressiva desresponsabilização em relação aos mais novos, perdendo assim parte do seu capital social.

## Considerações Finais

A sociedade actual, impulsionada pela globalização, afigura-se como um terreno fértil em desigualdades, contrastes e conflitualidades; a complexidade que a caracteriza comporta várias vertentes, nomeadamente sociais, económicas, culturais e até territoriais. Esta diversidade apresenta desafios e exigências redobradas para os vários actores que a compõem.

A presente investigação, embora não seja representativa da realidade estudada, constitui uma base de diagnóstico útil e um estudo exploratório de uma situação social certamente mais ampla.

Os jovens deste estudo enquadram-se em grupos que se caracterizam pela vulnerabilidade e exclusão a que estão sujeitos. Os factores que foram identificados ao longo deste estudo como geradores de situações de marginalidade e, concomitantemente, impulsionadores da institucionalização destes jovens, reportaram-se às características dos seus progenitores, nomeadamente a falta de recursos socioeconómicos, as baixas qualificações, o alcoolismo e a toxicodependência. Estes factores, associados às particularidades dos indivíduos envolvidos e à falta de apoios sociais de carácter não institucional (por exemplo, familiar) acabaram por se materializar em situações de negligência e maus-tratos infligidas a estes jovens, culminando na sua institucionalização. Grande parte dos jovens em estudo não interiorizou a exclusão, conseguindo ultrapassar os seus percursos precários, revelando uma boa relação com pares e adultos, uma considerável auto-estima e, sucesso educativo.

A quebra dos laços familiares decorrentes da institucionalização, poderá suscitar que a mesma seja encarada como um indicador de exclusão social. Não obstante, nesta conjuntura hostil, emergem situações geradoras de capital social, nomeadamente das ligações tipicamente familiares com os colaboradores do LMJCB, das novas amizades e conhecimentos na comunidade hospedeira. Um dos objectivos patenteados na acção do LMJCB é fomentar os laços destes jovens com os seus familiares, por se considerar que os mesmos são parte integrante da solução relativamente à sua saída da instituição. O facto de não existir ainda um acompanhamento efectivo e sustentado das famílias por técnicos habilitados, constitui um dos principais factores que impedem a reintegração dos jovens no seio das mesmas.

O Capital Social é um conceito cada vez mais utilizado pelas diversas ciências sociais, passível de crítica por perder o seu valor heurístico em relação à especificidade de cada disciplina. Noutra vertente, considera-se que essa transversalidade e multidimensionalidade que caracterizam o conceito, acaba por o fortalecer, enriquecendo o debate à sua volta. Neste contexto, utilizando um modelo híbrido, procurou-se compreender o Capital Social dos jovens

à luz das teorias que dão relevo à consciência de agir (*agência*) dos mais novos. Constatou-se no presente trabalho, que emerge nestes jovens um sentimento de *agência* frustrada, devido à percepção que têm da falta de controlo da sua vida, ao poder exercido pelos adultos e ao seu percurso de exclusão.

Para além das clivagens que se operam no seio desta categoria social, existem ainda diferenças dignas de realce, entre gerações mais novas e as suas precedentes. Novos valores entram em contraste nas diferentes gerações, sendo que as anteriores associam a felicidade aos valores materialistas, enquanto as coortes mais novas fazem depender esse sentimento de valores pós materialistas. Esta conclusão foi corroborada pela análise dos jovens em estudo, verificando-se que a sua maioria, apesar das privações a que esteve sujeita, liga a felicidade a valores mais existenciais.

Outro exemplo da clivagem entre gerações é a representatividade da sua participação. Assiste-se hoje a um fenómeno caracterizado pela aceitação, por parte das gerações mais novas, de formas de participação mais informais, como por exemplo, o boicote de certas marcas comerciais. Paralelamente, podemos afirmar que as gerações precedentes se revelam mais participativas, realizando com maior expressividade actos de participação formais, como por exemplo, o exercício do direito de voto.

No caso destes jovens, a substituição de formas de participação convencional para não convencional é pouco visível. Embora o seu envolvimento cívico seja pouco expressivo e caracterizado por uma certa apatia, continuam a ter preocupações políticas e sociais; a sua forma de moldar a sociedade é realizada de modo individualizado e no dia-a-dia. Torna-se, portanto, imprescindível nos estudos que incluam a participação da juventude, apreender qual o seu envolvimento no quotidiano.

Para rematar esta problemática, será importante realçar que a confiança social se revela como o produto mais marcante do capital social. A confiança social que estes jovens revelaram circunscreve-se, sobretudo, ao seu círculo mais íntimo. Esta característica poderá estar ligada ao facto de o seu sentimento de comunidade se focar nas pessoas mais próximas, ao invés de se projectar apenas no local físico onde vivem.

O capital económico e cultural destes jovens condiciona a sua representação social do risco. O seu *habitus*, construído pela socialização precária, regula as suas ambições perante o futuro, não aspirando a mais do que consideram “normal”. Paralelamente, a auto reflexividade também é moldada por esses dois elementos, sendo que, constrangidos por aspectos estruturais, os obstáculos às suas pretensões são concebidos de forma razoavelmente realista. Aqueles que foram objecto de socialização em meios mais privilegiados, são mais positivos em relação ao futuro, não vendo obstáculos às suas

aspirações. Existe ainda um paradoxo na percepção do risco por parte destes jovens. Por um lado, quando questionados quanto ao significado do risco, expressam nas respostas os seus medos e ansiedades, indo ao encontro dos princípios da individualização; por outro, ao reportarem quais os obstáculos às suas ambições, verifica-se que estes são sobretudo estruturais.

Em síntese, a exclusão social dos jovens em estudo tem vindo a esbater-se devido à sua progressiva integração impulsionada pela ajuda institucional e subsequente socialização num meio mais estruturado. Os antagonismos da sociedade do risco são visíveis nestes jovens ao nível do processo de individualização, delimitando-se aqueles cuja percepção de *agência* é limitada. O capital social destes jovens é um processo dinâmico, transformando-se durante as suas trajectórias para a vida adulta, fazendo emergir novas possibilidades embora constringidas pelo risco e vulnerabilidade.

Em investigações futuras, será importante incluir outros factores como as diferenças de género. Será igualmente interessante aferir o papel do capital social não só das famílias de origem, no que reporta ao desencadeamento de factores de risco e de exclusão social como também nos percursos dos jovens após a sua saída da instituição.

# Bibliografia

Adkins, L. (2008). Social Capital Put to the Test. *Sociology Compass* 2/4, 1209-1227.

DOI: 10.1111/j.1751-9020.2008.00123.x

Adams, M. (2003). The reflexive self and culture: a critique. *British Journal of Sociology*, 54(2), 221-238.

DOI: 10.1080/0007131032000080212

Amaro, F. & Neves, B. (2010) Capital social ou alienação social? A juventude Portuguesa e os sites de redes sociais. Um estudo exploratório. *Artigo apresentado no ISA World Congress, Committee on Youth Research*. Gothenburg.

Arnstein, S. (1969) A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners* 35(4), 216-24.

Augusto A. & Simões J. (Coord.) (2007). *Diagnóstico Social em concelhos da beira interior*. Covilhã: UBI\_CES.

Augusto, N. (2006). *Novos actores sobre velhos palcos: juventude, política e ideologias no Portugal democrático*. Covilhã: Universidade da Beira Interior (tese de doutoramento).

Augusto, N. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-177.

Babb, P. & Deviren, F. (2005). *Young People and Social Capital: Phase 2 of Joint ONS/DfES Project: Young People and Social Capital*. London: Office for National Statistics

Barber, T. (2009). Participation, citizenship, and well-being: Engaging with young people, making a difference. *Young* 17(1), 25-40.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Beck, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres: Sage.

Beck, U. (2000). A reinvenção da política. Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno* (pp. 1-51). Oeiras: Celta.

Boeck, T. (2011) *Young People and Social Capital: An Exploration*. (Tese de doutoramento, De Montfort University, 2011). Retirado de <https://www.dora.dmu.ac.uk/bitstream/handle/2086/.../Boeck%20PhD.pdf>

- Bourdieu, P. (1985). The forms of capital. In J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-58). New York: Greenwood.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1993). *Sociology in Question*. London: Sage.
- Burt, R. (1992). *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge: Harvard University Press.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.
- Carvalho, R. (Coord.) (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens no ano de 2010*. Lisboa: Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.
- CNE. (2011). *Boletim informativo da Comissão Nacional de Eleições*. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições.
- Coelho, M. (2009). Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório. *Análise Social, XLIV(191)*, 361-377.
- Coleman, J. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology, 94*, S95-S120.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press.
- Costa, A. (Coord.), (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza*. Lisboa: Gradiva
- Costa, S. (2004). Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social, 16(2)*, 73-100.
- Dean, H. (1997). Underclassed or undermined? Young people and social citizenship. In MacDonald, R. (Ed.), *Youth, The "Underclass" and Social Exclusion*, (pp. 55-82). London: Routledge.
- Delhey, J. (2009). From Materialist to Postmaterialist Happiness? National Affluence and Determinants of Life Satisfaction in Cross-National Perspective. *World Values Re-search 2(2)*, 30-54.
- Ecclestone, K. & Field, J. (2003) Promoting Social Capital in a 'Risk Society': A New Approach to Emancipatory Learning or a New Moral Authoritarianism? *British Journal of Sociology of Education 24(3)*, 267-282.

- Ekberg, M. (2007). The Parameters of the Risk Society - A Review and Exploration. *Current Sociology*, 55(3), 343-366.
- Estivill, J. (2003). *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social: Conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.
- Evans, K. (2002) Taking control of their lives? the youth, citizenship and social change project. *European Educational Research Journal*, 1(3), 497-521.
- Fahmy, E. (2006). Social capital and civic action: A study of youth in the United Kingdom. *Young* 14(2), 101-118.  
DOI: 10.1177/1103308806062736
- Ferreira, H. et al. (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia*, 9, 63-101.
- Ferreira, P. (2008) Associações e democracia faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, problemas e práticas*, 57, 109-130.
- Franklin, J. (2007). Social Capital: Between Harmony and Dissonance. Families and Social Capital. *ESRC Research Group Working Paper n° 24*. London: South Bank University.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (1997a). Risk and uncertainty in the youth transitions. *Young* 5(1), 1-17.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (1997b). *Young people and social change: individualization and risk in late modernity*. Maidenhead: Open University Press.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (2006). *Young People and Social Change: new perspectives*. Maidenhead: Open University Press.
- Garcia, J. et al. (2000) *Estranhos - Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1998). Risk Society: The Context of British Politics. In J. Franklin (Ed.), *The Politics of Risk Society Order* (pp. 23-34). Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (2000). Viver numa Sociedade Pós-Tradicional. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno* (pp. 53-104). Oeiras: Celta.
- Granovetter, M. (1973) The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Gubrium, J. & Holstein, J. (2001). *Handbook of Interview Research : Context & Method*. California: Sage.

- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Guerreiro, M. & Abrantes, P. (2007). *Transcrições Incertas: Os Jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Harris, A., Wyn, J. & Younes, S. (2010). Beyond apathetic or activist youth: 'Ordinary' young people and contemporary forms of participation. *Young* 18(1), 9-32.
- Harper, R. & Kelly, M. (2003). *Measuring Social Capital in the United Kingdom*. London: Office for National Statistics.
- Hespanha, P. (2002). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 21-31
- Holland, J. (2009). Young people and social capital: Uses and abuses? *Young*, 17(4), 331-350.  
doi: 10.1177/110330880901700401
- HORS. (2004). *2003 Home Office Citizenship Survey: People, Families and Communities*. Londres: Governo de Inglaterra.
- Inglehart, R. (2008). Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics*, 31(1-2), 130 - 146.  
DOI: 10.1080/01402380701834747
- ISS, I.P. (2005). *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- ISS, I.P. (2010). *Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Johnston, L., MacDonald, R., Mason, P., Ridley, L. & Webster, C. (2000) *Snakes & Ladders: Young people, transitions and social exclusion*. Bristol: The Policy Press
- Kawachi, I., Kim, D. & Subramanian, S.V. (Ed.). (2008). *Social Capital and Health*. New York: Springer.
- Kirby, P., Lanon, C., Cronin, K. & Sinclair, R. (2003). *Building a Culture of Participation. Involving Children and Young People in Policy, Service Planning, Delivery and Evaluation*. London: Department of Education and Skills.
- Kelly, D. (2009). In Preparation for Adulthood Exploring: Civic Participation and Social Trust Among Young Minorities. *Youth & Society*, 40 (4), 526-540.  
doi: 10.1177/0044118X08327584

- Kelly, P. (2001). Youth at Risk: Processes of individualisation and responsabilisation in the risk Society. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 22(1), 23-33.  
DOI: 10.1080/01596300120039731
- Lages, M. (2007). Os comportamentos de risco dos jovens portugueses e a sua mortalidade. *Análise Social*, XLII(183), 395-418.
- Lash, S. (2000). A reflexividade e os seus duplos - estrutura, estética, comunidade. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno* (pp. 105-164). Oeiras: Celta.
- Lin, N. (2001). *Social capital: a theory of social structure and action*. New York: Cambridge University Press.
- MacDonald, R. (1997). Dangerous youth and the dangerous class. In MacDonald, R. (Ed.), *Youth, The "Underclass" and Social Exclusion*, (pp.1-25). London: Routledge.
- MacDonald, R. & Marsh, J. (2001). Disconnected Youth? *Journal of Youth Studies* 4(4), 373-391.
- Monteiro, A. (2008). Quando a ajuda chega por mail: o voluntariado online como oportunidade e realidade. *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: APS
- Morrow, V. (1999). Conceptualising Social Capital in Relation to the Wellbeing of Children and Young People: A Critical Review. *Sociological Review*, 47(4), 744-65.
- Morrow V. (2001a). *Networks and Neighbourhoods: Children's and Young People's Perspectives*, London: Health Development Agency.
- Morrow, V. (2001b). Using qualitative methods to elicit young people's perspectives on their environments: some ideas for community health initiatives. *Health Education Research*, 16(3), 255-268.
- Morrow, V. (2005). Social capital, community involvement and community cohesion in England: a space for children and young people. *Journal of Social Sciences* 9, 57-69.
- Narayan, D. & Cassidy, M. (2001). A Dimensional Approach to Measuring Social Capital: Development and Validation of a Social Capital Inventory. *Current Sociology*, 49(2), 59-102.
- Nietzsche, F. (2007). *Assim Falava Zaratustra*. Guimarães: Editora Guimarães
- Olofsson, A. & Wall E. (2008). Young people making sense of risk - How meanings of risk are materialized within the social context of everyday life. *Young*, 16(4), 431-48.  
doi: 10.1177/110330880801600405

- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, XXV(105-106), 139-165.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.
- Pais, J., Cairns, D. & Pappámikail, L. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social* 17(2), 109-140.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods* (2nd ed.). Newbury Park, CA.: Sage Publications.
- Paugam, S. (1991). *La disqualification Sociale. Essai Sur la Nouvelle Pauvreté*. Paris: Puf.
- Pedroso, J. & Gomes, C. (Coord.). (2002). *Uma Reforma da Justiça em Avaliação. A adopção: os bloqueios de um processo administrativo e juridico complexo*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, CES.
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 133-158.
- Putnam, R. (1993a). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Putnam, R. (1993b). The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, 13, 35-42.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York : Simon & Schuster.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998) (2ª ed.). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Raffo, C. and Reeves, M. (2000). Youth Transitions and Social Exclusion: Developments in Social Capital Theory. *Journal of Youth Studies*, 3 (2) 147-166.
- Ruane, S. (2007). *Paving Pathways for Youth Inclusion: The Contribution of Community Cultural Development* .Perth Western Australia: Community Arts Network WA.
- Sarason, S. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Schaefer-McDaniel, N. (2004). Conceptualizing Social Capital among Young People: Toward a New Theory. *Children, Youth and Environments*, 14(1), 140-150.

Smith, K. et al. (2010) Motivations and Benefits of Student Volunteering: Comparing Regular, Occasional, and Non-Volunteers in Five Countries. *Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research* 1(1), 65-81.

Soulet, M.(org.). (2000). *Da Não Integração*. Coimbra: Quarteto.

Thompson, J. (2000). Poverty and Social Exclusion. *NIACE*, 10.

Threadgold, S. & Nilan, P. (2009). Reflexivity of contemporary youth, risk and cultural capital. *Current Sociology*, 57(1), 47-68.

DOI: 10.1177/0011392108097452

Tocqueville, A. (2001). *Da Democracia da América*. Cascais: Principia.

Vala, J., Torres, A., Ramos, A. & Lavado, S. (2010), Inquérito Social Europeu - Resultados Globais Comparativos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Vornanen, R. Törrönen, M. & Niemelä, P. (2009) .Insecurity of young people: The meaning of insecurity as defined by 13- 17-year-old Finns. *Young*, 17(4), 399-419.

DOI: 10.1177/110330880901700404

Weller, S. (2006). Skateboarding Alone? Making Social Capital Discourse Relevant to Teenagers' Lives. *Journal of Youth Studies* 9(5), 557-574.

Whiting, E. & Harper, R. (2003). *Young People and Social Capital*. London: Office for National Statistics.

#### **Legislação**

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA nº 49/90. D. R. I Série. 211 (90/09/12) 3738-(2).

LEI CONSTITUCIONAL nº 1/2005. D. R. I Série A. 155 (05/08/12) 4642.

LEI nº 147/99. D. R. I Série A. 204 (99/09/01) 6115.

LEI nº 166/99. D. R. I Série A. 215 (99/09/14) 6320.

## Anexo 1

## Anexo 1

**Table 2.17** *Whether people feel able to influence decisions affecting their local area and Great Britain by age*

Percentages		England & Wales, 2003							
People agreeing <sup>1</sup> they can influence decisions affecting:	16 to 19	20 to 24	25 to 34	35 to 49	50 to 64	65 to 74	75 or over	All	
Local area	36	34	39	42	39	33	32	38	
Great Britain	16	17	19	21	20	18	18	19	
All respondents	293	422	1,562	2,543	2,256	1,205	1,034	9,315	

<sup>1</sup> Percentage saying that they definitely agreed or tended to agree.

Fonte: 2003 Home Office Citizenship Survey: People, Families and Communities (HORS, 2004:30).

## Anexo 2

**Table 2: Motivations to volunteer<sup>†</sup>**

	Motivational item	Regular volunteers	Occasional volunteers	Non-volunteers
Instrumental/ Career-related	To put on CV (resumé) when applying for a job **	61.5%	65.1%	70.6%
	To put on CV (resumé) for admission to higher education **	58.0%	61.5%	67.0%
	To make new contacts that might help a business career **	57.7%	56.5%	62.0%
	To help one get a foot in the door for paid employment N.S.	58.2%	57.6%	60.7%
Altruistic/ Value-driven	It is important to help others **	90.2%	85.7%	79.2%
	To work for a cause that is important **	87.8%	84.0%	78.3%
	Makes one feel better *	75.4%	71.6%	68.0%
	Volunteering gives one a new perspective **	79.0%	72.9%	64.3%
Social/Ego- defensive	To learn about the cause **	63.7%	57.1%	55.9%
	To make new friends N.S.	53.4%	50.2%	51.1%
	People close to me influenced me to volunteer *	42.0%	43.3%	41.5%
	Because my friends volunteer **	40.7%	41.8%	40.7%
	It relieves some of the guilt over being more fortunate than others **	28.5%	33.9%	36.0%
	Was advised to do so by a career advisor or family member **	29.1%	30.5%	35.5%
It's a good escape from one's troubles N.S.	32.0%	31.5%	31.1%	

<sup>†</sup> Volunteers: Why do you volunteer? Non-Volunteers: Why do you think people volunteer? Percentage of respondents strongly agreeing or agreeing.

\*\* Significant at the 0.01 level. \* Significant at the 0.05 level N.S. Not significant

Fonte: Smith, K. et al. (2010)

## Anexo 3

**Table 3** Everyday participatory practices

	<i>A Lot/Some (in %)</i>	<i>Seldom/Never (in %)</i>
Recycled	75	25
Donated money to a cause	67	33
Signed a petition	37	63
Discussed political/social issues	37	63
Made a statement through art, writing or music	37	63
Listened to political music	28	72
Youth council/Students' Representative Council (SRC)	26	74
Made a political/social statement online	20	80
Contacted the media	18	82
Gone to a rally	18	82
Boycotted a brand	16	84
Contacted a politician	13	87

Fonte: Harris, A., Wyn, J. & Younes, S. (2010:23).

## Anexo 4

**Table 4** With whom respondents discuss social and political issues

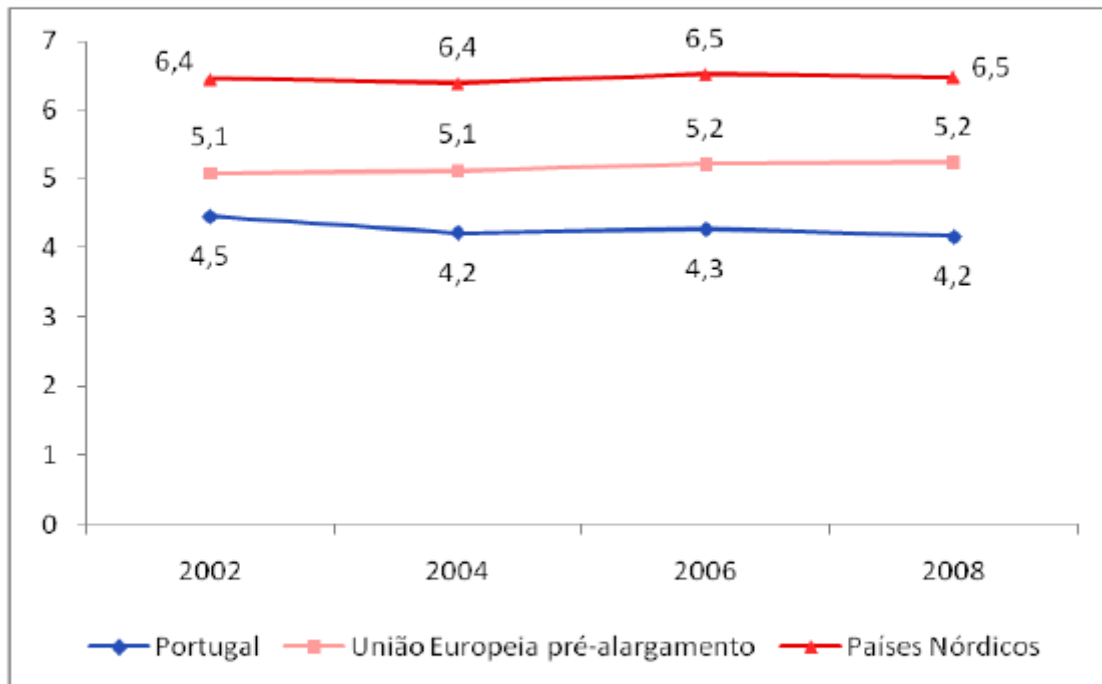
	<i>A Lot/Some (in %)</i>	<i>Seldom/Never (in %)</i>
Parents	58	42
Friends	56	44
In class	56	44
Other family members	44	56
No one	29	71
Someone else in the community	20	80
Online	20	80
Organization/group I am in	19	81
In the media	18	82
Government representatives	12	88
Other	17	83

Fonte: Harris, A., Wyn, J. & Younes, S. (2010:25).

## Anexo 5

## Confiança interpessoal

(a maior parte das pessoas é de confiança; a maioria das pessoas tenta ser honesta; a maior parte das vezes as pessoas ajudam-se; 0 - 10.)



As diferenças entre os grupos de países são significativas em todas as edições, sendo o tamanho de efeito grande (2002:  $\eta^2=.140$ ; 2004:  $\eta^2=.147$ ; 2006:  $\eta^2=.156$ ; 2008:  $\eta^2=.149$ ). As diferenças verificadas em cada grupo de países ao longo das edições têm um tamanho de efeito baixo (PT:  $\eta^2=.003$ ; UE:  $\eta^2=.001$ ; PN:  $\eta^2=.001$ )

Fonte: Vala, Torres, Ramos & Lavado, (2010:10)

## Anexo 6

**Young people's trust in adults: by age group**

Great Britain

How much do young people trust adults?	Percentages	
	Age 16-24	Age 25 and over
A lot	5	3
A fair amount	50	41*
Not very much	41	49*
Not at all	2	4
No experience / Don't know	1	3
Unweighted sample	475	3,199
Weighted base	661	3,008

\* Statistically significant difference at 0.05% level

Fonte: Babb, P. &amp; Deviren, F. (2005:9)

## Anexo 7

**Trust: by age group**  
Great Britain

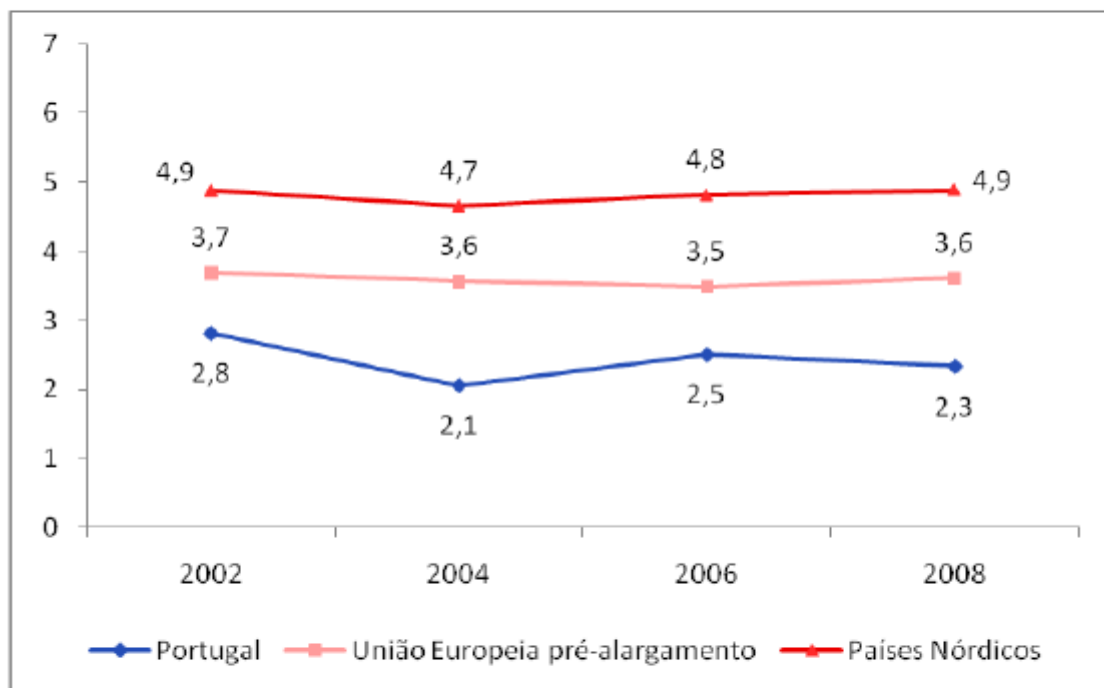
Can you tell me how much do you trust:	Percentages													
	Police		Courts		Government		Welsh Assembly		Scottish Executive		Teachers or lecturers		Religious leaders	
	Age 16-24	Age 25 and over	Age 16-24	Age 25 and over	Age 16-24	Age 25 and over	Age 16-24	Age 25 and over	Age 16-24	Age 25 and over	Age 16-24	Age 25 and over	Age 16-24	Age 25 and over
A lot	17	20	15	13	3	3	0	1	9	4	30	23	12	8
A fair amount	50	54	49	47	31	24	39	24	26	25	58	61	25	33
Not very much	23	18	20	22	38	45	33	38	28	36	8	7	29	30
Not at all	7	4	4	7	17	24	11	20	19	21	2	2	16	17
No opinion/Don't know/No experience	2	4	13	12	11	4	17	18	19	14	3	8	18	12
Unweighted sample	475	3,202	475	3,202	475	3,202	12	167	38	270	475	3,202	475	3,201
Weighted base	660	3,014	661	3,013	661	3,014	18	164	47	240	659	3,014	662	3,013

Fonte: Babb, P. & Deviren, F. (2005:8)

## Anexo 8

## Confiança nos políticos

(0 nenhuma confiança; 10 toda a confiança)



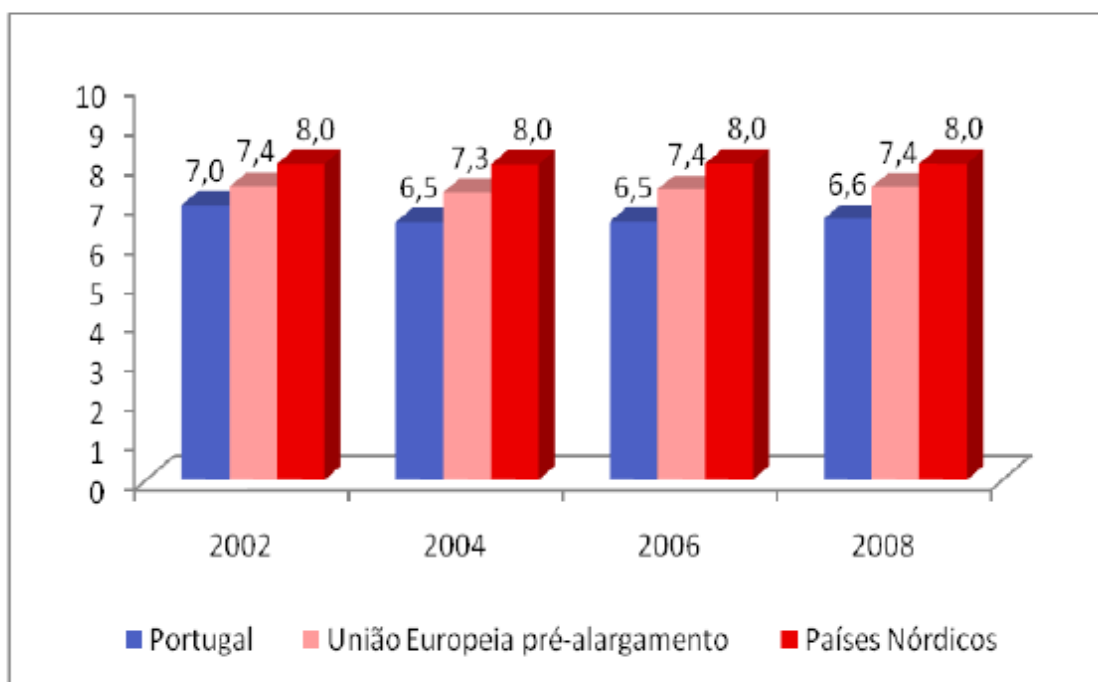
As diferenças entre os grupos de países são significativas em todas as edições, sendo o tamanho do efeito médio (2002:  $\eta^2=.068$ ; 2004:  $\eta^2=.101$ ; 2006:  $\eta^2=.087$ ; 2008:  $\eta^2=.107$ ). As diferenças verificadas em cada país ou grupo de países ao longo das edições têm um tamanho de efeito baixo (PT:  $\eta^2=.014$ ; UE:  $\eta^2=.001$ ; PN:  $\eta^2=.002$ )

Fonte: Vala, Torres, Ramos & Lavado (2010:10)

## Anexo 9

## Percepção de felicidade

(0 extremamente infeliz; 10 extremamente feliz)



As diferenças entre os grupos de países são significativas em todas as edições, sendo o tamanho do efeito pequeno/médio (2002:  $\eta^2=.028$ ; 2004:  $\eta^2=.059$ ; 2006:  $\eta^2=.053$ ; 2008:  $\eta^2=.049$ ). As diferenças verificadas em Portugal e nos países da UE pré alargamento têm um tamanho de efeito muito pequeno (PT:  $\eta^2=.008$ ; UE:  $\eta^2=.001$ ). Não se verificam diferenças significativas nos países nórdicos.

Fonte: Vala, Torres, Ramos & Lavado (2010:12)

## Anexo 10

## Sinopses das entrevistas

### Capital Social

#### Participação Social

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Capital Social	Participação Social	Pertence a associação/ envolvimento/ importância	“Não” (p.3.1.2.)	“Não. É importante para socializarmos e para criarmos espírito de grupo, mas eu não pertenço porque não tenho tempo disponível” (p.3.1.2.)	“Faço parte da associação do Valongo, faço lá atletismo há menos de um ano [...] só estou lá para me manter em forma” (p.3.1.2.)	“Não. [...] Acho que é [importante] por pertencer [...] por exemplo a associação é um sítio de convívio” (p.3.1.2.)	“Neste momento não” (p.3.1.2.)	“Sim. Atletismo... faço provas de resistência, velocidade e de... pronto salto para a caixa de areia e assim” (p.3.1.2.)	“Pertença à associação Raia Aventura. [Prático] várias actividades desportivas [...] É muito importante, conhecesse muita gente, aprendemos a praticar novas modalidades ou desportos [...]” (p.3.1.2.)	“Não. É, é importante e... para poderem estar juntos” (p.3.1.2.)	“Sim pertenço a uma associação dos cães da serra da estrela, onde ajudo familiares meus a tratar dos cães, ir a exposições e ajudar no que é preciso [...] mantêm-me em actividade, entretido, ajudar a família e pessoas” (p.3.1.2.)
		Actividades de voluntariado / motivos/ imposição/ tempo	“[...] estou a participar [em uma actividade] de programas de jovens voluntários para as florestas [...] pediram-me para ir e eu fui na 'descontra'... na boa [...] é importante participar] para as pessoas tipo... descontrair em um bocadinho qualquer coisa de diferente, tipo isso” (p.3.1.3.)	“Sim, sim, já participei na limpeza, limpar Portugal, por Portugal mais verde [...] Fui por minha vontade” (p.3.1.3.)	“[...] não [...] Eu acho que é importante o problema é depois fazer...” (p.3.1.3.)	“Já [...] era limpar lá aquilo a quinta. Fui [de livre vontade] [É importante] porque a quinta do senhor [...] estava cheia de relva e sujia e a gente limpou” (p.3.1.3.)	“Já. Na Quercus. Para ir lá trabalhar a cuidar de pássaros, das aves da rapina que se encontram em estado, como é que hei-de dizer... estado grave de saúde” (p.3.1.3.)	“Não nunca. [É importante] para ajudar as outras pessoas e para estarmos em comum com os outros” (p.3.1.3.)	“Sim várias... como por exemplo na distribuição de comida para pessoas carenciadas aqui na alameda do cansado, estive a fazer distribuição durante duas semanas, foi uma actividade que me tocou muito porque vi muita pobreza nesta cidade e não estava a contar com isso.” (p.3.1.3.)	“Já na limpeza florestal, foi no Valongo [...] foi porque fomos todos aqui do Lar. É [importante] para se conhecer pessoas novas” (p.3.1.3.)	“Já, trabalhei, oferecera-me para eu trabalhar num lar de idosos e eu estive lá nas férias... no ano passado. (É importante] porque se ganha alguma maturidade e maneira de uma pessoa ser, e saber o que custa a vida.” (p.3.1.3.)
		Tempos Livres	“Vou dar uma volta vou passear [...] ando sempre acompanha do com colegas” (p.3.1.4.)	“Estou em casa no computador ou a ver televisão” (p.3.1.4.)	“Praticamente estou todo o tempo em casa no computador, ou então estou a ler ou então a estudar” (p.3.1.4.)	“Vou à net, vejo televisão, faço as minhas coisas diárias” (p.3.1.4.)	“[...] pratico uma actividade desportiva qualquer... é, depende da hora ou dos amigos com quem eu estiver” (p.3.1.4.)	“Estudo, brinco com os colegas, faço os trabalhos de casa” (p.3.1.4.)	“[...] vou até às docas com amigos... também vou aos fins-de-semana [...] gosto de fazer desporto de fazer skate, também gosto de ouvir música de vez em quando faço uma misturas de sons que saiam recentes e gosto de reparar computadores [...]” (p.3.1.4.)	“Estudo e jogo playstation, vejo televisão e também faço desporto” (p.3.1.4.)	“Estudo, jogo computador, falo com amigos na internet, penso na vida e no futuro.” (p.3.1.4.)

#### Participação Cívica

Problemática	Dimensão	Indicadores	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Capital Social	Participação Cívica	Participação nas decisões que mais afectam os	“Sim perguntam-me sempre” (p.3.2.1.)	“Sim, pedem a minha opinião” (p.3.2.1.)	“Não, não sou eu que as tomo e não me	“Algumas [...] se controla-se todas as decisões	“As vezes [...] Se afectar mesmo... pessoalmente [...] sim [é	“Sim... sempre” (p.3.2.1.)	“Em quase todas [...] mas se puder ou se for uma	“Não [decidi] para a actual escola]. Sim	“Sim [...] acho que se for para um curso onde eu

	Jovens no LMJCB			costuma m pedir opinião nessas decisões ” (p. 3.2.1.)	já tinha ido para casa da família...” (p. 3.2.1.)	importante participar]” (p. 3.2.1.)		actividade que não seja do meu agrado e se puder não participar, portanto não participo ” (p. 3.2.1.)	[colaboro no meu ‘projecto vida’]. Não [me pedem a opinião] . Não [participo na elaboração das actividades] Sim [gostava de participar e ser ouvido] ” (p. 3.2.1.)	não gosto não vai valer de nada eu lá estar (p. 3.2.1.)
	Participação na comunidade	“Não” (p. 3.2.2)	“Não, os jovens não são ouvidos na cidade... Sim gostava [de participar ]” (p. 3.2.2)	“Não” (p. 3.2.2)	“Não” (p. 3.2.2)	“Não. Sim se houvesse oportunidade e se houvesse benefício comum a todos, sim [gostava de participar]” (p. 3.2.2)	“Sim a opinião minha e a dos outros [é ouvidas decisões]” (p. 3.2.2)	“Não” (p. 3.2.2)	“Não” (p. 3.2.2)	“Não. Se houvesse [espaços para participar] gostava... para poder dar a minha opinião e ajudar a tomar decisões mais acertadas” (p. 3.2.2)
	Participação na escola	“Não [...] Às vezes gostava [que houvesse e um conselho de alunos] outras vezes não porque o pessoal lá, aquilo é um bocado ... tipo, não é muito autónomo... e depois também não sabem o que é que não-de dizer... e depois tipo... não, não vale a pena” (p. 3.2.3.)	“Sim há um grupo sim que é os recursos humanos e depois aquilo está dividido por empresas a Delphie; a Tempotime e a Addeco e depois nós temos um represent ante de cada empresa no nosso grupo. Sim nós participamos nisso temos acções de formação ” (p. 3.2.3.)	“Na minha antiga escola havia um grupo que era o parlamento de jovens e depois tinham ideias e depois discutiam-nas. Particpei na minha outra escola em Alcains. Nesta aqui não particip ei” (p. 3.2.3.)	“Existe [...] há reuniões. Sim, todos, alunos e professores [participam]” (p. 3.2.3.)	“Sim a associação de estudantes. Neste ano que vem agora, só no 12º é que podemos fazer a associação de estudantes” (p. 3.2.3.)	“Por exemplo eu já fui delegado de turma e representei a turma. Quando houve uma reunião dizia se se portavam bem ou mal alguns colegas [...]” (p. 3.2.3.)	“Não” (p. 3.2.3.)	“Não. Sim [gostaria que houvesse] para nos podermos expressar melhor” (p. 3.2.3.)	“Havia a associação de estudantes, mas estavam sempre parados” (p. 3.2.3.)
	Melhorar a sociedade e no quotidiano	“Nada” (p.3.2.4.)	“Sim, reciclagem” (p.3.2.4.)	“Só se for a separação do lixo” (p.3.2.4.)	“Portar-me bem, não andar com bulhas, nem ofender os outros, nem nada. Tentar gastar	“Não pratico nenhum crime. Não deito lixo para o chão” (p.3.2.4.)	Não deito lixo para o chão... faço pinturas quadros . (p.3.2.4.)	“[...] tento ser um cidadão exemplar ” (p.3.2.4.)	“Reciclar” (p.3.2.4.)	“Não sujar o ambiente, não tratar mal as pessoas na rua” (p.3.2.4.)

					pouco de energia, poupar água e é só...” (p.3.2.4.)					
	Discussão de assuntos políticos e sociais	“Não, é raro. É sempre com os meus colegas” (P. 3.2.5)	“Só com o monitor quando tenho alguma dúvida ou isso no jornal pergunto ao monitor e às vezes discutimos” (P. 3.2.5)	“Sim...com o monitor” (P. 3.2.5)	“Discuto... com o [educador], lá na escola... políticos, crise... e certas novidades que há, vejo no jornal” (P. 3.2.5)	“lá sim, com [um colega] da minha turma” (P. 3.2.5)	“Não” (P. 3.2.5)	“Muito raramente... com os amigos [...] ou aqui no lar com os educadores” (P. 3.2.5)	“Não” (P. 3.2.5)	“Na, não gosto muito de política. [Assuntos sociais] quando vejo que está uma coisa mal e que devo dar a minha opinião nessa altura costume comunicar... com os meus pais e com familiares” (P. 3.2.5)
	Ser ouvido/ controle das decisões	“...porqu e nem sempre todas as opiniões são boas, tipo há algumas opiniões que são melhores que as outras, e eles tentam ouvir sempre as melhores s... eu também não sou daqueles de dar boas opiniões ; Não, nem tudo... só algumas coisas nem tudo dá para ser controlado, porque há coisas que acontecem assim sem uma pessoa perceber e não conseguir” (p. 3.2.6.)	“Às vezes tenho coisas para dizer... não dá para controlar tudo, não é. Sim, sim quando nós temos o direito de dar a nossa opinião somos ouvidos” (p. 3.2.6.)	“[A minha opinião] Conta mas não conta assim tanto que possa influenciar a decisão porque são eles [equipa técnica] que decidem tirando a parte da escola; [Os adultos] ouvem às vezes a nossa opinião não é a mais acertada” (p. 3.2.6.)	“Não... não controlo o meu sonho, o sonho é ir para uma quinta mais a minha mãe e vivermos todos juntos, mais os meus irmãos não controlo. [...] A decisão não é minha também é da minha mãe e eu não posso controlar, a minha mãe é que também tem de ajudar a controlar, não sou só eu” (p. 3.2.6.)	“A maioria delas [decisões]. Quando tenho alguém superior a mim que decide essas decisões, e mesmo que eu diga que não e não há volta a dar tenho que ir em frente com ele; Eu faço-me ouvir, agora às vezes depende é eles [adultos] fazerem algo do que ouvirem” (p. 3.2.6.)	“Sim algumas [das minhas opiniões são ouvidas] . Às vezes pelos educadores, pelos doutores cá do lar e pelos professores, colegas. Sim controlo [a minha vida].” (p. 3.2.6.)	“Sempre controlei as decisões que mais me afectam” (p. 3.2.6.)	“Não [controlo a minha vida] Sim [são os adultos que controlam] Tenho [opiniões]. Não sei [como faço para ser ouvido]. [Quando tenho algo para dizer não procuro] Ninguém” (p. 3.2.6.)	“Quando tenho algo para dizer digo, quando tenho alguma coisa que me preocupa digo na mesma para saber como é que me podem ajudar, para saber a opinião; Para já não [controlo a minha vida], para já ainda preciso de ajuda, para ter uma certa maturidade de... quando tiver 18 anos talvez já seja um homenzito; Algumas coisas controlo ... coisas de assiduidade, dinheiros ter de poupar, poder controlar o horário para chegar a casa” (p. 3.2.6.)
	Se se considera uma	“Nem por isso [...]”	“Sim eu penso que sim”	“Sim, acho que	“Sim, sou” (p. 3.2.7.)	“Sim falando generalizada mente sim”	“Sim” (p. 3.2.7.)	“Sim, sim gosto muito de	“Não” (p. 3.2.7.)	“Sim, vejo as notícias,

	<p>peessoa informada</p> <p>nunca estouv atento à televisã o... só às vezes é que estouv a ver uma cena que esteja a dar na televisã o” (p. 3.2.7.)</p>	(p. 3.2.7.)	sim” (p. 3.2.7.)		(p. 3.2.7.)		ver as notícias” (p. 3.2.7.)		leio jornais, leio revistas, leio na internet as notícias, mantenho-me informado” (p. 3.2.7.)
	<p>Assuntos que mais preocupam os jovens</p> <p>“É tipo problemas em dinheiro ... em como é que o país está... a economia da vida aqui do pessoal [...] assim das escolas, os empregos [...] já metade do pessoal deixou de ir para a universidade e procura logo empregos porque isto tá buéda mal [...] o que tenho mais preocupado é tipo que a minha irmã arranje a casa... que é para eu ir morar lá para o pé dela” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Se calhar as doenças sexualmente transmissíveis, o emprego, e os estudos” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Drogas ... escola e depois são aqueles assuntos triviais que todos os jovens se importam... namorados namoradas, sair à noite amigos e ter uma vida social estável lá fora” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Os jovens fumam e bebem e às vezes drogam-se, prostituição, [...] certas doenças transmissíveis” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Na maioria é a popularidade no seu dia-a-dia... se somos mais ou menos populares... e tentar ser reconhecido nos grupos como alguém importante nos grupos em que nos encontramos”. (p. 3.2.7.)</p>	<p>“As vezes com os estudos , por exemplo têm algum jogo de futebol e depois lesionam-se” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“É o dinheiro [...] arranjar um ‘part time’ [...]” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“A família” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“A mim é a morte... à noite costumo pensar no futuro e o que acontecerá e não sei quê... e a outros jovens se calhar a crise que agora está aí” (p. 3.2.7.)</p>
	<p>Assuntos que mais preocupam a nível nacional</p> <p>“O país tem vários tipos de problemas [...] cada vez há menos empregos, mais fábricas a fechar” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“[...] é o desemprego, é que está a afectar o país” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“[...] é uma crise económica depois é uma crise social” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“[...] por causa da crise eles [jovens] não conseguem arranjar emprego é muito difícil” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“É a moda e o desporto” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Há a crise... devia haver menos fogos no verão... as pessoas deviam fumar menos” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“A crise económica [...]” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“A crise [...], menos empregos” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Assuntos bancários, políticos, guerras” (p. 3.2.7.)</p>
	<p>Assuntos que mais preocupam ao nível internacional</p> <p>“O ambiente, o clima do ambiente e está a ficar muito quente” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“A poluição” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“Aqueles problemas com o ambiente, tipo aquecimento global [...], as guerras</p>	<p>“No mundo é igual, está tudo em crise, está tudo com falta de dinheiro, e os jovens</p>	<p>“[...] no meu caso é o desporto [...] e também a crise, as guerras” (p. 3.2.7.)</p>	<p>(Não sabe) (p. 3.2.7.)</p>	<p>“[...] alguns países mais desenvolvidos que outros que conseguem ter capacidade</p>	<p>“As pessoas que passam fome” (p. 3.2.7.)</p>	<p>“[...] guerras petróleo” (p. 3.2.7.)</p>

				não tanto, mas um bocado, [...] é isso da falta de dinheiro, mas isso é em todo o lado” (p. 3.2.7.)	têm um bocado de dificuldade e a arranjar trabalho, os postos de trabalho não são efectivos, pode ter 6 meses e depois mandar embora e depois têm de arranjar outro emprego é assim” (p. 3.2.7.)			de de resposta à crise logo na hora e há outros que nem por isso [...]” (p. 3.2.7.)		
Contactar uma instância oficial	“Não” (p. 3.2.8.)	“Não” (p. 3.2.8.)	“ [...] uma vez contactamos a câmara mas isso foi na escola para podermos fazer uma viagem para eles cederem essas coisas” (p. 3.2.8.)	“Não” (p. 3.2.8.)	“[...] já enviámos cartas por escrito, várias assinaturas [para o presidente da câmara municipal] (p. 3.4.2.)	“Não” (p. 3.2.8.)	“[...] contactei [...] o vereador [...] eu precisava de dinheiro para comprar skates ou para comprar roupa e ele arranjava-me sempre um ‘partimezito’ [...]” (p. 3.2.8.)	“Não” (p. 3.2.8.)	“Não” (p. 3.2.8.)	
Participação em alguma forma de protesto	“Também não” (p. 3.2.9.)	“Não” (p. 3.2.9.)	“ [...] houve uma greve na minha escola dos alunos e depois eu também me enfiei lá pelo meio, mas como eu também não percebi muito bem o que ali se estava a passar, decidi ir para as aulas, portanto nunca participei assim de forma espontânea de protesto” (p. 3.2.9.)	“Não” (p. 3.2.9.)	“Já... Nas greves escolares devido ao... às aulas de substituição e... contra a tourada” (p. 3.2.9.)	“Não” (p. 3.2.9.)	“ [...] estive naquelas manifestações das escolas [...] nem era por causa da greve ou da situação pontual era mais para faltarmos às aulas” (p. 3.2.9.)	“Não” (p. 3.2.9.)	“Na greve dos alunos quando fechavam as escolas, mas era só meia horita... a seguir vinham os professores, toca a ir para as aulas... porque eram pessoas da minha turma e nunca tinha participado nessas coisas e queria experimentar para ver como é que era” (p. 3.2.9.)	
Probabilidade de votar/ importância	“Acho que sim. Vê-se, tipo a maioria das pessoas votam, mas votam sempre nos	“É importante e votar, só que este ano não votei, não sabia quando, e também não havia nenhum	“Sim acho que sim... Nem que seja para votar em branco se não estiverm	“Não [votei]. Não tenho o cartão de eleitor ainda... ainda não fiz porque ainda não fui lá quando for é que	“Não [votei]. Acho [importante votar], nós somos obrigados a votar... só que toda a gente se queixa dos políticos que comandam o	“Sim, quando tiver 18 anos. É [importante votar] para ajudar o país” (p. 3.2.10.)	“Eu acho importante, não votei porque já não fui a tempo, sou um bocado distraído nesses assuntos,	“Não. Não [é importante] (p. 3.2.10.)	“Sim, para ajudar a decidir quem é que faz, o que podem melhorar na nossa vida e os nossos	

			mesmos eleitos e se houver jovens suficientes para votar noutro, que se calhar seja melhor, do que aqueles que cá temos” (p. 3.2.10.)	político que gostasse” (p. 3.2.10.)	os de acordo com nenhum a das propostas [...] dos candidatos” (p. 3.2.10.)	se tem de fazer. Acho [importante votar] Porque assim votamos, aquele partido que a gente quer” (p. 3.2.10.)	pais, mas depois não temos outra solução se não votarmos, pelo partido que representam” (p. 3.2.10.)		então passou-me por um dia... era para ter ido votar” (p. 3.2.10.)		salários e os votos são necessários” (p. 3.2.10.)
--	--	--	---	-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	---

**Redes Sociais e Apoio Social**

Problemática	Dimensão		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	
Capital Social	Redes Sociais e Apoio Social	Contactos	Familiares	“[...] para ai uma ou duas vezes por semana, tirando isso, é quando os vejo ai em Castelo Branco [...] às vezes ligo para o meu irmão” (p. 3.3.1.)	“Duas ou três vezes por mês” (p. 3.3.1.)	“Tirando com o meu irmão que falo todos os dias, falo com o meu pai, agora tenho falado mais vezes mais ou menos uma vez por semana” (p. 3.3.1.)	“[...] mãe é a pessoa que eu falo mais... para ai três vezes [por mês]” (p. 3.3.1.)	“Várias vezes por semana” (p. 3.3.1.)	“Para ai de 15 em 15 dias” (p. 3.3.1.)	“Atualmente diariamente, falo com familiares mais próximos” (p. 3.3.1.)	“[...] poucas vezes” (p. 3.3.1.)	“Todos os dias” (p. 3.3.1.)
			Amigos	“[...] agora tenho falado sempre com uma colega minha que mora aqui mesmo ao lado, vou lá sempre à casa dela e está lá sempre o meu colega, passamos lá muito tempo a falar” (p. 3.3.1.)	“ Todos os dias” (p. 3.3.1.)	“Amigos nas férias, não falo muito com eles, quer dizer tirando pela internet de vez em quando” (p. 3.3.1.)	“Falo” (p. 3.3.1.)	“A toda a hora quase” (p. 3.3.1.)	“ Todos os dias” (p. 3.3.1.)	“[...] todos dias” (p. 3.3.1.)	“Poucas” (p. 3.3.1.)	“Todos os dias” (p. 3.3.1.)
			Vizinhos	“Vizinhos não nem por isso” (p. 3.3.1.)	“ E vizinhos também falo com os meus vizinhos” (p. 3.3.1.)	“E com vizinhos não falo” (p. 3.3.1.)	“Não [falo com vizinhos] Acho importante mas primeiro tem de se conhecer e eu não conheço ainda” (p. 3.3.1.)	“Não [falo com vizinhos]” (p. 3.3.1.)	“Não [falo com vizinhos]” (p. 3.3.1.)	“Alguns como eu faço reparações de computadores alguns vêm aqui volta e meia ao lar” (p. 3.3.1.)	“Não falo” (p. 3.3.1.)	“Quando posso, quando os encontro” (p. 3.3.1.)
			Idas a casa de familiares	“ [...] este mês já fui para ai umas duas vezes” (p. 3.3.1.)	“Dantes ia de 15 em 15 dias, agora não vou muito por causa do trabalho” (p. 3.3.1.)	“[...] agora tenho ido uma vez por semana” (p. 3.3.1.)	“Nenhuma” (p. 3.3.1.)	“Quando calha” (p. 3.3.1.)	“Dois em dois meses, mas acho que vou passar a ir de 15 em 15 dias” (p. 3.3.1.)	“Vou a casa de duas em duas semanas” (p. 3.3.1.)	“[...] duas vezes por semana” (p. 3.3.1.)	“Todos os fins-de-semana e todas as férias” (p. 3.3.1.)

				<p>“Tenho [amigos na internet] [...] a maioria deles conheço todos. [...] sim [mantenho contacto com eles] quando tenho possibilidades de entrar na internet” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Tenho [muitos amigos virtuais]. Alguns [conheço pessoalmente], outros não. Só [mantenho contacto (p. 3.3.2.)]</p>	<p>“Tenho [amigos na internet] pessoalmente tipo conheço alguns, a maior parte conheço -os e isso são meus amigos a sério na vida real, outros conheço -os de vista” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Não [tenho amigos na internet]” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Tenho bastantes [amigos na internet] mas eles existem mesmo, não são pessoas inventadas... conheço todos pessoalmente. Entrás muitas vezes em contacto com eles? Sempre que der jeito [entro em contacto com eles]” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Tenho [muitos amigos na internet]. Alguns não [conheço] Sim entro [muitas vezes em contacto com eles] falo muitas vezes, ainda hoje falei” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Na internet online, tenho muitos amigos e conheci muitas pessoas através da internet, agora com o [...] facebook, ainda conheci muitas mais pessoas” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Tenho [amigos na internet] Não [entro em contacto com eles]” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Sim tenho familiares no facebook. [Entro] Bastantes [vezes em contacto com eles]” (p. 3.3.2.)</p>	
		Redes sociais virtuais											
		Significado da internet		<p>[...] a internet diz muita coisa... para mim é mais para comunicação e às vezes pesquisa” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“A internet para mim é um mundo, nós podemos pesquisar de tudo... Vejo os jornais desportivos o facebook. Sim é um instrumento importante se é para ser usado para o bem, se é usado para o mal já não é importante” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“[A internet] é para... costume usar muito o facebook outras vezes é para jogar, outras vezes é para falar com pessoas” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“[A internet] é uma coisa importante dá para tirar dúvidas, dá para ir falar com as outras pessoas, dá muita coisa a net... significa boa” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“A internet é um mundo... nós fazemos o que queremos na internet, encontramos o que queremos, e somos quem queremos” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“[A internet] é um sistema de comunicação... aprende-se coisas novas” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“A internet significa estar ligado com o mundo inteiro, consegues conhecer novas pessoas, consegues estar mais informados [...] consegues ter uma visão mais precisa do mundo lá fora e também é uma forma de comunicação, aliás é a melhor forma de comunicação” (p. 3.3.2.)</p>	<p>“[A internet serve] para ajudar... para pesquisar, para ver as notícias as os jornais desportivos. (p. 3.3.2.)</p>	<p>“Um meio não só para jogar, mas também para ouvir música, para estudar para tirar dúvidas, para contactar com pessoas, procurar mundo, conhecer o mundo” (p. 3.3.2.)</p>	
		Pessoas conhecidas que vivem perto		<p>“[...] a maioria dos meus colegas e meus amigos, moram cá todos em Castelo Branco; [...] aqueles que eu trato por amigos</p>	<p>“Sim, há [muitas] pessoas que vivem perto; “Sim provavelmente ajudavam [se necessitasse auxílio]” (p. 3.3.3.)</p>	<p>“Tirando o meu irmão só mais uma que vive perto aqui neste bairro [...]” (p. 3.3.3.)</p>	<p>“Há [familiares] a viver aqui perto] são os meus primos e o meu avô. [Se necessitasse] Acho que sim ajudava</p>	<p>“A maior parte [dos meus conhecidos vive perto de mim]” (p. 3.3.3.)</p>	<p>“Sim, muitas [pessoas] que eu conheço vivem perto de mim] (p. 3.3.3.)</p>	<p>“Todas as pessoas minhas conhecidas vivem perto de mim à excepção dos família</p>	<p>“Nenhuma” (p. 3.3.3.)</p>	<p>“[Vive]m perto de mim] umas cinco ou seis [minhas conhecidas]. Sim podia confiar</p>	

			esses davam-me ajuda [se a necessitasse]” (p. 3.3.3.)			m” (p. 3.3.3.)			ares” (p. 3.3.3.)		r neles [se necessitasse de ajuda]” (p. 3.3.3.)
	Significado de amizade	“que esteja lá sempre nos bons e maus momentos e que quando eu preciso que ele me apoie e me ajude” (p. 3.3.4.)	“Para mim um amigo é uma pessoa que nós podemos confiar e falar de qualquer assunto com ele, sem ele apontar o dedo ou gozar, ou isso... para estarem nos bons e maus momentos” (p. 3.3.4.)	“[...] posso contar as coisas, ajudam a aconselhar, defende-nos às vezes” (p. 3.3.4.)	“Um amigo é uma pessoa que ajuda, pode dar o pão por outra pessoa, por exemplo o verdadeiro amigo não é... ele não faz as coisas por interesse” (p. 3.3.4.)	“Um amigo é alguém semelhante a nós... e que sabemos que em caso de problema ele estará lá por nós e que nós estaremos lá por eles, seja qual for o problema” (p. 3.3.4.)	“É uma pessoa que está sempre perto de mim... somos amigos desde pequenos. Servem para se ajudarem uns aos outros” (p. 3.3.4.)	“É aquela pessoa que nos ajuda quando o acha que nos deve ajudar” (p. 3.3.4.)	“É uma pessoa que nos ajuda, conversa conosco, passa algum tempo com ele” (p. 3.3.4.)	“Uma pessoa com quem a gente pode contar, ou quando estamos com algum problema, para nos aconselhar” (p. 3.3.4.)	
	Pessoas importantes para si	“As pessoas mais importantes é a família [...] depois da família é os meus amigos e as pessoas mais próximas. Porque a família é sempre importante para as pessoas porque se nós tivermos algum problema ou assim... podemos ir contar com a família” (p. 3.3.5.)	“Para mim importante é a família, namorada e monitore s... são aquelas pessoas que estão conosco, os monitores já estão conosco e nos conhecem há muito tempo, a [...] família dão-nos bons conselhos e nós gostamos uns dos outros e a namorada, gosto da minha namorada claro e uma pessoa pode conversar com ela” (p. 3.3.5.)	“O meu irmão a minha irmã e o meu pai porque são da minha família” (p. 3.3.5.)	“Os monitores e os meus familiares e alguns amigos” (p. 3.3.5.)	“Eu mesmo. Porque a minha vida depende de mim e das minhas acções” (p. 3.3.5.)	“A minha mãe, o meu irmão. Porque são da família” (p. 3.3.5.)	“[...] os amigos sem dúvida são as pessoas mais importantes para mim, até porque familiares também não são só familiares também são nossos amigos” (p. 3.3.5.)	“A família” (p. 3.3.5.)	“O pai e a mãe... porque são os que me criaram” (p. 3.3.5.)	
	Perspectiva em relação à futura profissão/Conhecimento de alguém com esse emprego	“Quero trabalhar ... como [...] ajudante de cozinha... Conheço a minha irmã tirou o curso [...] se a minha irmã conseguiu de	“[...] não fui eu sozinho [a procurar emprego], informei-me cá com os doutores, como era e não era e eles disseram-me para ir fazer a	“Não sei, quer dizer já quis ser muita coisa, já quis ser restaurador de quadros, já quis ser advogado e coisas assim mas	“[...] ainda não pensei nisso. [...] Agora estou a tirar um curso de carpintaria. Não [conheço] alguém que me pudesse	“Quero ir para a Marinha. Conheço um colega meu o Fred foi para o licenciamento da Marinha e safou-se e depois tenho dois irmãos gémeos que andaram lá na escola em desporto	“Talvez ser professor de educação física ou ser artista. Já o senhor Tavares era professor de educação física. Sim [ele	“[...] arranjar o meu próprio emprego e viver por conta própria. [...] tenho amigos que desde	“Não sei” (p. 3.3.6.)	“Trabalhar [na] Publicidade, marketing... tenho familiares que já me disseram que conheço	

			certeza que uma palavrinh a ou outra da minha irmã também serve, mas o que conta [...] é sempre as palavras dos professores" (p. 3.3.6.)	folha [candidat ura para emprego] e eu fui lá sozinho fazer a folha... foi por iniciativa minha" (p. 3.3.6.)	agora não sei. Pessoalmente, acho que sim conheço um advogado o [...] acho que me podia ajudar" (p. 3.3.6.)	ajudar a ser carpinteiro)" (p. 3.3.6.)	também foram e ficaram lá e disseram que aquilo é à maneira. [Poderiam me ajudar] dando-me algumas dicas" (p. 3.3.6.)	poderá ajudar-me]" (p. 3.3.6.)	os 19 anos sensivelmente já trabalham. Sim, sem dúvida [poderão ajudar-me]" (p. 3.3.6.)		peço s que me possa m arranjar trabalho nessa área" (p. 3.3.6.)
--	--	--	--	--	---	--	---	--------------------------------	---	--	---

Reciprocidade e Confiança

Problemática	Dimensão	Confiança		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Capital Social	Reciprocidade e confiança			<p>"Nalguns nem todos... pelo menos na minha irmã mais nova, a minha irmã do meio e na minha madrinha [...] Porque eles [os que não confio] hoje podem estar a dizer uma coisa e amanhã já estarem a dizer outra coisa [...] posso pedir-lhes para guardar uma coisa e eles guardam mas se calhar no outro dia a seguir podem desaparecer com ela" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Sim confio... porque nunca me deram provas para desconfiar deles" (p. 3.4.1.)</p>	<p>Quer dizer tirando o meu irmão, a minha irmã o meu pai... e só confio nestes [...] Uns [não confio] porque são muito ... são tipo uma pessoa diz uma coisa e são muito compreensivos até eu ir dar uma volta e quando chego já a minha família a toda sabe e outros ou porquê e não me dou muito bem com eles ou não sou assim tão chega do a eles" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Confio" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Confio" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Confio, [em] alguns menos no meu padrinho, na minha madrinha e no meu primo, houve algumas coisas" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Sim confio plenamente ... claro que há sempre um outro familiar que nos deixa um pouco com o pé a traz" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Sim [confio] (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Claro [confio] em todos ... porque e lhes posso contar coisas, aconselham-me" (p. 3.4.1.)</p>
		Particularizada	Familiares									
			Amigos	<p>" Também tenho amigos meus que eu consigo confiar neles, tenho um amigo [...] que já o conheço à três anos, houve uma vez que eu lhe dei duas coisas minhas [...] e não desapareceu com elas" (p. 3.4.1.)</p>	<p>" Nalguns daqueles que merecem a minha confiança confio, naqueles que não merecem não confio" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Não, quase todos, alguns são bons amigos mas depois têm aqueles deslizes às vezes, às vezes passa m-se um bocadinho ou então ficam chateados minhu</p>	<p>"São pessoas de confiança [...] Alguns, alguns ainda não [são de confiança] porquê e ainda não [os] conheço bem" (p. 3.4.1.)</p>	<p>" [...] Nos amigos que tenho confio a 100 por cento (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Confio" (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Alguns, alguns, há sempre aquele amigo s que a gente pensa que conhece bem e não é bem aquela pessoa que a gente está à espera, pronto</p>	<p>"Não [confio] (p. 3.4.1.)</p>	<p>"Alguns [confio], se for um amigo que já esteja a comunicar há muito tempo sim" (p. 3.4.1.)</p>



Compreendendo o Risco, Exclusão e Capital Social dos Jovens em Perigo

				nesses confio... pelo menos aqueles que eu conheço confio" (p. 3.4.1.)	[colegas de trabalho]" (p. 3.4.1.)	confio nos professores para algumas coisas, tipo são cenas que têm a ver com a escola mais nada" (p. 3.4.1.)	o. São todos de confiança" (p. 3.4.1.)	do ensinam bem, e que sabem se errarem e que se o aluno, souber corrigi-los eles não levarão a mal confio" (p. 3.4.1.)	todos os professores são de confiança" (p. 3.4.1.)	professores confio sempre, são pessoas que nos querem sempre ajudar" (p. 3.4.1.)	o... passo muito tempo conosco" (p. 3.4.1.)	o... são aqueles que estão todos os dias conosco e nos ajudam nas aulas" (p. 3.4.1.)
			Potícia	"Na, não gosto muito da polícia... nunca tive nenhum problema mas não vou muito com a cara dos policiais" (p. 3.4.2.)	Confio mais ou menos [...] por exemplo há aí miúdos que são assaltados e a polícia não faz nada" (p. 3.4.2.)	"[...] a polícia também tem falhas mas acho que é confiável" (p. 3.4.2.)	"Confio, é uma pessoa que nos guarda" (p. 3.4.2.)	"Confio, eles estão lá para fazer o seu trabalho, apesar de ser feito mal às vezes" (p. 3.4.2.)	"Sim [confio]" (p. 3.4.2.)	"Muito, confio sim senhor a na polícia confio" (p. 3.4.2.)	"Confio" (p. 3.4.2.)	"Confio... porque é uma proteção e é quem agent e deve contactar em primeiro se nos acontecer alguma coisa, é a nossa segurança" (p. 3.4.2.)
		Institucional	Tribunais/Justiça	"[...] nunca entrei em nenhum [tribunal] não posso dizer se confio ou não. Não nem por isso [a justiça] não funciona muito bem, devia funcionar melhor" (p. 3.4.2.)	"Sim confio nos tribunais. [A justiça] é boa e não é, por exemplo uma pessoa, que faça mal a uma pessoa vai para a prisão apanha 13 anos, e depois só fica lá a cumprir metade ou isso, e acho que não, a pena devia ser cumprida toda" (p. 3.4.2.)	"Sim acho que sim, também nunca tive assim num tribunal para saber mas acho que eles costumam decidir conforme o que está certo. Funciona mais ou menos não quer dizer que seja assim uma justiça muito boa, mas também não é uma assim tão má" (p. 3.4.2.)	"Confio, porque debate e assuntos para o nosso bem" (p. 3.4.2.)	"Nunca me ocorreu nenhum caso em que tivess e de ir a tribunal, confio ou não confio neles. Não, [a justiça] é péssima" (p. 3.4.2.)	"Sim [confio]" (p. 3.4.2.)	"Também [confio]. [...] é normal que a justiça por cá seja muito lenta, há sempre injustiças, nunca há pontos sem não, mas acredito sim senhor a na justiça Portuguesa" (p. 3.4.2.)	"Não sei" (p. 3.4.2.)	"Também [confio]. [Quanto à justiça] ao menos não há morte, pena de morte" (p. 3.4.2.)
			Câmara Municipal	"Não sei" (p. 3.4.2.)	"Cá na de Castelo Branco, sim confio, dá para confiar fizeram boas coisas na cidade" (p. 3.4.2.)	"Não sei" (p. 3.4.2.)	"São [de confiança]" (p. 3.4.2.)	Não [confio]" (p. 3.4.2.)	"Sim [confio]" (p. 3.4.2.)	"Também, também [confio]" (p. 3.4.2.)	"Não sei" (p. 3.4.2.)	"Nunca lá fui fazer nada, nunca comuniquéi com eles" (p. 3.4.2.)



				ajudar as pessoas. Fez [me um favor] porque eu lhe pedi e ela também não me pediu nada em troca... por acaso somos amigos e não havia problema nenhum" (p. 3.4.3.)	, amigos, monitores ... porque é amizade quando uma pessoa tem amizade por uma coisa... uma pessoa, acho que não há problema nenhum, desde que tenhamos tempo e consigam os fazer esse assunto pela vez deles" (p. 3.4.3.)	do que emprestar coisas, ou então ajudar alguém que estiver mesmo a precisar e tiver algum a razão muito plausível. Já [me fizera] favor[s]. A minha família quer dizer aquele círculo de família e alguns amigos" (p. 3.4.3.)	peço[s] Por que e é bom ajudar . [Também] Já [me ajudar am]" (p. 3.4.3.)	Porque e é nosso dever ajudar os outros . Sim [já foi retribuído], só que eu nunca procurei... eu não vejo por exemplo fazer um favor e tu és obrigado a fazer-me um favor depois" (p. 3.4.3.)	e senti que essa pessoa tivesse e falta de força. Sim [já me ajudaram], olhe foi num dia em que vim de autocarro tinha muitas malas e um senhor ajudou-me" (p. 3.4.3.)	ente e de outras formas já ajudei e já me ajudaram estamos cá é uns para os outros" (p. 3.4.3.)	mas não faço todos [os] favor[s]. Já, já [me fizera] favor[s] o senhor Julião já me fez um favor" (p. 3.4.3.)	as, para carreg ar coisas ... porque e conhecia as pessoas eram meus amigos, pessoa[s] já de certa idade que não podem carregar coisas. Já [me ajudaram], amigos quando eu mais precisava... porque e sentem confiança em mim" (p. 3.4.3.)
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	--

Concepção da comunidade

Problemática	Dimensão	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Capital Social	Percepção sobre as infra-estruturas para os jovens na área onde residem	"Acho que sim [há bons estabelecimentos para os jovens]. Só [frequento a] biblioteca [municipal] para ir à internet" (p. 3.5.1.)	"Sim, sim há bons clubes, há muitos bons clubes... agora não, mas já frequentei um clube que era o A.B.A. Associação de Basquetebol Albicastro" (p. 3.5.1.)	"No bairro acho que não [há bons estabelecimentos para os jovens]. Na cidade há aquelas clubes tipo discotecas e assim, não quer dizer que eu os frequente [...] Há o IPJ [Instituto Português da Juventude]. [Vou] poucas vezes... não me cativa muito [...]" (p. 3.5.1.)	"Acho [que] há bons estabelecimentos para os jovens. [O] IPJ [Instituto Português da Juventude] [...] quando há actividades vai-se lá" (p. 3.5.1.)	"Hã... Há bons estabelecimentos a nível de desporto é que é pouco é... não há muita variedade de desportos cá em castelo branco. Temos futebol, futebal. Volei não existe, ténis temos por acaso, basquete temos mas está fraquinho também, e natação. O de basquete utilizei" (p. 3.5.1.)	"Sim tem vários [estabelecimentos para os jovens]. Utilizo os sintéticos [campos de futebol], o ginásio com o senhor Tavares, as piscinas, a pista de atletismo" (p. 3.5.1.)	"Por acaso Castelo Branco têm, várias associações têm vários estabelecimentos, têm vários espaços de convívio" (p. 3.5.1.)	"Hã [boas infra-estruturas para os jovens]. Utilizo, os campos de futebol" (p. 3.5.1.)	"Hã [bons espaços para os jovens] , há parques ... vou dar uma volta aos parques , jogar à bola, comunica-se com as pessoas" (p. 3.5.1.)
	Concepção da comunidade	Percepção sobre a área local	Gosto é melhor do que o campo... porque o campo uma pessoa está tipo... lá se lhe acontece alguma coisa ou assim nunca há lá ninguém... mesmo que nos fartemos de gritar nunca há lá ninguém por perto se morarmos na cidade se vierem para assaltar ou assim, nós podemos gritar, temos os vizinhos [...] temos sempre tudo mais perto, tipo queremos ir às compras e não temos de andar muito [...] enquanto no campo temos de ir apanhar o autocarro vir à cidade, vir às compras [...]. [Melhoraria a	"Gosto [de viver no bairro] porque tenho cá amigos, tenho cá a minha vida. [Devia de haver] mais segurança e se calhar postos de trabalho" (p. 3.5.2.)	"Quer dizer vive-se, quer dizer, isto também não é mau porque não andam aí a assaltar as pessoas nem nada mas também não é tipo o bairro ideal é um bairro bom. [...] Sei lá se houvesse alguma coisa para os jovens fazerem do tipo... tipo todos os jovens gostam de computadores e coisas assim ou então um sítio onde os jovens pudessem se reunir [...] como um bar fixe" (p. 3.5.2.)	"Gosto [de viver aqui], porque a cidade é uma boa cidade tem espírito" (p. 3.5.2.)	"Nesta cidade adoro viver, é fixe. Já tive em quatro cidades deste país, Porto, Lisboa, Faro e Castelo Branco e dessas quatro Castelo Branco é a melhor... é a melhor, mais calma, não há, como é que se diz criminalidade e nenhuma quase aqui, é inexistente [...] Era trazer a praia e um parque de skate" (p. 3.5.2.)	"Gosto é um sítio seguro [bairro] e de confiança... às vezes" (p. 3.5.2.)	"Muito, muito porque é uma cidade muito calma e consegue-se viver plenamente aqui, não é preciso ter-se um grande ordenado para se conseguir viver em Castelo Branco" (p. 3.5.2.)	"Sim... é agradável [viver no bairro] tem muitas pessoas" (p. 3.5.2.)

			cidade com] mais uma ou duas instituições [...] como o lar [...] parecem que à poucos [jovens] mas eu acho que até há muitos que precisam de ajuda” (p. 3.5.2.)								
	Percepção de segurança	“Acho que não, não me sinto assim muito seguro, eu sei que na cidade é muito mais fácil sermos assaltados do que numa aldeia ou num campo, na cidade há sempre aqueles rapazinhos que têm a mania os jovens e isso, e não me sinto 100% seguro” (p. 3.5.3.)	“Sim, há zonas que sim e outras não... há zonas da cidade como em todo lado que não são seguras... evitamos esses sítios” (p. 3.5.3.)	“Sim [sintome seguro]” (p. 3.5.3.)	“Sinto [segurança], é uma cidade que não tem assim grandes bêbados nem assim essas coisas” (p. 3.5.3.)	“Sinto. Porque... Castelo Branco tem outra classe, nós cá, como é que eu hei-de dizer, nós preocupamos uns com os outros e ajudamos todos mutuamente ... e problemas que haja são aqueles problemas do quotidiano... é intriga às vezes de namorados namoradas, pessoas que são rivais e isso, mas... a nível de criminalidade e há quase nada e é bom sintome seguro” (p. 3.5.3.)	“Sim [sintome seguro] não há criminalidade” (p. 3.5.3.)	“Muito, muito seguro, a cidade de Castelo Branco é muito segura tanto que quando acontece alguma coisa algum crime ou algo fora do normal é quase como se fosse um... sei lá um acontecimento o fora de série” (p. 3.5.3.)	“Sinto [segurança na cidade]” (p. 3.5.3.)	“Sim [sintome seguro]” . Porque pelas zonas onde eu ando há sempre alguém a ver-nos a controlar-nos se acontecer alguma coisa para podermos chamar” (p. 3.5.3.)	

Sentimento de pertença

Problemática	Dimensão		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Capital Social	Sentimento de pertença	Pertença	“Eu acho que pertenço a uma cidade [Castelo Branco]” (p. 3.6.1.)	“Cá em Castelo Branco” (p. 3.6.1.)	“Com os amigos e com a família” (p. 3.6.1.)	“Em Castelo Branco , nasci cá” (p. 3.6.1.)	“Em todo o lado, toda a gente precisa de mim. As minhas raízes é estar em todos os lugares” p. 3.6.1.)	“Aqui em Castelo Branco” (p. 3.6.1.)	“Eu sinto que pertenço aqui à cidade de Castelo Branco, embora não seja de cá” (p. 3.6.1.)	“A minha família” (p. 3.6.1.)	“Há Covilhã, onde tenho estado a viver” (p. 3.6.1.)
		Ligação simbólica à comunidade	“Um bocado mal, mas depende da [má] notícia [sobre a cidade]. Não ficava preocupado porque de certeza que há mais cidades... melhores e mais avançadas do que a nossa... mas mesmo assim isso não me preocupava muito” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Preocupação com os amigos, com a namorada, monitores com tudo” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Indiferente e acho eu... eu não faço muito pela cidade, também não sei se a cidade faz muito por mim, não me importo se a cidade tiver uma má reputação” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Fico mal porque é a minha cidade” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Um pouco mal, porque a cidade representa-nos nós somos a cidade” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Tristeza. Porque é a nossa cidade ... na que nós vivemos” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Não fico indiferente como é óbvio, depende da notícia, se for uma notícia assim muito grave é claro que fico assim um bocado sentido” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Mal, porque é uma má notícia do sítio onde eu vivo e pode afectar muita gente” (p. 3.6.2.)	“ [Se houvesse uma má notícia sobre a cidade] Preocupado e o que é que hão-de fazer para resolver esse problema e qual é esse problema” (p. 3.6.2.)
		Ligação simbólica aos jovens	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Faz-me sentir um bocado mal, mas	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Faz-me pensar... às vezes faz-me	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Mal depois as pessoas... depois	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens] . Mal porque	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Há uns tempos havia ai o rumor	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens] . Faz-me	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Faz-me sentir mal porque eu também	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens] . Mal...	“ [Se houvesse uma má notícia sobre os jovens]. Triste... porque se calhar não

			também depende da notícia, [...] acho que ficava assim um bocadinho preocupado, tipo não gosto muito de ver jovens a sofrer e assim essas coisas” (p. 3.6.3.)	pensar como é que a nossa juventude ... dá-nos na cabeça para fazer aquilo ou outra coisa... pronto é a juventude é assim... dá para pensar um bocadinho e aprendermos, sim, com os erros dos outros” (p. 3.6.3.)	uma pessoa que vá ler aquilo, ah não sei que os jovens hoje em dia são todos delinquentes, depois as pessoas não fazem distinção e vão pensar que os jovens são mesmo todos delinquentes e depois as pessoas ficam com a fama de coisas que na realidade não são” (p. 3.6.3.)	são jovens da minha idade e dá pena, faz pena, por exemplo aquela notícia dos dois jovens da minha idade tivera um acidente de carro, senti-me mal, deu-me pena” (p. 3.6.3.)	dos gangs dos palhaços e andaram a espalhar esse boato e depois dentro dessa semana houve... aquele... aquele rapaz que... esfaqueou a namorada e toda a gente pensou que isso estava associado a esse gang que veio de Lisboa o gang dos palhaços e isso abalou um bocadinho a comunidade de jovens, sentimos um pouco inseguros, mas tirando isso aí... não houve nada que me fizesse sentir mal... muito mal” (p. 3.6.2.)	sentir triste também. Porque são jovens da nossa idade” (p. 3.6.3.)	como um jovem se a notícia é dos jovens é óbvio que de certa forma essa notícia vai me afectar, nomeadamente a falta de emprego para os jovens” (p. 3.6.3.)	tristeza” (p. 3.6.3.)	fizeram a coisa certa e fizeram alguma coisa errada, coisa de mal que não deviam ter feito” (p. 3.6.3.)
--	--	--	---	---	---	--	--	---	---	-----------------------	---

Bem-estar subjectivo

Problemática	Dimensão		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Capital social	Bem-estar subjectivo	Percepção da felicidade	“ [A felicidade] é ter aquilo que nós queremos, nem tudo, porque nem tudo... não é ter dinheiro, o dinheiro também não traz... alguma felicidade, nem toda mas é ter aquilo que nós podemos é ter casa, ter comida e família que nos	“Para mim a felicidade é estar bem não há problemas, falar com as pessoas, está tudo contente, tudo a rir-se. Sim, assim sou [feliz], porque gosto de estar num clima de paz toda a gente a rir-se e isso” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade] é eu estar contente com a maneira que sou e estou e da maneira como eu interajo com os outros e assim. Não sou completamente infeliz, mas também não sou totalmente feliz... porque há coisas que eu quero fazer e ainda não fiz” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade] é eu estar contente com a maneira que sou e estou e da maneira como eu interajo com os outros e assim. Não sou completamente infeliz, mas também não sou totalmente feliz... porque há coisas que eu quero fazer e ainda não fiz” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade] é eu estar contente com a maneira que sou e estou e da maneira como eu interajo com os outros e assim. Não sou completamente infeliz, mas também não sou totalmente feliz... porque há coisas que eu quero fazer e ainda não fiz” (p. 3.7.1.)	“A felicidade de para mim é estar bem com tudo não ter doença s... e estar no topo... do nosso dia-a-dia, sentirmo-nos no topo. Eu sou [feliz] porque estou vivo é das principais razões” (p. 3.7.1.)	“Um a pessoa feliz ... é uma pessoa que tem tudo e... e sabe fazer coisas e tudo. Sim [sou feliz], porque sinto bem” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade] é viver confortavelmente, não é por exemplo ter o bolso cheio de dinheiro e nada assim do género é conseguir ter uma vida [...] desde que cumpra os meus deveres e tenha os meus direitos como cidadão e como pessoa sou uma pessoa feliz” (p. 3.7.1.)	“ [A felicidade] é estar feliz... estar bem... gostar do que faço e mais nada. Sou [feliz] porque estou num sítio onde gostam de mim onde eu gosto das pessoas e me tratam bem e me ajudam a estudar e está tudo bem” (p. 3.7.1.)

			acolha, isso para mim é a felicidade. Sim, neste momento sou [feliz]. Porque tenho casa, tenho sítio onde dormir, tenho escola, tenho aquilo que eu quero” (p. 3.7.1.)			lar de menores e jovens de Castelo Branco e ir para a residência da APP, isso é triste, estou habituado com as pessoas de cá” (p. 3.7.1.)					
		Satisfação com a vida	“Estou [satisfeito com a vida], neste momento estou” (p. 3.7.2.)	“Sim agora estou, estou satisfeito com a minha vida... porque tenho namorada, tenho amigos, tenho emprego... não posso pedir outra coisa neste momento” (p. 3.7.2.)	“Mais ou menos... porque não estou com a minha família todos os dias e tive de mudar de escola outra vez e mais nada” (p. 3.7.2.)	“Estou, até agora estou... porque aprendi muitas coisas” (p. 3.7.2.)	“Ainda não, ainda há muito por fazer” (p. 3.7.2.)	“Sim, porque está a ser boa a vida” (p. 3.7.2.)	“Estou neste momento muito satisfeito com a minha vida” (p. 3.7.2.)	“Sim... está-me a correr bem [a vida]” (p. 3.7.2.)	“Estou [satisfeito com a vida], estou a conseguir o que quero acabar os meus estudos e acabar o 12º ano” (p. 3.7.2.)

## Representação Social do Risco

### Percepção do Risco

Problemática	Dimensões	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Representação Social do Risco	Percepção do risco	“...me aconteceu alguma coisa mal...” (P. 4.1.)	“...pode-lhe acontecer alguma coisa acontecer [...] acidente ou uma atitude uma coisa qualquer” (P. 4.1.)	“... tipo fazer coisas que não estão bem aceites pela sociedade com o risco de ficarmos mal vistos...” (P. 4.1.)	“É ter medo... risco por exemplo é a gente ir ser operado e ter ‘cagufa’ medo que a operação corra mal... Por exemplo agente vai na estrada e a gente tem medo que tenha um acidente, como ir nas bicicletas, por exemplo eu não tenho carta de condução e tenho uma bicicleta e eu vou sempre para o lado... tenho	“É quando estamos numa situação de cara ou coroa, ou perdemos a vida ou saímos de lá com muita fama” (P. 4.1.)	“uma pessoa pode morrer nesse risco... pode ficar parálitica [...] Nas passadeiras... às vezes pode vir uma pessoa com pressa e leva-nos na frente” (P. 4.1.)	“numa situação de risco é obvio que tanto a coisa pode correr bem como pode correr mal” (P. 4.1.)	“Estar quase a morrer [...] Ficar sem oxigénio” (P. 4.1.)	Perigo... é uma ameaça é um perigo de morte é um acidente... correr um risco de morte... estar num hospital em coma (P. 4.1.)

					medo que seja limpinho... um carro me dê uma panada" (P. 4.1.)					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**Ambições**

Problemática	Dimensão	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Representação Social do Risco	Ambições	"... ser um profissional ajudante de cozinha, ter um grande emprego, não estar lá no topo mas sim estar cá no 'mediozinho' [...] Quero estar ao pé da minha família... nem toda, porque nem toda me agrada, mas poder ajudar a família, isso aí é sempre, mas estar tipo sempre ao pé da família, não estar muito próximo, não estar a viver em casa e isso, mas estar sempre presente para a família. [...] Casa, também gostava de arranjar uma casa, ter alguém também comigo" (P. 4.2.1.)	"É estar bem na vida no futuro, ter trabalho... e porque não casar e ter filhos, querer construir uma família" (P. 4.2.1.)	"... acabar a escola, ir para a universidade tirar a licenciatura, [...] trabalhar e ter uma vida boa [Família] Não nem por isso por agora não. [...] Não, não me estou a ver casado e com filhos, não estou mesmo" (P. 4.2.1.)	"É casa da mãe, uma quintinha, casa no campo, árvores galinhas animais, trabalhar lá e ganhar dinheiro e sustentar a vida. (P. 4.2.1.)	"Quero ser alguém reconhecido, alguém importante" (P. 4.2.1.)	"Ter trabalho, ter carro, ter mulher, ter filhos, ter uma casa" (P. 4.2.1.)	"Sair do lar, arranjar trabalho, antes de arranjar trabalho é acabar o meu curso arranjar trabalho e fazer-me ou tornar-me uma pessoa tal e qual como todas as pessoas que estão lá fora neste preciso momento..." (P. 4.2.1.)	"Um bom futuro... ter um bom emprego ter uma família, ter uma boa vida" (P. 4.2.1.)	"... trabalhar numa loja que faça publicidade, ter um bom emprego, estável e uma boa família" (P. 4.2.1.)

**Obstáculos**

Problemática	Dimensão	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9
Representação social do risco	Obstáculos	[Arranjar emprego] Tenho assim uma probabilidade um bocado baixa, mas, porque o meu curso não é muito profissional, é mais tipo formação daquela para desenrascá..." (p. 4.3.1)	"... só se a minha namorada ou isso sair da cidade..." (p. 4.3.1)	"[...] as pessoas têm de trabalhar para poderem continuar na escola e coisas assim" (p. 4.3.1)	"A minha mãe não ter capacidade para arranjar essa quinta, e a minha mãe não ter capacidade para fazer este bem... a mim dificulta, porque a minha mãe ajudava nesse sonho, só que sem mãe não consigo" (p. 4.3.1)	"[...] ser reconhecido, não há grandes obstáculos... eu sou... como é que eu hei-de dizer... eu integro-me muito facilmente, num grupo e consigo criar ali uma imagem... que seja reconhecido por todos [...]" (p. 4.3.1)	"O que tem mais dificuldade é arranjar um emprego... porque como Portugal está... é difícil..." (p. 4.3.1)	"[...] não conseguir arranjar logo um emprego, independentemente de poder ter acabado o curso"	"A crise... porque cada vez mais pessoas são despedidas" (p. 4.3.1)	"A crise que aí vem..." (p. 4.3.1)

## Anexo 11

## Grelha de análise de conteúdo

		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9		
Idade		17 anos	19 anos	15 anos	20 anos	19 anos	16 anos	21 anos	13 anos	16 anos		
Naturalidade		Escalvos de Baixo	Nisa	Alcains	Castelo Branco	África do Sul	Valhelhas	Cabo Verde	Alcains	Aveiro		
Nível de Escolaridade		9º (PIEF)	9º ano	10º ano	APPCCDM	11º ano	8º ano	12º ano	7º ano	9º ano		
EXCLUSÃO SOCIAL	Pai	Naturalidade	Não sabe	Nisa	Luanda	Castelo Branco	Porto	Manteigas	Cabo Verde	Luanda	Barco	
		Estado civil	Casado (Mas não com a Mãe de A)	Viúvo	Viúvo	Falecido	Divorciado	Casado (Mas não com a Mãe de R)	Falecido	Viúvo	Casado	
		Nível de escolaridade	Não sabe	6º ano	4º ano		Não sabe	9º ano		4º ano	Licenciatura	
		Profissão	Não sabe	Pedreiro	Desempregado		Pasteleiro	Carpinteiro		Desempregado	Funcionário público	
	Mãe	Naturalidade	Oledo	Nisa	Moçambique	Castelo Branco	Hong-Kong	Manteigas	Falecida	Moçambique	Lisboa	
		Estado civil	Casada (mas não com o pai de A)	Falecida	Falecida	Solteira	Divorciada	Casada (mas não com o pai de R)		Falecida	Falecida	Casada
		Nível de escolaridade	Letrada			4º ano	Licenciatura	8º ano				Licenciatura
		Profissão	Desempregada			Desempregada	Costureira	Desempregada				Professora
	Situação de Perigo		Negligência; maus-tratos	Negligência	Negligência	Negligência; maus-tratos; exposição a modelos de comportamento desviante	Maus-tratos	Exposição a modelos de comportamento desviante	Negligência	Negligência	Negligência	
	Tempo na Instituição		1 ano	5 anos	1 ano	6 anos	5 anos	2 anos	7 anos	1 ano	1 ano	
EXCLUSÃO SOCIAL	Privação	Recursos		Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	Não tinha privação	Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	Insuficiência de recursos	
		Negligência		Negligência; maus-tratos	Negligência	Negligência	Negligência; maus-tratos; exposição a modelos de comportamento desviante	Maus-tratos	Exposição a modelos de comportamento desviante	Negligência	Negligência	Negligência
	Desqualificação	Objectiva	Escolarização	Baixas qualificações para a idade: 9º ano no PIEF	Baixas qualificações para a idade: 9º IEFP	Boas qualificações para a idade 9º	Baixas qualificações: Frequenta a APPACDM	Boas qualificações para a idade: 11º	Baixas qualificações para a idade: frequenta curso CEF	Boas qualificações: frequenta curso de especialização tecnológica	Boas qualificações para a idade: 8º ano	Boas qualificações para a idade: 9º ano
			Emprego		Operador Fabril							
			Condições de Habitação da família	Más condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores	Boas condições da casa dos progenitores	Boas condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores; Boas condições da casa dos avós maternos	Más condições da casa dos progenitores	Más condições da casa dos progenitores
			Handicaps pessoais				Autismo					
Subjectiva		Interiorização	Não	Interiorização	Interiorização da	Não interiorizou	Não	Não	Não	Não		

			relativa da exclusão	interiorizou a exclusão social	relativa da exclusão social	exclusão	a exclusão social	interiorizou a exclusão social	interiorizou a exclusão social	interiorizou a exclusão social	interiorizou a exclusão social
Desafiliação	Quebra de Laços Familiares	Progenitora	Irmã e progenitor	Tios maternos	Progenitora	Progenitor				Tios maternos	
	Estruturas Familiares	Família reconstruída	Família monoparental	Família monoparental	Família monoparental	Família monoparental	Família reconstruída	Família de avós com neto	Família monoparental		
	Imigração			Progenitores Imigrantes		Progenitores Imigrantes		Progenitores Imigrantes	Progenitores Imigrantes		
Participação Social	Pertence a associação/ envolvimento/ importância	Não/ não é importante	Não/ é importante	Sim, desportiva/ utente	Não/ é importante	Não/ é importante	Sim, desportiva/ utente	Sim, desportiva/ utente	Não/ é importante	Sim, criação de cães/"activo"/ é importante	
	Actividades de voluntariado/ motivos/ imposição/ tempo	Sim/ social-ego defensivos/ imposta/ casual	Sim, / é importante/ imposta/ casual	Não. Falta de motivação	Sim/ altruísticos/ imposta/ casual	Sim/ é importante/ imposta/ casual	Não/ altruísticos	Sim/ altruísticos / imposta/ casual	Sim/ social-ego defensivos/ imposta/ casual	Sim/ altruísticos/ imposta/ casual	
	Tempos Livres	Sai com amigos	Computador TV	Computador Ler Estudar	TV Internet Rotina diária	Desporto Amigos	Brinca com amigos Bricolage no LMJCB	Amigos Desporto DJ Repara computadores	TV Playstation Desporto	Computador Amigos Pensa na vida	
Participação Cívica	Participação nas decisões que mais afectam os Jovens no LMJCB	Sim	Sim	Algumas decisões/ participar só nas que se referem à escola	Algumas decisões	Algumas/ gostava de participar	Sim	Algumas decisões	Algumas decisões/ gostava de participar	Sim	
	Participação na comunidade	Não participa	Não Participa/ os jovens não são ouvidos/ gostava de participar	Não participa/ Não participaria	Não participa/ Falta de motivação	Não participa/ gostava de participar	Não participa/ os jovens são ouvidos	Não respondeu	Não participa/ não participaria	Não participa/ gostava de participar	
	Participação na escola	Não/ gostaria de participar se as pessoas não tivessem necessidades especiais	(Participação no local de trabalho) Sim/ Acções de formação	Sim/ parlamento de jovens (na anterior escola)	Sim/ reuniões	Associação de estudantes/ participara no próximo ano lectivo	Sim/ Delegado de turma	Não	Não/ gostava que existisse	Associação de estudantes/ passividade desta	
	Melhorar a sociedade no quotidiano	Nada (embora faça voluntariado para as florestas)	Reciclagem	Reciclagem	Bom comportamento/ poupar energia	Cumpre a lei/ não deita lixo para o chão	Não deita lixo para o chão/ Pinta	Tenta ser um cidadão exemplar	Reciclagem	Preservar o ambiente/ bom comportamento	
	Discussão de assuntos políticos e sociais	Raramente, com amigos	Raramente, com os educadores	Sim, com educadores	Sim, com educadores e na escola	Sim, amigos	Não	Raramente, com os educadores/ amigos	Não	Só assuntos sociais com familiares	
	Ser ouvido/ controlo das decisões	Algumas vezes	É ouvido/ algumas	Algumas vezes	Não controla	Sempre	Algumas vezes/ controla	Sempre	Não se faz ouvir/ não controla	Faz-se ouvir/ algumas decisões	
	Se se considera uma pessoa informada	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	
	Assuntos que mais preocupam os jovens	Falta de dinheiro, habitação, economia do país, escola, desemprego	Doenças sexualmente transmissíveis, emprego, estudos	Toxicod dependência, relações sociais e amorosas	Toxicod dependência, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição	Popularidade e reconhecimento pelos pares	Estudos, lesões no desporto	Falta de dinheiro, emprego	Família	Morte, futuro, crise económica	

CAPITAL SOCIAL

	Assuntos que mais preocupam a nível nacional	Financeiros, desemprego	Desemprego	Crise económica e social	Desemprego	Moda, desporto, crise económica guerras	Crise, incêndios no verão, tabagismo	Crise económica	Crise económica, desemprego	Finanças, política, guerra	
	Assuntos que mais preocupam ao nível internacional	Ambiente	Ambiente	Ambiente, Crise económica	Desemprego, crise económica	Moda, desporto, crise económica guerras	Não sabe	Crise económica e social	Pobreza, Ambiente	Guerra, petróleo	
	Contactar uma instância oficial	Não	Não	Câmara Municipal (obtenção de dinheiro para viagem)	Não	Câmara Municipal (para a construção de um skate parque)	Não	Vereador (procura de par-time)	Não	Não	
	Participação em alguma forma de protesto	Não	Não	Greve dos alunos (curiosidade; casual)	Não	Greve dos alunos (aulas de substituição); Manifestação contra as touradas (casual)	Não	Manifestações e greves da escola (para não ter aulas; casual)	Não	Greve dos alunos (experimental; casual )	
	Probabilidade de votar/ importância	Sim/ mudança	Não votou nas últimas eleições (falta de identificação partidária)	Sim/ na falta de identificação partidária - voto em branco	Não votou nas últimas eleições; ainda não é recenseado/ é importante votar	Não votou nas últimas eleições; ainda não é recenseado (falta de identificação partidária)	Sim/ é importante	Não votou nas últimas eleições/ é importante	Não/ não é importante votar	Sim/ é importante	
Redes Sociais e Apoio Social	Contactos	Familiares	Duas vezes por semana	Duas a três vezes por mês	Irmão (todos os dias) Pai (todas as semanas)	Três vezes por mês	Várias vezes por semana	15 em 15 dias	Todos os dias	Casualmente	Todos os dias
		Amigos	Com frequência	Todos os dias	Quando em férias só de quando em vez pela internet	Casualmente	Várias vezes ao dia	Todos os dias	Todos os dias	Casualmente	Todos os dias
		Vizinhos	Não	Sim	Não	Não	Casualmente	Não	Com frequência	Não	Casualmente
		Idas a casa de familiares	15 em 15 dias	De 15 em 15 dias (antigamente) agora vai com pouca frequência (iniciou um emprego)	Uma vez por semana	Nenhuma	De 15 em 15 dias	De dois em dois meses	15 em 15 dias	Duas vezes por semana	Todos os fins-de-semana e férias
		Redes sociais virtuais	Vários contactos (amigos)	Vários contactos (amigos)	Vários contactos (amigos)	Não tem contactos	Vários contactos (amigos)	Vários contactos (amigos)	Vários contactos (amigos)	Tem contactos (amigos) mas não comunica	Vários contactos (amigos e familiares)
	Significado da internet	Comunicar	Pesquisa, comunicar	Pesquisa, comunicar	Pesquisa, comunicar	Comunicar, expressar-se	Pesquisa, comunicar	Pesquisa, comunicar	Pesquisa, comunicar	Pesquisa, comunicar	
	Pessoas conhecidas que vivem perto	Grande parte dos amigos/sentimento de que poderão	Várias pessoas/ sentimento de	Uma amiga da escola e o irmão	Familiares/ sentimento de que poderão ajudá-lo	Quase todas as pessoas	Várias pessoas	Todas as pessoas que conhece	Nenhuma	Entre 5 e 6 pessoas/ sentimento de	

				ajudá-lo	que poderão ajudá-lo					exceto familiares		que poderão ajudá-lo		
		Significado de amizade		Auxílio	Confiança	Confiança/ auxílio	auxílio sem segundas intenções	Identificação, auxílio mútuo	Auxílio	Auxílio/ confiança	Auxílio/ entretenimento	Auxílio/ referência		
		Pessoas importantes para si		Família e amigos	Família, namorada, educadores	Irmão e Pai	Educadores, familiares e amigos	O próprio	Mãe e Irmão	Amigos e familiares	Família	Pais		
		Perspectiva em relação à futura profissão/ Conhecimento de alguém esse emprego		Ajudante de cozinha/ Irmã	É operário fabril/ procurou o emprego	Advogado ou restaurador de quadros/ conhece alguém que o poderia ajudar (advogado)	Carpinteiro/ não conhece ninguém	Marinha/ conhece um amigo	Professor de educação física/ conhece alguém que o poderia ajudar	Trabalhar por conta própria/ amigos	Não sabe	Publicidade/ familiares		
Reciprocidade e Confiança	Confiança	Particularizada	Familiares	Confia em alguns (irmã)	Confia	Confia no pai e irmãos	Confia	Confia	Confia em alguns	Confia (mas nem todo o cuidado é pouco)	Confia	Confia		
			Amigos	Confia	Confia em alguns	Confia em quase	Confia em alguns	Confia	Confia	Confia em alguns	Não confia	Confia em alguns		
		Generalizada	Vizinhos	Não confia	Não confia	Não confia	Confia	Não confia	Confiança relativa	Confia em alguns	Não confia	Confia em alguns	Confia em alguns	
			Pessoas de outra etnia	Não confia	Depende da amizade	Não confia	Confia	Confia	Confia, menos nos ciganos	Não confia	Confia em algumas	Confia em algumas	Confia em algumas	
			Adultos	Confia em alguns	Confia em alguns	Confia em alguns	Confia em alguns	Confia em alguns	Confia em alguns	Confia em alguns	Confia	Confia	Confia se forem familiares	
			Professores	Confia	Confia (colegas de trabalho)	Confia	Confia	Confia	Confia em alguns	Confia	Confia	Confia	Confia	
		Institucional	Polícia	Não confia	Confia pouco	Confia	Confia	Confia	Confia	Confia	Confia	Confia	Confia	Confia
			Tribunais/ Justiça	Não sabe/ deveria funcionar melhor	Confia/ na justiça não	Confia/ confiança relativa na justiça	Confia	Não sabe/ não confia na justiça	Confia	Confia	Confia	Confia	Não sabe	Confia
			Câmara Municipal	Não sabe	Confia	Não sabe	Confia	Não confia	Confia	Confia	Confia	Confia	Não sabe	Não sabe
			Governo	Não confia	Confiança relativa	Não confia	Não confia	Não confia	Confia	Confia	Confia	Confia	Não sabe	Não confia
			Receber/ fazer favores		Sim ambos (amigos)	Sim (namorada, amigos e educadores)	Sim ambos (seja quem for se a situação for mesmo necessária)	Sim ambos	Sim ambos	Sim ambos (mas não na expectativa de ser retribuído)	Sim ambos	Sim ambos	Sim ambos (amigos familiares)	Sim ambos
		Concepção da comunidade	Percepção sobre as infra-estruturas para os jovens na área onde residem			Declara haver bons espaços e frequenta a biblioteca municipal	Declara haver bons clubes e associações desportivas que já frequentou	Declara haver bons espaços como o IPJ, mas não se identifica muito	Declara haver bons espaços como o IPJ e frequenta casualmente	Declara haver bons espaços desportivos e já frequentou os de basquetebol	Declara haver bons espaços desportivos e já frequentou alguns	Declara haver bons espaços como associações e espaços de convívio	Declara haver bons espaços desportivos e frequenta os campos de futebol	Declara haver bons espaços desportivos

	Percepção sobre a área local	Aprecia viver na área local/ julga haver necessidade de mais instituições como o LMJCB	Aprecia viver na área local/ julga haver necessidade de mais emprego	Gosto relativo pela área local/ julga haver necessidade de mais espaços para os jovens se reunirem	Aprecia viver na área local/ não melhoraria nada	Aprecia viver na área local/ julga haver necessidade de praia e um parque para skates	Aprecia viver na área local/ não melhoraria nada	Aprecia viver na área local/ não melhoraria nada	Aprecia viver na área local/ não melhoraria nada	Aprecia viver na área local/ melhoraria a segurança	
		Percepção de segurança	Não se sente seguro	Sente se seguro em algumas zonas	Sente-se seguro	Sente-se seguro	Sente-se seguro	Sente-se seguro	Sente-se seguro	Sente-se seguro	Sente-se seguro
	Sentimento de pertença	Pertença	A Castelo Branco	A Castelo Branco	Amigos e família	A Castelo Branco	A todo Lado; a um jogo de rugby	A Castelo Branco	A Castelo Branco	Família	À Covilhã
		Ligação simbólica à comunidade	Existe	Existe	Inexistente	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe
		Ligação simbólica aos jovens	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe	Existe
	Bem-estar subjectivo	Percepção da felicidade	Materialista	Pós-materialista	Pós-materialista	Pós-materialista	Pós-materialista	Pós-materialista	Materialista	Pós-materialista	Pós-materialista
		Satisfação com a vida	Satisfeito	Satisfeito	Relativa	Satisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Satisfeito	Satisfeito	Satisfeito
	REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO RISCO	Percepção do risco	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual	Perspectiva individual
Ambições		Ser bom trabalhador/ estar perto da família/ ter alguém	Emprego/ construir uma família	Sucesso nos estudos, vida boa/ emprego	Emprego, família	Reconhecimento	Emprego, família, habitação	Emprego, Sucesso nos estudos	Emprego, família	Emprego	
Obstáculos		Insucesso nos estudos/ baixas qualificações	Tempo, cansaço	Encontrar um emprego que goste/ situação económica	Progenitora	Documentação	Desemprego	Sorte, juízo, desemprego	Situação económica do país	Situação económica do país	

## Anexo 12

## Guião de Entrevista

### 1. Caracterização Pessoal

1.1 Idade

1.2 Naturalidade

1.3 Nível de escolaridade

### 1.2 Família

1.2.1 Naturalidade dos pais

1.2.2 Estado civil

1.2.3 Escolaridade

1.2.4 Profissão

### 2. Institucionalização

2.1 Tempo de Institucionalização

## 3. CAPITAL SOCIAL

### 3.1 Participação Social

3.1.2 Pertences a alguma associação (cultural, tempos livres, desportiva)? Se sim, há quanto tempo? De que forma estás envolvido? Se não, porque é que não pertences a nenhuma associação?

3.1.3 Participaste em alguma actividade não remunerada de livre e espontânea vontade? Se sim, descreve o que fazes? Se não, porquê?

3.1.4 O que é que fazes quando não estás na escola?

## 3.2 Participação Cívica

3.2.1 Participas nas decisões que mais te afectam no Lar? Porquê?

3.2.2 Participas nas decisões que mais te afectam na comunidade? Porquê?

3.2.3 Na escola, existe algum conselho de alunos? Se sim, participas?

3.2.4 O que é que fazes no teu dia a dia que ajude a melhorar a sociedade?

3.2.5 Discutes assuntos políticos e sociais? Com quem?

3.2.6 No geral, sentes que tens algo para dizer e controlas as decisões que mais te afectam? Consideras que controlas tudo o que te diz respeito?

3.2.7 Consideras-te uma pessoa bem informada? Quais os assuntos que mais te preocupam enquanto jovem? Nacionais? Globais?

3.2.8 Já contactaste alguma instância oficial? Se sim, qual e como? Se não, porquê?

3.2.9 Já participaste em alguma forma de protesto? Porquê?

3.2.10 Irás votar? Porquê?

## 3.3 Redes Sociais e Apoio Social

3.3.1 Quantas vezes falas com familiares, amigos e vizinhos? Quantas vezes visitas os teus familiares?

3.3.2 Quantos amigos tens na Internet? Conheces todos pessoalmente? Entras muitas vezes em contacto com eles? Como utilizas a internet (o que é que significa para ti)?

3.3.3 Quantas pessoas tuas conhecidas vivem perto de ti?

3.3.4 O que é para ti um amigo? Para que servem os amigos?

3.3.5 Quais as pessoas mais importantes para ti? Porquê?

3.3.6 O que queres fazer quando deixares a escola? Já conheces alguém que tenha essa profissão?

### 3.4 Reciprocidade e Confiança

3.4.1 Confias nos teus familiares, amigos e vizinhos? Confias nas pessoas de outra etnia, nos adultos e professores? Porquê?

3.4.2 Confias na polícia, tribunais, câmara municipal, no governo? Porquê?

3.4.3 Já fizeste um favor a alguém ou alguém já te fez um a ti? Porquê?

### 3.5 Concepção da comunidade

3.5.1 Há bons estabelecimentos (ex: clubes de adolescentes) para os jovens da tua idade? Utiliza-los com frequência? Por que é que não os utilizas?

3.5.2 Gostas de viver neste bairro? Porquê? Como é que o melhorarias?

3.5.3 Sentes-te seguro? Porquê?

### 3.6 Sentimento de pertença

3.6.1 Onde é que sentes que pertences?

3.6.2 Há uma má notícia da tua cidade; o que é que isso te faz sentir?

3.6.3 Há uma má notícia sobre jovens da tua idade; o que é que isso te faz sentir?

### 3.7 Bem-estar subjectivo

3.7.1 O que é para ti a felicidade? És feliz? Porquê?

3.7.2 Estás satisfeito com a tua vida? Porquê?

## **4. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO RISCO**

4.1 O que significa para ti correr riscos?

### **4.2 Ambições**

4.2.1 Quais são as tuas ambições?

### **4.3 Obstáculos**

4.3.1 Quais são os obstáculos a essa ambições?